

* **Greve** **da Função Pública** - uma séria derrota do Governo

* **Desalojados** **de Camarate** - a verdadeira face da política de Habitação do Governo PSD

* **Declarações** **de Daniel Bessa** - o pior não são as declarações, é a correspondência real com a política do PS

Nota da Comissão Política — Pág. 3

SAÚDE

É imperioso fazer parar
a obra de destruição
dos Serviços de Saúde

Pág. 3 e
Págs. 24 e 25



IRAQUE **A escalada** **militarista**

Págs. 18, 19 e 20



ANGOLA

Pág. 21

O novo **Centro** **de Trabalho** **de Setúbal**

Pág. 8



Imigrantes

Pág. 25



Uma forte adesão marcou a greve dos trabalhadores da Administração Pública

RESUMO

13 Quarta-feira

Numa acção justificada como retaliação ao Iraque pela desobediência às resoluções da ONU, aviões dos EUA, Reino Unido e França atacam objectivos iraquianos a sul do paralelo 32 ■ Erich Honecker é libertado, depois de o Tribunal Regional de Berlim ter anulado o seu julgamento e o mandato de captura ■ O RPR e a UDF concordam em apresentar candidatos únicos da direita francesa na maior parte dos círculos eleitorais por ocasião das eleições legislativas de Março próximo ■ Começa a ser debatido em Paris o tratado que interditará as armas químicas em 1995.

14 Quinta-feira

Centenas de ferroviários manifestam-se em Lisboa contra o desmembramento da empresa e a política seguida para o sector ■ O Conselho de Ministros aprova um novo regime de Acção Social Escolar e adopta medidas para acelerar os processos de falência e intensificar a vigilância de capitais ■ PSD e CDS rejeitam na AR os projectos de lei do PCP e do PS para a criação das regiões administrativas ■ Pressionados pelos trabalhadores, demitem-se os administradores da Camac ■ É anunciada a realização de um encontro em Adis-Abeba entre as chefias militares do governo angolano e da Unita, que no mesmo dia rejeita esta iniciativa ■ Demite-se o primeiro-ministro da Dinamarca por em 1989 ter dado ao Parlamento informações incompletas e insatisfatórias sobre a concessão de vistos aos familiares dos refugiados tameses ■ O parlamento interino do Zaire acusa Mobutu, ausente no estrangeiro, de traição e anuncia o seu julgamento ■ Naufraga no Báltico um ferry polaco com 60 pessoas a bordo.

15 Sexta-feira

Com forte adesão, decorre uma greve de 24 horas dos trabalhadores da Administração Pública ■ Enquanto o drama das famílias despejadas do «Lar Panorâmico» de Camarate entra no plenário da AR, o presidente da CM de Loures passa a noite com os desalojados aguardando contactos com o Governo ■ Por iniciativa da CML, realiza-se em Lisboa um debate sobre o futuro da Avenida da Liberdade ■ Inicia-se em Portimão o julgamento de 80 pescadores que participaram, no ano passado, na paralisação do sector e bloqueio da lota ■ Devido à violência dos combates entre forças do governo angolano e da Unita, a ONU anuncia a retirada dos seus observadores em 39 bases ■ Procurado há 20 anos, é detido Salvatore Riina «Toto», acusado de ser o patrão da Mafia siciliana ■ Morre o jornalista e escritor comunista Carlos Pinhão.

16 Sábado

Trabalhadores do comércio de Lisboa manifestam-se na baixa em defesa da «semana inglesa» ■ Almeida Santos desautoriza afirmações de Daniel Bessa ao «Público» sobre a política salarial

do Governo e as posições do PS ■ A Plataforma de Esquerda rejeita avançar para um acordo com o PS para as eleições autárquicas a nível nacional ■ A troca da garantia do início das obras de recuperação do aterro da serra do Pereiro, os populares decidem levantar a barricada erguida desde 1 de Janeiro ■ O primeiro-ministro Kiichi Miyazawa pronuncia em Bangueroque um discurso sobre as orientações estratégicas da política externa japonesa ■ No discurso ao corpo diplomático acreditado na Santa Sé, João Paulo II afirma, a propósito da situação em Angola, que «a escolha dos eleitores deve ser respeitada por todos»

17 Domingo

Moradores da Portela de Sacavém protestam contra a intenção de realojar numa antiga escola da zona os moradores despejados do «Lar Panorâmico» ■ Mísseis americanos disparados de navios estacionados no Golfo atingem os subúrbios de Bagdad ■ É legalizado o Partido Comunista da Jordânia ■ Uma greve geral nos territórios ocupados por Israel assinala o 1º mês da deportação de 400 palestinianos ■ Depois da demissão, ontem, de todo o governo indiano, o primeiro-ministro nomeia 4 novos ministros; a remodelação prende-se com a tentativa de enfrentar os motins inter-religiosos.

18 Segunda-feira

Agricultores protestam em Pombal contra a situação a que a lavoura está a ser conduzida ■ O encontro distrital de imigrantes, organizado na Damaia pela USL/CGTP, defende a prorrogação do prazo para a legalização extraordinária ■ No «DN» é denunciada a utilização de fundos comunitários em empresas-fantasma ou para fins diferentes daqueles a que se destinavam ■ Ataques da Unita levam à evacuação dos estrangeiros que trabalham na região petrolífera do Soyo ■ O Iraque volta a ser bombardeado por aviões dos EUA, da França e da Grã-Bretanha.

19 Terça-feira

As Câmaras Municipais de Alcochete, Montijo, Barreiro, Palmela e Moita associam-se para resolver os problemas dos resíduos sólidos dos respectivos Concelhos ■ O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte, após reunião com o Conselho Directivo do Centro Regional de Segurança Social do Porto, alerta que «está iminente uma revolta no sector»; está em causa (e na origem) o polémico «decreto dos disponíveis» ■ Saddam Hussein anuncia que o Iraque vai respeitar um «cessar-fogo unilateral» a partir da tomada de posse de Bill Clinton como presidente dos EUA (o que ocorrerá amanhã); este já fez saber, por um porta-voz, que quer é que o Iraque «respeite as resoluções das Nações Unidas» (apesar de os últimos bombardeamentos dos EUA ao Iraque terem sido feitos à revelia dos «aliados») ■ As forças da UNITA ocupam a cidade do Soyo, centro petrolífero nevrálgico de Angola.

EDITORIAL

O rei vai nu

tinguir, como acontece com alguns gémeos, que só os pais diferenciam.

Outro aspecto retumbante das declarações do porta-voz do PS para a economia foi a sua concordância com a perversa política salarial do Governo.

Convém reter as suas afirmações. Em relação aos trabalhadores da função pública, declarou: «Não vejo por que é que no momento em que se coloca o objectivo de melhoria das contas públicas, e depois de anos sucessivos de subidas consideráveis, os salários dos funcionários públicos devam subir muito mais do que isso» (isso é a proposta do Governo).

O porta-voz do PS não limitou, no entanto, a sua severidade salarial à função pública, manifestou igualmente a sua concordância com a política governamental de contenção dos salários reais, opinando nestes termos: «O problema fundamental da

Ponto capital é que o PS esclareça como pode ter uma efectiva política salarial diferente da do Governo do PSD se comunga com ele nos fundamentos dessa política?

economia portuguesa hoje é a reposição da sua competitividade global e isso não passa seguramente por aumentos indiscriminados dos salários reais a curto prazo...

Estas posições do porta-voz do PS tornaram-se ainda mais chocantes por virem a público, em 15 de Janeiro, coincidindo com a greve nacional dos trabalhadores da Administração Pública e com greves e acções de outros sectores, numa das mais importantes jornadas de luta dos últimos tempos.

Os trabalhadores da Administração Pública responderam ao Governo e a todos aqueles que acompanham a sua perversa política salarial com uma das maiores participações na greve nacional e podem já registar uma importante vitória ao ser incorporado o adicional de 2 por cento do ano passado no salário-base sobre o qual será calculado o aumento. Como eles, os trabalhadores de outros sectores prosseguem e intensificam a luta e preparam novas jornadas comuns justamente determinados a não aceitarem o agravamento das suas condições de vida e a não suportarem sozinhos a factura da recessão e das dificuldades económicas engendradas pela própria política da direita.

Quanto ao PS, não basta que alguns responsáveis venham agora dizer que as opiniões do porta-voz Daniel Bessa são «dissonantes das opções assumidas pelo PS», «que não responsabilizam o partido», que se

trata de «uma posição inábil, inoportuna e impolítica» (enquanto há outros que as consideram mesmo prestigiantes para o partido)...

É evidente que Daniel Bessa encara o mundo laboral do ângulo das instâncias do grande capital onde desempenha as suas assessorias, como ficou tão bem documentado nas duas entrevistas em causa.

Mas não se aperceberam disso os dirigentes do PS ou, cúmplices no mesmo espírito, estavam convencidos que o porta-voz seria suficientemente «hábil» e «político» para não o deixar transparecer?

Ponto capital é que o PS esclareça como pode ter uma efectiva política salarial diferente da do Governo do PSD se comunga com ele nos fundamentos dessa política? Se comunga com o PSD na estratégia de restauração dos grupos económicos monopolistas e da concentração da riqueza, na convergência económica com vista à União Económica e Monetária e se até aplaude a Declaração de Edimburgo sobre «recuperação económica» da especial responsabilidade dos seus parceiros socialistas europeus, que prevê entre outras medidas antiso-ciais a redução dos salários reais?

Este significativo episódio do porta-voz do PS para a economia não pode ser reduzido, como se viu, à dimensão de um desliz do próprio ou dos responsáveis pela sua escolha, como parecem desejar ardentemente os círculos dirigentes do PS.

Constitui, isso sim, mais um desafio ao PS para proceder à clarificação da sua estratégia, objectivos e alianças.

Ocorrido neste início do novo ano, num período de intensa movimentação social e do principiar dos preparativos para as eleições autárquicas, este desnudar do PS às mãos de um seu alto colaborador recentemente assegurado, dispara recados para várias direcções.

Para o próprio PS, que se deve acautelar com os recém-convertidos ao reformismo, pois, como tantos exemplos mostram, vão possuídos de uma tal aceleração que ultrapassam pela direita os velhos PSs e alguns até os actuais PSDs.

Para quem na esquerda procura sinceramente a convergência e o fortalecimento das posições, pela demonstração de que o referencial não pode ser um partido, como o PS, tão profundamente corroído, confundido e comprometido com as posições da direita.

Para os trabalhadores, a quem este episódio esclarece mais uma vez que é o PCP a grande força política com que podem contar inteiramente, em todas as circunstâncias, para assegurar os seus direitos e interesses, a melhoria das condições de bem-estar e o desenvolvimento de uma efectiva política alternativa à política da direita.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 82 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 396 87 93; Telex: 65 791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.

Sede: Rua do Norte, 115, 14, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heka Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

PCP

Comunicado da Comissão Política Oposição de massas à política governamental

Na sua reunião de 18 de Janeiro, a Comissão Política do PCP, além de questões relativas à preparação da próxima reunião do Comité Central convocada para 25 e 26 de Janeiro corrente, debateu os aspectos mais relevantes da actualidade política.

1. A Comissão Política analisou o agravamento da situação social, designadamente face ao aumento dos despedimentos, do ressurgimento dos salários em atraso e às tentativas de impor baixos aumentos salariais nos processos de negociação de contratação colectiva, tanto por parte do Governo como por parte do patronato.

Simultaneamente acentua-se a ofensiva contra o exercício dos direitos dos trabalhadores e das suas organizações representativas.

A Comissão Política do PCP salienta a valiosa expressão e o profundo significado das múltiplas acções de luta desenvolvidas pelos trabalhadores nos últimos dias e que testemunham uma enérgica e combativa oposição de mas-



O deputado Jerónimo de Sousa, durante a C. I. que divulgou o comunicado da CP do PCP

as à ofensiva governamental em curso com vista designadamente à diminuição dos salários reais, à ampliação da insegurança no emprego e à intensificação dos despedimentos.

Num quadro muito diversificado de lutas em que são de destacar as acções dos trabalhadores ferroviários e do comércio, o PCP saúda em particular o grande êxito de adesão à greve dos trabalhadores da Administração Central e Local que constituiu uma séria derrota do Governo e uma concludente resposta às operações de intimidação, chantagem e coacção que o Governo do PSD desencadeou na esperança de assim desarticular e amortecer a determinação combativa dos trabalhadores.

A Comissão Política do PCP afirma a sua profunda convicção de que está inteiramente ao alcance do prosseguimento e intensificação da luta dos trabalhadores e de outras camadas da população imporem significativos recuos à injusta política do Governo do PSD, verem satisfeitas as suas mais importantes reivindicações, assegurarem a defesa dos seus interesses, direitos e regalias essenciais.

2. A Comissão Política, confirmando as apreciações já divulgadas na passada 6ª-feira numa resposta imediata à publicação, nesse mesmo dia, do novo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, insiste na enorme gravidade das consequências imediatas e mediatas da aplicação deste diploma, e reafirma a possibilidade, a indispensabilidade e a urgência de uma vasta conjugação nacional de esforços para evitar que serviços essenciais ao bem-estar da população como são os serviços de saúde sejam submetidos a uma lógica implacável de desresponsabilização do Estado, de desorganização e desarticulação, de negociamento, de brutal aumento dos encargos dos cidadãos com consultas, meios auxiliares de diagnóstico, internamentos e intervenções cirúrgicas.

3. A Comissão Política do PCP sublinha que não serão as críticas formuladas do ângulo da "oportunidade política" nem sequer esta ou aquela atitude de desaprovação, formulada mais para consumo público, pela Direcção do PS que conseguirão disfarçar a verdadeira questão de fundo suscitada pelas afirmações do porta-voz do PS para a área das finanças manifestando apoio à política salarial do Governo nomeadamente em relação à Função Pública, e proclamando que "o que separa" o PS e PSD "é muitíssimo menos do que o que os une".

Com efeito, o que é verdadeiramente grave e lamentável é a directa correspondência das afirmações de Daniel Bessa com as políticas e orientações realmente prosseguidas pelo PS de convergência com o PSD em questões fundamentais.

As convergências entre o PS e o PSD não se traduzem, de resto, apenas na política salarial e na procura de competitividade da economia portuguesa à custa dos trabalhadores. Traduzem-se também em questões como a aprovação do Tratado de Maastricht, na recusa do referendo, na revisão constitucional, na adesão implícita à política neoliberal e monetarista para que aponta o Tratado e a Cimeira de Edimburgo, e no seu silêncio quanto ao processo escandaloso de privatizações, entre outros aspectos.

4. A Comissão Política do CC do PCP manifesta a sua profunda preocupação pela situação que têm vindo a enfrentar os desalojados do Lar Panorâmico de Camarate e exige do Governo a adopção das medidas que lhe compete para a plena resolução do problema.

É no mínimo lamentável que o Governo, após não ter acautelado e prevenido antecipadamente soluções para um problema da esfera da sua responsabilidade e para o qual se encontrava de há muito alertado, não tenha agido de modo expedito e determinado para providenciar o realojamento, ainda que transitório, das mais de 600 pessoas que há uma semana permanecem na rua, persistindo pelo contrário numa postura de tentar empurrar responsabilidades que lhe cabem para cima dos outros.

A Comissão Política do PCP valoriza a atenção e empenhamento revelados pela Câmara Municipal de Lou-

res e pela Junta de Freguesia de Camarate e salienta que a perspectiva de solução que há poucas horas se desenhou, traduzindo uma abertura e disponibilidade do Município de Loures para assumir responsabilidades para além do que legalmente lhe competiria, é por si reveladora do demissionismo do Governo das suas responsabilidades sociais e é um chocante aproveitamento de uma dramática situação para impor novos encargos à autarquia local.

Manifestando a sua solidariedade para com a população envolvida, a Comissão Política do PCP chama a atenção da opinião pública para o indesmentível fracasso da chamada política de habitação e solidariedade social tão apregoada pelo Governo que os acontecimentos de Camarate em si mesmos evidenciam.

5. A Comissão Política do CC do PCP manifesta a sua preocupação quanto à forma como o Governo tem vindo a tratar o problema da imigração em Portugal. Nesse sentido, reclama a extensão do prazo da legalização extraordinária de permanência de imigrantes, uma grande campanha de divulgação e medidas de apoio a essa legalização, em particular no preenchimento das formalidades burocráticas.

É igualmente preocupante que o Governo, contrariando os limites da autorização legislativa que a Assembleia da República lhe concedeu, tenha aprovado a existência de centros para a detenção de imigrantes em vias de expulsão. O Grupo Parlamentar do PCP tomará as medidas que levem à correcção desta medida.

Em geral, o PCP condena a política chauvinista e xenófoba consagrada nos acordos de Shengen (que o PSD e o PS aprovaram) e alerta para a necessidade de uma política humanista e solidária para com os imigrantes. Apela, nesse sentido, para que o PSD viabilize as iniciativas legislativas que o PCP já apresentou na Assembleia da República, em particular a criação do Instituto do Imigrante, com vista ao apoio à resolução dos seus problemas, e sobre o acesso dos imigrantes à habitação social.

6. A Comissão Política reafirma a sua frontal condenação pelo prosseguimento dos bombardeamentos contra o Iraque por parte dos EUA e alguns dos seus aliados, que nem sequer estão alicerçados em quaisquer resoluções da ONU.

Chama a atenção para a política de "dois pesos e duas medidas" (deportados palestinianos, Timor...) e para a cruel irresponsabilidade dos ataques, pois a pretexto do seu invocado carácter "cirúrgico" e dizendo visarem alvos militares, os bombardeamentos atingem dramaticamente as populações civis indefesas.

Chama ainda a atenção para os perigos decorrentes da escalada militarista liderada pelos EUA no Médio Oriente e outras regiões do mundo, e para a urgência de se pôr termo a tal escalada, objectivo em que os portugueses e Portugal se devem empenhar.

Lisboa, 19/1/93

RESOLUÇÃO POLÍTICA

XIV congresso

Democracia e Socialismo
o Futuro de Portugal



Brochura com 112 páginas

Preço de capa: 100\$00

Já
em distribuição
em todo o país

TRABALHADORES

Movimento contra a «Saúde» do Governo

Num debate organizado pela CGTP sábado em Lisboa foi defendida a criação de um «movimento amplo e nacional» de contestação à política para a saúde. O novo estatuto do serviço nacional do sector (SNS) aprovado pelo Governo em condições muito contestadas e mesmo violentamente criticadas pelas suas centrais sindicais, foi considerado por cerca de 80 individualidades, que participaram no debate intitulado «SOS em defesa da saúde», uma espécie de «descarte» do Governo perante a sua função social.

António Arnault, autor do primeiro projecto nessa área, quando era ministro do segundo governo constitucional, em 1978, afirmou durante o debate que o actual Executivo não se preocupa com os bens essenciais, como a saúde e a habitação. Para o ex-ministro dos Assuntos Sociais, o novo SNS «está ferido de inconstitucionalidades».

Maria do Carmo Tavares, dirigente da CGTP e responsável por esta área, disse à Lusa que «todas as intervenções foram no sentido de que é necessário pôr termo à actual política da saúde».

No entender daquela dirigente, que é membro da comissão executiva da Central, «o Governo quer impor um sistema privado de saúde a todo o custo»,

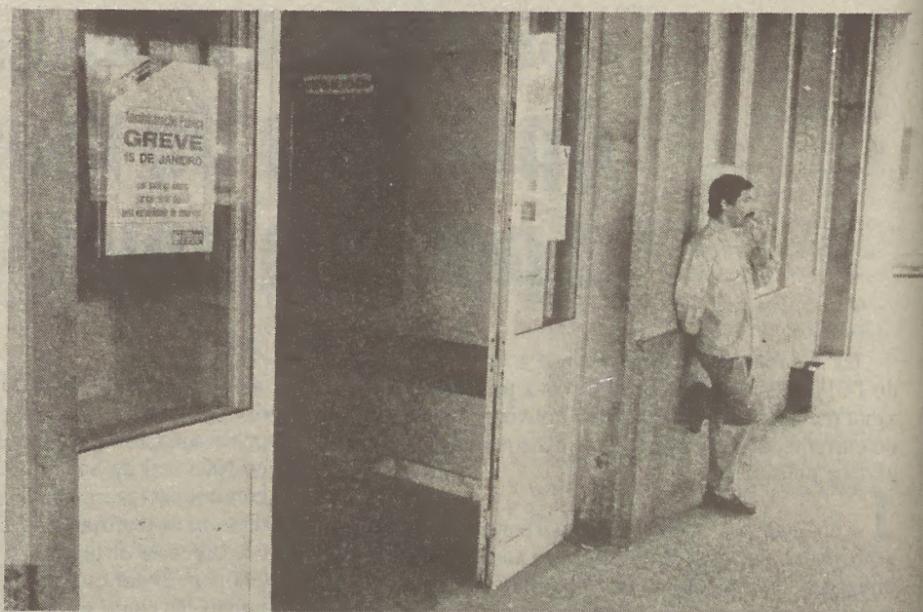
pelo que os portugueses devem dar uma resposta eficaz a esta política «que não serve a ninguém».

A CGTP, sexta-feira passada, dia em que foi publicado no «Diário da República» o diploma com o novo SNS, veio a público afirmar que requereria junto dos órgãos de soberania a verificação da constitucionalidade do sistema nacional de saúde, nos moldes em que foi mandado publicar pelo Governo.

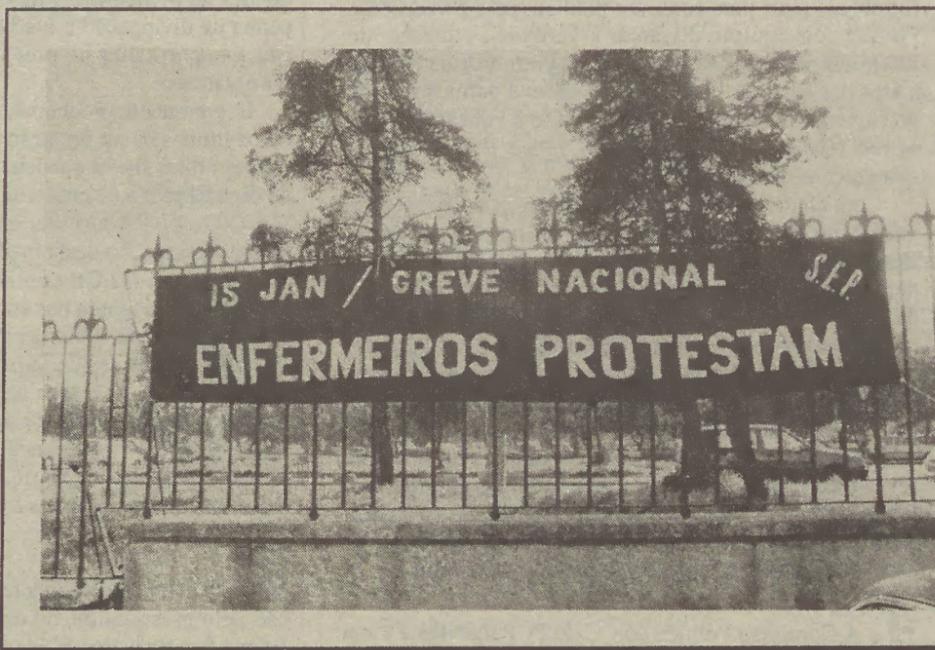
A publicação do estatuto, muito criticada também pela UGT e pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP), foi considerada pela CGTP «revoltante e inadmissível». O estatuto para a

elaboração do qual não foram ouvidos os sindicatos — reafirmou Maria do Carmo Tavares — «vai no sentido contrário ao da própria Constituição, que prevê um serviço de saúde tendencialmente gratuito; e nesta legislação o que está contemplado é o tendencialmente pago».

Tomava posse, entretanto, no novo bastonário da Ordem dos Médicos. Santana Maia, na respectiva cerimónia em Lisboa, no sábado, garantiu que vai defender a constante melhoria dos cuidados de saúde prestados aos portugueses, enquadrados na promoção de uma «real e efectiva justiça social».



A política de saúde deste Governo foi muito criticada sábado no Forum Picoas. No debate promovido pela CGTP estiveram personalidades e instituições como a Caritas Diocesana de Lisboa; JOC-Juventude Operária Católica; LOC-Liga Operária Católica; APD-Associação Portuguesa de Deficientes; António Arnault; Nuno Grande; Manuela Silva; António Galhordas; Francisco Salgado Zenha; José Saramago; José Cardoso Pires; Maria Merlinda Madureira, Mário Jorge; Virgínia Moura, Vital Moreira, Pezarat Correia, Vasco Lourenço, Victor Alves e Gomes Cantilho. Estas individualidades e organizações participaram ou aderiram à iniciativa da CGTP «SOS em defesa da saúde». (Foto: durante a greve)



Sem carreira

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) voltava a aludir quinta-feira à carreira de enfermagem que «continua por aplicar».

A «muitos enfermeiros» não tinham sido pagos até àquela data «os descongelações de escalões de vencimento referentes a Outubro de 1992». Também não estavam a ser processadas «as bonificações que implicam a mudança de mais um escalão de vencimento a todos os enfermeiros que tenham completado um curso de especialização em enfermagem». O SEP protestava ainda na nota de 14 do corrente por haver «enfermeiros» a aguardar «há mais de três anos equivalências a graus académicos» e por não estar a ser atribuída, «por incúria das instituições», a «bonificação de tempo para mudança de escalão». Não foram divulgados «os temas relativamente aos quais os trabalhos deveriam realizar-se». (Foto de arquivo.)

Combustíveis

Não é aceite o aumento zero

Um pedido de conciliação feito ao Ministério do Emprego e Segurança Social pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FEPCES) pretende alterar a decisão patronal de não negociar qualquer aumento de salários em 1993 nos sectores de abastecimento de

combustíveis, estações de serviço e distribuição de gás.

Caso a posição da ANAREC (associação patronal) não se altere, a FEPCES exortará os trabalhadores a irem para a greve em Fevereiro.

A Federação sindical, que emitiu uma nota sobre o assunto quinta-feira, não

concorda com a «justificação» apresentada pela Associação Nacional dos Revendedores de Combustíveis. Para a ANAREC, «as margens de comercialização que lhe são impostas pelo Governo para o sector de combustíveis líquidos não dá para qualquer aumento salarial», refere a FEPCES.

Esta argumentação é «repudiada» pelos sindicatos que a classificam de «chantagem».

A contratação que se pretende rever — sublinha a Federação — «abrange cinco sectores de actividade (gás, estações de serviço, postos de assistência a pneumáticos e parques de estacionamento) com margens de comercialização liberalizadas para a prestação de serviços e vendas».

Além disso, também o preço da gasolina sem chumbo está liberalizado.

Em termos económicos, «o sector está estável». A comissão executiva da FEPCES acrescenta que «as actuais margens de comercialização dos restantes combustíveis líquidos», bem como as vendas crescentes dos produtos permitem a negociação de «aumentos salariais, não só para repor o aumento do custo de vida verificado, como melhorar o poder de compra dos trabalhadores do sector».

O plenário, na estação de Santo Amaro em Lisboa, «repudiou a política de gestão do pessoal» e exigiu que a Carris reformule a sua proposta de aumentos para este ano. Os cinco por cento foram anunciados sem o acordo da FESTRU.

Numa concentração de protesto efectuada no mesmo dia, centenas de trabalhadores da CP ocuparam a estação do Rossio e pronunciaram-se contra o rumo da gestão na empresa, designadamente quanto a salários, carreiras e horários de trabalho.

Possível greve na Carris

O recurso à greve, entre outras formas de luta, foi admitido quinta-feira num plenário de trabalhadores da Carris. Em causa está a reabertura das negociações salariais para 1993. Um aumento de cinco por cento foi estabelecido a semana passada pelo conselho de gerência. Fonte da FESTRU (Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos) disse à Lusa que as formas de luta só serão decididas depois da resposta dos gestores às «exigências dos sindicatos».

Bloqueio salarial

Solidária com as manifestações de indignação dos magistrados dos tribunais superiores contra o bloqueio salarial, a direcção do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP) marcou para segunda-feira passada uma reunião com os principais interessados para, segundo a Lusa, analisar a situação e tomar medidas. A direcção do SMMP não afastou, no entanto, a possibilidade de encontrar para o caso uma «solução consensual», apesar da ambiguidade das posições do Governo sobre a questão do congelamento ilegal de vencimentos dos escalões mais elevados das magistraturas.

Músicos perdem Segurança Social

De «legalidade duvidosa», que nem os principais interessados «tiveram tempo de analisar», são os contratos de trabalho que trinta elementos da orquestra do extinto Teatro de São Carlos assinaram com a nova Orquestra Sinfónica Portuguesa, facto que, segundo disse à Lusa o dirigente do Sindicato dos Músicos, Tristão Nogueira, os levou a perder o direito à Segurança Social. «Os novos contratos são confusos e não se enquadram nos contratos legais existentes», acrescentou aquele dirigente sindical. No entender do Sindicato, a culpa do sucedido é da Direcção-Geral das Artes e Espectáculos, que «se aproveita da situação de precariedade de emprego em que os profissionais em causa se encontram» para os levar a submeter-se àquelas condições.

Por outro lado, a criação da nova Orquestra foi considerada «um mau prenúncio» por ter aparecido «sem entidade jurídica definida e concreta». Em conferência de imprensa, no passado dia 8, os representantes sindicais dos músicos acusaram de falta de diálogo a Secretaria de Estado da Cultura.

TRABALHADORES

Perante a elevada adesão à greve da Função Pública

Governo deve alterar posição negociadora

Ao fim da tarde de sexta-feira, 15, verificada uma adesão de «mais de 80 por cento (450 mil trabalhadores) à greve nacional» desse dia, as organizações sindicais em conjunto reclamavam do Governo «a modificação da sua postura negociadora».

A comissão negociadora, que reúne, como se sabe, o STE (independente), a CNS (CGTP) e a FESAP (UGT) decompôs «a adesão global de 80 por cento» como segue: autarquias locais, 85 por cento; Município de Lisboa, 80 a 85 por cento; professores, 80 a 90 por cento; Administração Central, 80 por cento (com 80 por cento na Segurança Social, 70 a 80 por cento nas escolas, 75 a 85 por cento na Saúde; 85 por cento nos serviços descentralizados das Finanças); enfermeiros, 60 a 70 por cento; e trabalhadores judiciais, 80 por cento.

A paralisação nacional, a maior de sempre segundo os sindicatos, destinou-se a exigir a reabertura das negociações salariais para 1993. A greve, que o Governo como habitualmente tentou subestimar, efectuou-se pelos mesmos motivos da de 13 de Novembro. Já nessa altura a adesão, para os sindicatos, tinha ultrapassado os 75 por cento.

Estas duas greves e outras formas de luta entretanto adoptadas não demoveram o Governo das suas intenções de fixar, na prática, «um



tecto» para os aumentos salariais deste ano. Uma semana depois da greve, cuja «elevada adesão reflecte o grande descontentamento e a combatividade dos trabalhadores», sublinham as organizações sindicais, o Governo não tinha iniciado ainda

que nos últimos anos se têm verificado no nosso país.

Pelo contrário. O Governo continua a querer transmitir a ideia de que o recurso à greve e à luta em geral não pode ter efeitos construtivos, e mantém-se «agarrado» aos baixos salários. Mas, de

modo explícito, os sindicatos manifestam a sua «clara intenção» de continuar a opor-se:

● A atitude prepotente do Governo e à imposição de



Hospitais e cantinas, locais de ampla adesão

aplicação não criteriosa e, em alguns casos, já acintosamente perversa;

● Ao adiamento da discussão das restantes reivindicações sindicais, nomeadamente as relativas às carreiras profissionais e aos horários de trabalho».

Num comentário à adesão, as três estruturas sindicais que convocaram a greve de sexta-feira destacam «a situação em que se realizou a greve».

O seu «particular significado» deve-se, acrescentam, à «portaria salarial já publicada, às pressões directas de algumas hierarquias, ameaças de aplicação dos excedentes, tentativa de criar a confusão em torno de uma hipotética desconvo-

ção da greve, recuo do Governo à última hora, mandando processar o "adicional" de dois por cento que antes recusara».

Os sindicatos decidiram continuar o mesmo combate pelo recomeço das negociações. No próprio dia da greve anunciavam que apressariam «queixa à OIT (Organização Internacional do Trabalho) contra o Governo português por violação dos direitos de participação e negociação colectiva».

No entanto — reiteram os sindicatos — «que cada um assumia posição negociadora que não seja a consideração razoável dos problemas e da busca de soluções».

Continuam ameaçados quase 500 empregos nas Minas da Panasqueira

Depois de ter convidado os cerca de 640 trabalhadores a rescindirem os seus contratos, a administração das Minas da Panasqueira

pretende agora «desencadear um processo de despedimento colectivo, de modo a ficar apenas com cerca de 150». A Federação dos Sin-

dicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal (FSMMMP), ao reclamar do Governo que «trave» estas «intenções» e ao solidarizar-se com a luta dos mineiros, acrescenta que a administração das Minas «também não quer negociar os aumentos salariais» para o ano corrente. A FSMMMP manifesta-se pela intervenção firme do Governo no sentido da viabilização, do direito ao trabalho, e contra o encerramento da mina ou contra o prosseguimento da sua exploração com «trabalhadores em situação de precariedade».

A CGTP condenou, por sua vez, a tentativa de despedimento colectivo e reafirmou a «sua solidariedade activa aos trabalhadores e aos seus representantes», exortando-os a continuar a luta pelas minas em laboração.

CGTP saúda firmeza e efeitos imediatos

Reunida no dia 18 de Janeiro para preparar a reunião de amanhã do Conselho Nacional, a Comissão Executiva da CGTP-IN concluiu que «a greve geral da Função Pública, pelos elevados níveis de adesão que conheceu, reflectiu o grande descontentamento e a combatividade dos trabalhadores da Administração Pública e a sua inequívoca intenção de continuar a lutar por melhores salários e contra a chamada lei dos disponíveis».

Nas conclusões divulgadas após a reunião, a Executiva da Inter «saúda a firmeza demonstrada pelos trabalhadores e pelos seus sindicatos na defesa dos seus direitos e regalias e considera serem de realçar os efeitos que a sua luta provocou no imediato, designadamente obrigando o Governo a incluir, à pressa, no cálculo dos salários o adicional de 2 por cento, anteriormente recusado».

A Comissão Executiva saúda igualmente os trabalhadores de outros sectores que estiveram em luta durante a semana passada, referindo os sectores de transportes (CP, Carris, RN), automóvel, metalomecânica pesada e comércio, e reafirma «a necessidade de os trabalhadores continuarem a lutar activamente pela melhoria das

suas condições de vida e trabalho», com realce para os aumentos salariais. A CGTP aponta alguns sectores e empresas onde as actualizações de salários já acordadas ultrapassam e chegam mesmo a duplicar os valores propostos pelo Governo:

Ouivesaria do Sul (11,3%), Serviços de Vigilância (11,3%), Beiersdorf (12,9%), Fábrica de Tintas de Sacavém (12%), Roche (13%), Estaleiros do Mondego (15%) e Solvay (9,5%).

Reafirmando a sua solidariedade para com os trabalhadores que têm anunciadas acções de luta, a Executiva da Intersindical chama atenção da opinião pública para o facto de estarem a ser divulgados valores referentes à inflação em 1992 que, por não incluírem a habitação, são mais baixos. Reportando-se a dados do INE através do índice de preços no consumidor, a CGTP contrapõe: «a inflação de 1992 situou-se em 9,5 por cento, incluindo a habitação».

A Executiva reafirmou a urgente necessidade de serem actualizados os valores do salário mínimo nacional, exigiu do Governo que liberte os meios necessários para o urgente realojamento das famílias despejadas em Camarate, e condenou o ataque agora perpetrado contra o Iraque.

Dívidas em Aveiro

Numa reunião recente do Conselho Regional de Segurança Social de Aveiro, o representante da União dos Sindicatos do distrito (USA) obteve a informação de que as dívidas do patronato «atingiram já 11 milhões de contos» em Aveiro.

A USA/CGTP-IN, numa nota de segunda-feira, «considera grave a actual situação e lamenta o laxismo do Governo nesta questão».

A União acrescenta que o Governo deve tomar «as medidas necessárias ao impedimento da progressão das dívidas à Segurança Social».

O nível dessas dívidas é hoje «escandaloso», conclui a USA, e é também responsável «pelo baixo nível das prestações sociais».

TRABALHADORES

Polícias não desistem do sindicato

Cerca de sete mil polícias já tinham assinado, quinta-feira passada, uma petição à Assembleia da República no sentido de voltar a ser discutido o direito sindical dos agentes. Numa conferência

de imprensa em Lisboa, António Augusto, dirigente da ASPP (Associação Socio-Profissional da Polícia), que se encontrava acompanhado de José Carreira, presidente da ASPP, afirmou que os

processos disciplinares, entretanto, abertos se destinam a «enfraquecer» a ASPP nas eleições de Setembro próximo para o Conselho Superior de Polícia, no entender da Associa-

ção, José Carreira e Alberto Torres, «candidatos naturais», não podem submeter-se a sufrágio se tiverem processos pendentes.

Na conferência de imprensa de 14 do corrente, os três elementos da direcção da ASPP consideraram que em vez de «repressão» é necessário dialogar para resolver os problemas.

Estão designadamente em causa os vencimentos, o subsídio de risco, de turno, a promoção de carreiras, instalações e meios de acção.

Para a ASPP, é necessário um «grande debate público» acerca da reestruturação da PSP. Nele deverão participar, preferencialmente, representantes do Governo e da hierarquia da Polícia.

Mas, em vez disso, Dias Loureiro, ministro da Administração Interna, procura escapar à verdade, quando reduz «todas as críticas ao facto de os polícias agora terem de vir para a rua». Para os dirigentes da ASPP o que na verdade acontece é que o ministro se encontra «confrontado com a contestação generalizada» à reestruturação da PSP, numa altura em que, «de facto, há menos e pior policiamento».

António Augusto disse ainda que «vários graduados e patrulheiros já pediram transferência» da superesquadra dos Olivais, não para uma determinada esquadra ou outro local de trabalho, mas para «outro sítio qualquer».

Interjovem Plenário nacional

A Interjovem, que anuncia para o próximo sábado em Aveiro um Plenário nacional, enviou à Imprensa, segunda-feira, o seguinte comunicado:

«Estamos numa fase da política nacional em que a juventude trabalhadora vê os seus direitos serem constantemente postos em causa, tais como o emprego, a formação profissional, o estatuto do trabalhador-estudante e o horário semanal de trabalho, que mereceu da parte da Assembleia da República a sua discussão, na perspectiva da sua redução para 40 horas e que foi reprovada pelo PSD e pelo CDS, o que vai contra o próprio programa apresentado por aquele partido nas últimas eleições legislativas.

«Esta redução do tempo de trabalho constitui um meio que pode contribuir decisivamente para uma efectiva melhoria de qualidade de vida e uma resposta às necessidades sociais, económicas e tecnológicas.

«Assim, e merecendo estes aspectos da parte da Interjovem a maior atenção, inseridos na fase preparatória do Congresso da CGTP-IN, temos vindo a desenvolver, desde o passado dia 3 de Novembro de 1992, uma campanha pelo reforço dos direitos dos jovens trabalhadores, subordinada ao lema «És jovem — tens direitos». Esta campanha tem recensado situações de abuso e ilegalidades, entre as quais referimos uma que consideramos bastante grave, o trabalho infantil, mais visível no Vale do Ave.

«A Campanha dos Direitos e a fase preparatória do Congresso da CGTP-IN levam-nos a realizar um Plenário Nacional de activistas e delegados sindicais, que terá lugar no Auditório do Instituto da Juventude, em Aveiro, sito à Rua das Pombas, no dia 23 do corrente. Esta iniciativa contará com a participação do Coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, e terá 3 grandes objectivos:

- Fazer um levantamento de situações concretas, que temos vindo a detectar durante a Campanha;
- Permitir aos jovens trabalhadores a discussão em torno do VII Congresso da CGTP-IN;
- Aprofundar as reivindicações da Interjovem por melhores condições de vida e de emprego.

«O Congresso da CGTP-IN assume assinalável importância para os jovens trabalhadores, na perspectiva de encontrar mais e melhores soluções que dêem resposta aos diversos problemas com que se debatem os trabalhadores portugueses no dia-a-dia».



As forças de segurança continuam a mostrar capacidade reivindicativa e disposição de intervir (foto de arquivo)

Requisitados do INE sem emprego em Tomar

A decisão do presidente do Instituto Nacional de Estatística (INE) de dar por terminada a requisição dos 39 trabalhadores da Divisão do Registo de Dados de Tomar (DPRD) foi considerada «ilegal» e de «nulo efeito» pela direcção distrital de Santarém do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores. Quinta-feira passada, a delegação distrital do STFPSA afirmava em comunicado que, a partir das nove horas daquele dia, os trabalhadores iam concentrar-se «à porta das instalações daquele serviço para tentarem o regresso ao trabalho». Se não o conseguissem, reuniriam para «decidirem quais

as medidas a tomar para levar o INE a alterar a sua decisão».

Os dirigentes sindicais da delegação de Santarém recordam que os 39 trabalhadores vinculados ao quadro de «excedentes» estão «requisitados pelo INE há cerca de ano e meio, tendo garantido parte significativa das operações dos Censos/91».

Recordam também que existe um despacho do Director-Geral da Administração Pública que prorroga o prazo de requisição destes trabalhadores até 25 de Junho de 1993».

A direcção distrital de Santarém do STFPSA sublinha que «a situação agora criada

no INE vem juntar-se à grave crise social que se vive actualmente no concelho de Tomar, com o encerramento e despedimento de muitos trabalhadores de diversos sectores de actividade».

Receio confirma-se na Educação

Seis mil postos de trabalho podem desaparecer

Em resposta a um pedido de audiência ao ministro da Educação, o secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário marcou para 18 do corrente uma reunião com representantes da Federação Nacional da Função Pública para analisar a «reestruturação dos serviços centrais daquele Ministério». A FNSFP sublinha que se trata do «futuro de cerca de seis mil trabalhadores».

Numa nota de 14 do corrente, a FNSFP realça a importância desta reunião e salienta a expectativa de que ela «seja de facto o início do processo negocial que se impõe», pois criou-se «um clima de instabilidade», natural após as «notícias vindas a público» sobre a aludida extinção.

A reunião com o secretário de Estado surge aliás como resposta à veracidade dessas notícias. Da sua agenda constava um único ponto,

precisamente a «reestruturação dos serviços centrais do Ministério da Educação».

Ao pedir a audiência ao ministro, a Federação,

«não tendo sido auscultada» sobre a reestruturação, reclamou a sua participação num processo de que não aceita ser marginalizada, como expressamente

refere, ainda mais «quando se antevê poderem estar em causa os legítimos direitos dos trabalhadores» representados por aquela organização sindical.

Empresas de Braga

O Comité dos Metalúrgicos do PCP, reunido em Braga sexta-feira, divulgou uma nota com uma série de empresas, «em número cada vez maior», que apresentam «dificuldades, aumentando também os salários e subsídios em atraso». A nota menciona as **Oficinas Metalúrgicas Peixoto** (assembleia de credores a efectuar amanhã); a **Metais Prumo**, que vai à praça em finais deste mês ou em princípios de Fevereiro; a **Manuel Fernandes Franqueira e Filhos** (chegou a acordo com os trabalhadores para o pagamento do subsídio de Natal/92 em três prestações); a **Heinrich Fluck** (deve 70 por cento do subsídio de férias/92, 100 por cento do subsídio de Natal/92 e o salário de Dezembro último); a **Ceia-Centro de Equipamentos Industriais e Agrícolas** (não pagou o subsídio de Natal/92 nem o salário de Dezembro findo); e a **FPS-Fábrica Portuguesa de Segmentos** (processo de recuperação no tribunal).

No entender do Comité dos Metalúrgicos do PCP, a situação «é preocupante, adivinhando-se piores dias» no sector.

Açores

Cortes nos salários constituem «abuso de poder»

O Governo da Região Autónoma dos Açores, ao suspender o processamento em Janeiro da «remuneração complementar» dos funcionários públicos, praticou uma «ilegalidade» e um «abuso de poder», acusou a semana passada em Ponta Delgada o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores. Num comunicado, o STFPSA afirma que o Gabinete de Mota Amaral se «aprestou, gulosamente, a

cortar dos salários de Janeiro a importância correspondente à remuneração complementar, embora o Tribunal Constitucional não tenha ainda tomado qualquer decisão a respeito da sua suspensão, nem tenha sido publicada a legislação respectiva».

Aquela remuneração, também conhecida por «subsídio de insularidade», foi criada pela Assembleia Regional, quando o PSD não dispunha da maioria absoluta nesta

Câmara. Em Dezembro findo, uma proposta do Governo Regional, acabando com essa remuneração, foi aprovada pela maioria social-democrata no Parlamento do Arquipélago.

No entanto, o diploma foi enviado para fiscalização preventiva pelo ministro da República, Mário Pinto, ao Tribunal Constitucional.

O montante da remuneração complementar é de 5 mil escudos mensais.

IV
CONGRESSO
JCP

JCP prepara 4.º Congresso

A Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa reúne este fim-de-semana para aprovar os documentos preparatórios do 4º seu Congresso: alteração aos Princípios Orgânicos, projecto de resolução sobre organização e direcção, projecto de resolução política.

A vários níveis da sua organização e direcção, os jovens comunistas empenham-se na realização do congresso, que decorrerá nos dias 3 e 4 de Abril, no Barreiro, sob o lema «Ser comunista, agir para transformar».

De acordo com o Regulamento aprovado pela DN da JCP no dia 14 de Novembro quando foi decidida a convocação do 4º Congresso, a distribuição dos documentos que serão aprovados depois de amanhã marcará o início do período de discussão nas organizações. Até 20 de Março devem ser enviadas ao Secretário da DN da JCP as propostas de alteração.

A eleição dos delegados deverá estar concluída a 27 de Março.

No Regulamento para esta fase de discussão preparatória e eleição de delegados prevê-se a realização de «assembleias e reuniões plenárias e outras iniciativas de organizações, de sectores e áreas de intervenção, cabendo aos respectivos organismos de direcção a sua convocação, procurando assegurar a maior participação possível dando condições para uma ampla participação de todos os militantes».

«Admite-se e sugere-se», naquele documento, que «com o apoio do PCP e sempre que possível com a participação de dirigentes da JCP, sejam promovidas reuniões» para o debate e a eleição dos delegados «nos distritos, concelhos e outras áreas onde a JCP tem dificuldades de organização e existem membros da JCP».

Embora se privilegiem as reuniões plenárias, designadamente ao nível de distritos, concelhos, grandes sectores, áreas de intervenção ou grandes colectivos de base, o Regulamento estipula que «as assembleias e reuniões plenárias decorrerão de acordo com as condições orgânicas de cada organização e especificidades das formas orgânicas actuais».

As comissões distritais de Braga e de Leiria da JCP anunciaram, já na semana passada, algumas iniciativas de preparação do 4º Congresso. Assim, foi convocada para 14 de Março a assembleia de jovens comunistas do distrito de Braga. Aqui, vai ainda ter lugar uma reunião com jovens estudantes para analisar e preparar a comemoração do 24 de Março, Dia do Estudante. O Dia da Juventude, 28 de Março, será festejado em Braga com uma iniciativa pública da JCP, com a participação de grupos musicais do distrito.

A JCP de Leiria marcou o plenário distrital de activistas para 30 de Janeiro, em Óbidos, seguindo de convívio. A primeira quinzena de Março será preenchida com a realização de plenários para eleição de delegados ao 4º Congresso.

A Comissão Distrital de Leiria, considerando fundamental o reforço da CDU nas próximas eleições autárquicas, perspectivou para Junho a realização de um encontro distrital de jovens da coligação. O trabalho dos jovens eleitos pela CDU para as autarquias de Leiria tem-se caracterizado, afirma-se na nota de imprensa distribuída após a reunião da Distrital, «pelo cumprimento dos compromissos assumidos perante os jovens em 1989, levando aos órgãos locais as suas principais preocupações e reivindicações».

Responsabilizando o Governo PSD/Cavaco Silva pela degradação da situação social no distrito, a JCP apela a uma atitude «mais interveniente dos jovens trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho».

Solidariedade

«Mais uma vez ficou demonstrada a importância da solidariedade, da paz e da amizade entre os povos», afirma a Comissão Distrital de Leiria da JCP numa nota divulgada à comunicação social pouco após o anúncio da libertação de Rim Su Kyong, uma jovem sul-coreana que foi detida em 1989 por ter participado no 13º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, em Pyongyang, apesar de o governo de Seul lhe ter recusado o visto de saída.

A JCP efectuou no distrito de Leiria, no último trimestre de 1989, diversas acções de sensibilizações da opinião pública, denunciando o acto antidemocrático do governo sul-coreano e de solidariedade para com Rim Su Kyong «que, com a sua presença no Festival Mundial, exprimiu a vontade de milhões de coreanos pela reunificação pacífica da Coreia».

O adeus a Carlos Pinhão

Cravos vermelhos e uma multidão de amigos acompanharam no sábado o funeral do camarada Carlos Pinhão, falecido na véspera, ao cemitério do Lumiar. Uma delegação do Partido Comunista Português, composta pelo Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, por Octávio Pato, do Secretariado, e por Vítor Dias, da Comissão Política, fez-se representar nas cerimónias fúnebres e esteve presente no Sindicato dos Jornalistas, acompanhando o funeral até ao cemitério. Muitos dirigentes comunistas estiveram presentes, quer no velório, como o camarada Carlos Brito, da Comissão Política e director do «Avante!», quer no funeral, como os camaradas Blanqui Teixeira, do Secretariado, José Casanova, da Comissão Política, Aboim Inglês e António Abreu, da Comissão Central de Controlo. Membros do Comité Central, como António Dias Lourenço, antigo director do «Avante!», Ruben de Carvalho, Chefe de Redacção do nosso jornal, José Bernardino, Marília Vilaverde Cabral, Alexandre Teixeira e Manuela Bernardino acompanharam também o funeral do camarada.

Mas a estima que mereceu Carlos Pinhão em vida alargava-se muito para além dos laços de camaradagem militante que o uniam ao PCP. Muitas dezenas de jornalistas também o acompanharam ao cemitério, nomeadamente toda a Redacção do jornal «A Bola», onde durante mais de 30 anos escreveu. A Direcção do Sindicato dos Jornalistas e muitos outros camaradas de profissão, de praticamente todos os órgãos de informação estiveram presentes, assim como destacadas personalidades do mundo do desporto. Além de dirigentes desportivos, lá se encontravam Moniz Pereira, Jesus Correia, Vasques, José Augusto, Mário Wilson e muitos outros.

Carlos Pinhão, que nasceu em Lisboa em 4 de Maio de 1924 e abraçou a carreira jornalística após ter frequentado a Faculdade de Direito, continuava, apesar de já reformado,

a colaborar no jornal «A Bola» com diversas crónicas. Na edição do próprio dia em que realizava o funeral, aquele periódico desportivo chamava a Carlos Pinhão «o professor permanente de «A Bola»», referindo o modo como sempre ensinou e apoiou os jovens companheiros.

Num «Adeus a Carlos Pinhão», em que, no funeral, a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP refere o camarada falecido como «um dos mais destacados jornalistas portugueses das últimas décadas e militante do PCP».

E escreve:

«Carlos Pinhão tinha 68 anos e deixa uma obra de grande valor no jornalismo, na literatura infanto-juvenil, na actividade sindical e partidária, na camaradagem e lealdade, no profissionalismo, no entendimento e atitude para com os fenómenos desportivos.

«Várias vezes candidato do PCP, multiplicou-se em formas diversas de actividade política e cultural.

«Iniciou-se no «Mundo Desportivo» dando um salto para «A Bola» em Setembro de 1955, onde se tornou um dos jornalistas mais conhecidos. Subchefe de Redacção até à sua reforma. Des-

tacou-se no movimento pela sindicalização dos jornalistas desportivos e na dignificação do próprio jornalismo desportivo. Introduziu a crónica e o conto no jornalismo desportivo e «A Bola» tem nos seus arquivos centenas de contos e crónicas memoráveis. Editou histórias para crianças, livros de crónicas, poesia para crianças e até livros sobre a vida de vedetas desportivas, o último sobre Carlos Lopes.

«Deitou um olhar diferente ao desporto.

«Colaborou como cronista e contador de histórias para crianças no «O Diário», «Europeu» e «Público» e tem dispersa imensa colaboração por muitos jornais regionais».

Crise de Norte a Sul

Bragança

Reunida em Alfândega da Fé, no passado dia 15, a DORBA do PCP confirmou apreciações anteriores sobre os efeitos nefastos da política governamental, e conclui que tem vindo a acentuar-se a deterioração da situação social. E exemplifica:

«Após as últimas legislativas, no distrito de Bragança, verificou-se o encerramento de empresas e serviços, a transferência de departamentos para outras regiões, e redução de pessoal em muitos serviços. Estão já previstas reduções de pessoal na Direcção Regional do Ministério da Agricultura, Centro Regional de Segurança Social e Administração Regional de Saúde.

«Acentuou-se a crescente desresponsabilização do Estado em relação a importantes funções sociais, em áreas como a saúde, a segurança social e mesmo a educação.»

Mais adiante, depois de sublinhar que a crise no distrito é hoje reconhecida mesmo por defensores da «iniciativa privada» e por destacados dirigentes de associações empresariais, a DORBA refere-se ao aumento de dificuldades e falências de empresas:

«A empresa alemã Grunning, na campanha eleitoral apresentada como um exemplo pelo ministro Silva Peneda, paga remunerações de miséria e tem funcionado sem respeitar alguns dos mais elementares direitos dos seus trabalhadores.

Constata-se que os fundos estrutu-

rais, provenientes da Comunidade Europeia, não foram convenientemente aproveitados, havendo uma ausência quase absoluta de investimentos produtivos.»

Por fim, tendo feito uma primeira abordagem do plano de actividades partidárias e decidido nomeadamente convidar o secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas, a visitar o distrito, a DORBA debruçou-se ainda sobre as perspectivas das eleições autárquicas, confirmando a intenção de apresentar candidatura, a todas as câmaras e assembleias de Freguesia.»

Beja

O executivo da DORBeja do PCP, que reuniu no dia 16 do corrente, analisando também a situação social do distrito, emitiu uma nota decidindo, entre outros assuntos, «manifestar apreensões em relação à futura utilização da Base Aérea nº 11 de Beja, pois a falta de informação motiva dúvidas quanto à salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e preocupa os agentes económicos e as autarquias locais». Decidiu também, «condenar a falta de medidas adequadas para atenuar a grave crise que assola o distrito, agravada pela situação de seca prolongada, que lançou no desemprego milhares de trabalhadores muitos dos quais não cobertos por subsídio e outros em via de o perderem. O reflexo da crise incidem também nas empresas, algumas com salários em

atraso, com despedimentos já concretizados ou em perspectiva.»

Entretanto, a Comissão Concelhia de Beja do PCP divulgou uma nota sobre a situação de crise:

«A política do governo PSD e a seca, que está a assolar a nossa região, agravaram a níveis altamente preocupantes a já muito difícil situação económico-social do nosso concelho.

«Pequenos e médios jovens agricultores estão a ficar arruinados, pequenas e médias empresas comerciais estão à beira da falência, a indústria não se instala nem se desenvolve no nosso concelho.

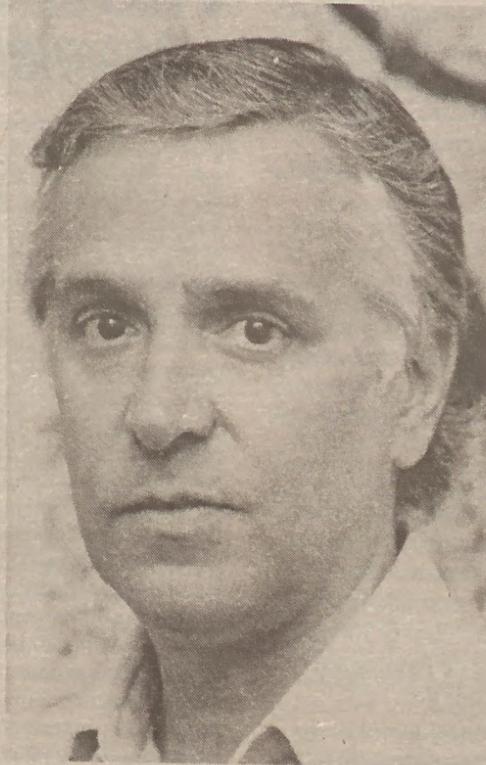
«Postos de trabalho efectivos têm sido eliminados, trabalho sazonal foi fortemente reduzido, a ameaça de desemprego paira sobre centenas de funcionários públicos, através da aplicação da lei dos disponíveis, jovens não conseguem encontrar saídas profissionais que lhes permita encarar o futuro com esperança.

«O tecto salarial de 6% que o governo tenta impor para os aumentos salariais e a actualização dos valores das pensões não cobrem a inflação.

«A fome grassa nos lares de muitas famílias.

«Este é o retrato dos efeitos da «democracia de sucesso», o «oásis» a que conduziu a nossa região a política do governo PSD.

«Apesar deste quadro negro, a Comissão Concelhia de Beja do PCP considera haver razões para enfrentar 1993 com confiança e espírito de luta.»



Novo Centro de Trabalho em Setúbal!

“Cada vez que se olha para o novo edifício do Partido descobre-se uma coisa interessante. A beleza não se apreende toda de uma vez”, comentava connosco o camarada Manuel Sobral, da Comissão Política, responsável pela DORS, que fomos entrevistar a Setúbal a propósito da próxima inauguração do “Arrábida”, nome dado ao edifício construído pelo PCP na capital do distrito, onde já se instalaram os centros de trabalho da Direcção Regional e da Comissão Concelhia.

Ocre é a cor dominante, debruada pelo vermelho das ferragens, pelo branco a coroar o último piso, que recupera a imagem da construção pré-existente, num intencional “diálogo” com a modernidade global das linhas. O edifício parece ondular, rememorando o mar próximo.

Os objectivos do projecto arquitectónico foram atingidos, sublinhou Manuel Sobral, durante a visita que nos propôs. E falou-nos da volumetria que não só respeita as imposições municipais como se decidiu ser inferior, em altura, ao permitido. O camarada referiu-se ainda à cedência ao município de cerca de 300 m² de terreno e à realização de 2200 m² de pavimento construído, além da cave, com funções de estacionamento. O projecto foi cuidadosamente estudado, com a análise anterior dos edifícios de toda a área envolvente, visando a integração do edifício na malha urbana da cidade. Artistas prestigiados ficam ligados a esta obra, a começar pelo Arquitecto Jorge Silva, que dirigiu o projecto. À entrada, uma escultura de António Trindade e, no interior, um painel de Rogério Ribeiro, dão nomes à obra cultural realizada e oferecida ao Partido.

Lá dentro tudo já funciona, embora alguns trabalhos se ultimem. Numa sala, camaradas preparam quadros para a decoração. Imagens de trabalho - a Reforma Agrária; empresas. E de lutas - manifestações; desfiles. E de trabalho político - assembleias; comícios. Uma ampla sala de espera, onde se cruzam camaradas ao trabalho, “distribui” naturalmente a geografia interior da DORS. Noutro piso, a Comissão Concelhia instala-se na novidade das suas amplas salas de trabalho e de reuniões. A Juventude Comunista Portuguesa dispõe também de instalações próprias. E, no próximo sábado, será a inauguração. Com a presença de Carlos Carvalhas. Mas agora é o tempo da entrevista. E da primeira pergunta.

“Avante!” – Uma vez a obra acabada praticamente, e com a inauguração marcada para o próximo sábado, com o PCP a funci-

onar nas instalações, já se pode perguntar – o projecto inicial corresponde às expectativas do Partido?

Manuel Sobral – O pro-

● Entrevista com Manuel Sobral

jecto inicial corresponde às expectativas na medida em que o objectivo principal foi conseguido – dotar a DORS, a organização concelhia de Setúbal e a JCP de instalações funcionais e acolhedoras e, também dentro desse objectivo, contribuir para a valorização urbana da cidade.

No entanto, cada construção, para além da razão que determina o seu projecto, tem uma história. Do projecto à obra concreta há um percurso em que surgem novos dados, novas interrogações, e se criam novas expectativas.

A razão fundamental que levou à construção deste edifício prendeu-se com a necessidade de acabar com a dispersão das instalações da DORS e da Comissão Concelhia por quatro locais diferentes da cidade, o que prejudicava e dificultava bastante a nossa actividade. Uma dessas instalações, onde funcionava a Concelhia de Setúbal, era propriedade do Partido, mas o edifício encontrava-se bastante degradado e ameaçava ruir.

“Av!” – Mas a compra do antigo CT da Concelhia já perspectivava a construção de um novo Centro de Trabalho...

M.S. – Sim, esse foi um factor de primeira importância para se decidir a construção de um novo Centro para a DORS e para a Comissão Concelhia. Esta decisão foi aprovada na Assembleia da Organização Regional de Setúbal em 1984.

Quanto ao modelo de construção, surgiram na altura perspectivas diferentes.

“Av!” – Que perspectivas?

M.S. – Uma era construir dois blocos, dois edifícios – um para o Partido e o outro destinado a venda ou a arrendamento. Uma segunda era propor a um construtor a realização desses dois blocos, para o que entrávamos com o valor do terreno. Por último – construirmos um edifício a ser totalmente ocupado pelo Partido.

Cada uma destas opções apresentava prós e contras. Às vantagens económicas contrapunham-se as limitações na funcionalidade. Talvez não se tivesse ponderado suficientemente, apesar de ter havido muita discussão sobre a opção a tomar. E era preciso decidir, sob pena de nunca mais se começar a obra. Ganhou força a ideia de um só edifício para o Partido, e foi essa a decisão tomada.

“Av!” – E como é que hoje isso se concretiza no edifício “Arrábida”?

M.S. – Pegando no que disse no início da entrevista: do projecto até à finalização da obra há um percurso, neste caso de seis anos, em que surgem novos dados. Temos



Manuel Sobral, membro da Comissão Política

hoje um edifício único, que pode no entanto admitir funções diversificadas, inclusive o arrendamento de parte dele, embora com algumas limitações. É também um edifício de uma grande beleza arquitectónica e com uma imagem



M.S. – De facto. A campanha foi lançada em 1985 e atingiu em finais de 1992, quando encerrou, a quantia de 300 397 contos. Não estão contabilizados nela muitas ofertas de materiais e o trabalho da equipa projectista, que

sidera prioridades políticas para a sua actividade. Não faz sentido gastar-se demasiado nas despesas de manutenção de um CT para, por exemplo, se cortar nos gastos imprescindíveis em informação e em propaganda e nos meios técnicos e humanos que as suportam, quando há uma exigência cada vez maior quanto à melhoria da apresentação da mensagem do Partido, à rapidez e eficiência na informação e no esclarecimento, quer ao nível interno do Partido, quer para os trabalhadores e as populações.

O Centro de Trabalho do Partido, segundo penso, devendo ser acolhedor e funcional para os membros e simpatizantes do Partido que nele trabalham e convivem, cumpre o seu objectivo sobretudo na medida em que serve de ponto de apoio aos militantes para a sua actividade partidária voltada para o exterior, dirigida aos trabalhadores e às massas.

É nesta perspectiva que encaramos o Centro de Trabalho da DORS e da Comissão Concelhia de Setúbal a funcionar no edifício “Arrábida”.

Não tomámos a decisão de

arrendar parte do edifício sem ouvir a opinião das organizações do Partido, até onde nos foi possível, e particularmente o Plenário da DORS e a Organização Concelhia de Setúbal. Embora tivesse surgido uma ou outra dúvida ou discordância, podemos dizer que, no geral, houve uma grande compreensão por esta opção.

“Av!” – E surge finalmente o edifício “Arrábida”. Como aparece esta denominação?

M.S. – O nome surge ligado a esta opção de rentabilizar o edifício, não apenas como Centro de Trabalho mas com outras funções. A escolha resultou da contribuição de várias propostas. A larga maioria indicou este nome que, por fim, recebeu uma concordância generalizada.

“Av!” – O edifício vai albergar o quê?

M.S. – O edifício tem cinco pisos. A DORS ocupa o 4º piso, a Comissão Concelhia e a JCP o 3º. Todo o 5º piso se prevê arrendar a escritórios. Quanto ao 2º – que

Inauguração no sábado com Carlos Carvalhas

O secretário-geral do Partido, camarada Carlos Carvalhas, participará, no próximo sábado, dia 23 de Janeiro, às 17 horas, na inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP em Setúbal. Nesse dia, o edifício «Arrábida», situado na Avenida 5 de Outubro daquela cidade, estará aberto a quem o quiser visitar.

Estará patente uma exposição mostrando todo o percurso da obra, desde a elaboração do projecto até à sua concretização que, esta, pode ser visitada «ao vivo».

Por sua vez, a JCP participa com uma iniciativa cultural e também com uma exposição.

No dia seguinte, domingo — isto para os que não possam visitar o edifício no sábado — continuará aberto aos visitantes.

forte que marca o centro da cidade.

“Av!” – Que importância foi dada a esse aspecto?

M.S. – Desde o início houve uma opinião muito forte no sentido de a construção ser um motivo de profunda reflexão sobre a arquitectura como actividade cultural, inserida na malha urbana e social da cidade. Esta opinião marcou bastante a elaboração do projecto. Durante um ano, os projectistas, com a participação especial do Arquitecto Jorge Silva, a quem se deve o fundamental do projecto, reuniram um conjunto significativo de elementos para propor uma organização do espaço, uma imagem, uma solução urbana e um modelo de intervenção cultural.

Procurámos sempre estimular e não cercar a equipa de projectistas.

Houve assim três ordens de condicionamentos em relação à obra – o da funcionalidade, o cultural e o financeiro.

“Av!” – Neste último aspecto teve papel destacado a campanha de fundos para a construção do Centro?



Arquitectura inserida na malha urbana e social

Organizações do Partido protestam contra a retirada de verbas necessárias ao desenvolvimento

Organizações regionais e concelhias do PCP reagem à não aprovação na Assembleia da República de propostas apresentadas pelo grupo parlamentar comunista para o PIDAC/93. Governo e maioria do PSD retiraram ao desenvolvimento do país vários milhões de contos, votando contra propostas que procuravam contemplar, em várias áreas, as necessidades regionais e os anseios das populações.

Viana do Castelo

Em comunicado tornado público na passada semana, a Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP à DORVIC denuncia a não aprovação de doze propostas para o PIDAC regional, apresentadas na Assembleia da República pelo grupo parlamentar do Partido. Tais propostas, que ascendiam a um milhão e sessenta mil contos, correspondiam, conforme escreve a DORVIC, «à resolução de importantes problemas e aos anseios das populações locais».

O documento enumera os projectos apresentados, contemplando áreas que vão da construção e beneficiação de pontes, estradas e escolas, à conservação do património histórico. E afirma:

«Tais propostas não foram aprovadas porque obtiveram a seguinte votação: **abstenção do Partido Socialista; votos contra do PSD e CDS».**

«A DORVIC do PCP não pode deixar de lamentar tais posições, tanto mais que nenhum dos Partidos justificou o seu voto, ou apresentou propostas alternativas».

«Embora a DORVIC do PCP considere que os problemas existentes no Alto-Minho só podem ser ultrapassados através de um Plano de Emergência para a região, proposta esta que fundamentou na sua Assembleia Regional, as propostas agora adiantadas para o PIDAC/93 procuravam minimizar alguns dos problemas existentes. Por isso, não entende que sendo muitos destes problemas do domínio público, os deputados do PS, PSD e CDS tenham inviabilizado a sua resolução».

«A demagogia cavaquista e o folclore inaugural do Dr. Marques Mendes não podem

esconder o atraso a que a região tem sido votada pelo poder central. O Alto-Minho continua a ser a 3.ª das regiões mais atrasadas da CEE e que tal situação deve preocupar todas as forças políticas e sociais».

Viseu

«Na última reunião do Executivo da Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP, em 13 de Janeiro de 1993, da análise às propostas do Governo e do PCP para o PIDAC/93», concluiu-se o seguinte:

«O PIDAC (Plano de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) é a demonstração clara da forma demagógica e pouco séria como o Governo trata o Distrito de Viseu».

«A fúria inauguracionista de mais de 20 Ministros e Secretários de Estado ao Distrito, no ano findo, bem como o conjunto de promessas feitas por dirigentes do PSD são incompatíveis com a realidade».

«O PSD, o CDS e também o PS com o seu voto impediram que o Distrito tenha mais 1 milhão e 250 mil contos, valor necessário para a realização de um conjunto de obras da maior importância para a melhoria das condições de vida das populações e do desenvolvimento do Distrito».

«A proposta que os deputados do PCP apresentaram na Assembleia da República para o PIDAC/93 era de 1 milhão e 250 mil contos para o Distrito de Viseu e relativa a áreas tão importantes como Habitação e Urbanismo, Educação, Cultura, Infra-estruturas Rodoviárias, Justiça, Ambiente, Segurança e Ordem Pública».

«Onde estavam os deputados do PSD e do PS eleitos

pelo Distrito de Viseu, quando foi votado o PIDAC para 1993?»

«A inutilidade destes deputados vê-se inclusive na sua incapacidade de apresentar qualquer proposta para o seu Distrito. É legítimo perguntar o que estão lá a fazer estes senhores. Perante estes factos todas as promessas do PSD e do Governo caem por terra. É nestas alturas que se vê quem defende os interesses do Distrito».

«O Governo e o PSD, entendem o PIDAC como instrumento privilegiado de propaganda e eleitoralismo. Ao contrário, o Partido Comunista Português entende o PIDAC como um instrumento de apoio ao desenvolvimento e de correcção de desigualdades e assimetrias regionais».

Seia

Também a Comissão Concelhia de Seia do PCP vem lembrar em comunicado as propostas do grupo parlamentar do Partido de alteração ao OE de 1993 que contemplavam reforços de verbas para as escolas C+S de Seia e de Loriga, estudos de impacto ambiental da construção do túnel Alvoco-Unhais e a manutenção da estrada Seia-Gouveia.

E comenta a Comissão Concelhia do PCP:

«Apesar da justeza destas propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP que, sublinhe-se, não tem nenhum Deputado eleito pelo círculo da Guarda, propostas essas com o claro objectivo de fazer acelerar a construção das escolas C+S de Seia e Loriga, para além das outras importantes medidas, as mesmas mercê da abstenção do PS e dos votos contra do PSD e do CDS».

«Esta situação é tanto mais de estranhar, quanto é certo que são precisamente as forças políticas que maioritariamente disputam os votos neste Distrito que menos interessadas se mostram no desenvolvimento do nosso Concelho».

«Fora das campanhas eleitorais, a indiferença do PS e a

oposição frontal do PSD e do CDS a tudo quanto diga respeito ao interior, são bem notórias na sua postura quando se trata de votar propostas concretas».

Ovar

Por seu lado, a Comissão Concelhia de Ovar do PCP, a propósito das medidas urgentes que devem ser tomadas em defesa da costa e da inviabilização de uma proposta comunista na AR que contemplava tais medidas, escreve:

A população da praia de Esmoriz vive momentos difíceis. O avanço do mar, cada vez maior, está a pôr em risco casas, haveres e as suas próprias vidas. A situação aflitiva a que se chegou, mais do que provocada por causas naturais é sobretudo resultado da negligência e da falta de medidas de fundo em defesa da costa no norte do concelho de Ovar da responsabilidade do poder central e local.

Indiferentes às reclamações e avisos dos moradores nos últimos anos, que o PCP

sempre apoiou, exigindo obras eficazes para pôr cobro às investidas do mar, as entidades responsáveis limitaram-se a fazer pequenos remendos, adiando a resolução efectiva deste problema.

Apesar da gravidade da situação e da urgência de medidas para a defesa da costa foi precisamente o partido governante, o PSD e o CDS que, votando contra uma proposta do PCP na Assembleia da República (o PS absteve-se) para dotação de verbas necessárias à sua execução à 300 000 contos nos próximos 3 anos à as inviabilizaram uma vez mais.

Ao mesmo tempo que reclama a implementação de um plano imediato que impeça o agravamento da situação e salvaguarde as populações atingidas a Comissão Concelhia de Ovar do PCP não pode deixar de condenar e responsabilizar publicamente o partido maioritário à o PSD à, no quadro parlamentar e do executivo municipal por ignorar desta forma os anseios do povo de Esmoriz.

CAMARADAS FALECIDOS

MANUEL PINHO

Faleceu em Portalegre, no passado dia 5, o camarada Manuel António Marques da Graça Pinho. Natural de Setúbal, mas há muitos anos residente em Portalegre, onde era professor, o camarada era Presidente do Sindicato dos Professores da Zona Sul desde 1981. Foi um dos impulsionadores da constituição da Fenprof, sendo membro do seu Secretariado Nacional. Militante do Partido desde 1974, era actualmente membro da Comissão para a Educação e o Ensino junto do CC. O seu funeral, realizado em Portalegre, foi acompanhado por muitos camaradas, companheiros e colegas que lhe prestaram homenagem.

JOSÉ LUÍS DAVID

Vítima de acidente de viação, faleceu no passado dia 5 o camarada José Luís Papuchinha David, com 37 anos de idade. O camarada era membro da organização do Partido em Monchique, onde desfrutava de grande estima entre os camaradas e a população.

EUGÉNIO CORREIA

Faleceu, no passado dia 9, o camarada Eugénio Lopes Correia. Contava 84 anos e estava organizado na Freguesia da Caparica, Concelho de Almada. Pela sua actividade política, o camarada foi preso pela Pide pela primeira vez em 1962 e novamente em 1965, tendo passado pelas cadeias do Aljube e de Caxias. A sua actividade antifascista valeu-lhe o afastamento compulsivo da Função Pública, em que veio a ser reintegrado após o 25 de Abril de 1974.

GRACINDA MARTINS SILVA

Vítima de doença, faleceu a camarada Gracinda Martins Silva, que contava 58 anos de idade. Operária da Previgal, a camarada era membro da organização Local do Alto da Guerra, em Setúbal. Era membro do Partido desde 1974.

FILIFE MONTEIRO

Militante desde longa data do PCP, faleceu o camarada Filife Monteiro. Professor na Escola Secundária António Sérgio, em Gaia, e fundador da CERCIGAIA, pedagogo, o camarada Filife Monteiro era estimado e respeitado por alunos, colegas de trabalho e amigos. Foi desde sempre candidato aos órgãos autárquicos de Vila Nova de Gaia, nas listas da CDU.

ANTÓNIO MANUEL

Faleceu, no passado dia 4 de Janeiro, o camarada António Manuel, mais conhecido por António Bispo. Membro do Partido desde 1976, pertencia actualmente à Assembleia de Freguesia de Santana do Mato, onde residia. Contava 68 anos de idade.

O PCP e a crise em Moura

O Secretariado da Comissão Concelhia de Moura do PCP, em nota publicada na passada semana, dá conta da «gravíssima crise económica e social» que marcou o ano de 1992 no concelho. Crise acentuada «com a seca que provocou avultados prejuízos na agricultura, na pecuária, no comércio e na indústria, aumentando o desemprego e a emigração».

«A indústria na cidade de Moura», refere-se ainda, «sofreu uma grande quebra com o encerramento de algumas empresas, como por exemplo a ex-oficina da Auto Salúgia e da Fábrica de Conservas Pátria, tendo esta lançado para o desemprego mais 62 trabalhadores. É também preocupante a situação dos trabalhadores na Herdade dos Lameirões, na freguesia de Safara, os quais correm o risco de serem despedidos da Função Públi-

ca no quadro da famigerada «lei dos disponíveis».

O comunicado, que ainda refere a preocupante situação no campo da saúde e a insegurança que se agravará com a provável retirada da PSP do concelho, alude às recentes notícias vindas a lume sobre «eventuais casos de fome em Sobral da Adiça», manifestando «a sua solidariedade com as populações daquela freguesia e das restantes zonas do concelho igualmente afectadas pela crise».

Salientando que a aliança PS/PSD na Câmara Municipal de Moura, com os seus desentendimentos «tem provocado o atraso na resolução dos problemas das populações», o comunicado adianta que «para o PCP, as próximas eleições autárquicas são um momento de esperança para a transformação do quadro político concelhio».

corresponde ao rés-do-chão, prevê-se também o seu arrendamento para actividades sociais e de animação cultural. O mesmo sucederá com o auditório. A cidade prevê-se para estacionamento. Para um melhor cumprimento deste objectivo, o PCP entregou a uma empresa de gestão o tratamento de todas estas questões.

«Av!» - Entretanto a Comissão Concelhia não irá perder com a nova situação?

M.S. - Comparativamente à anterior, a Comissão Concelhia ganha bastante com a nova situação. Mesmo no que respeita a iniciativas de convívio, políticas e culturais. D'espõe de uma sala de convívio espaçosa; de uma sala de reuniões com capacidade para perto de uma centena de pessoas (o que não era o caso antes); d'espõe ainda, embora parcialmente, tal como a DORVIC, de um auditório com uma capacidade para cerca de duascentas pessoas, a que pode recorrer através da sociedade de gestão de que falámos atrás.

Não sendo a situação ideal, comparativamente há grandes vantagens - é um Centro de Trabalho muito mais acolhedor, com maior capacidade para promover iniciativas, e encontra-se num edifício atractivo, só por si, constitui um atractivo.

«Av!» - Recordamos a primeira pergunta - pode concluir-se que a obra corresponde às expectativas?

M.S. - Corresponde às expectativas porque, nestas condições, a organização concelhia fica com muito mais capacidade e muito maiores possibilidades de ser o ponto de apoio para a actividade do Partido. Que é feita, fundamentalmente, a partir dos militantes, a vários níveis - nas empresas com os trabalhadores; nos bairros com os moradores; nas colectividades. Porque é aí que se processa aquilo que é decisivo no trabalho político. O Partido não trabalha para dentro. Do Centro de Trabalho deve irradiar a actividade para fora. E hoje, neste Centro de Trabalho, há muito maiores possibilidades e condições para que essa actividade irradie. Com muito mais força.

Pode ser já dentro de um mês

Governo prepara expulsão de milhares de imigrantes

Dentro de um mês termina o prazo concedido pelo Governo para a regularização extraordinária dos imigrantes que residem em Portugal em situação ilegal. Ao expirar este prazo, poderá já estar em vigor um decreto-lei sobre o novo regime de entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros do território nacional.

«Com a cessação de vigência do primeiro diploma sem que sejam atingidos os seus proclamados objectivos (tudo aponta para que assim aconteça) e a entrada em vigor do diploma relativo à expulsão, estão a ser criadas condições para que, a partir do próximo mês, largos milhares de imigrantes residentes em Portugal, na sua grande maioria originários de países de língua oficial portuguesa, possam ser colocados nos «centros de instalação temporária» previstos nesse decreto-lei, enquanto aguardam a expulsão para os seus países de origem» — denunciou antontem na AR o deputado comunista António Filipe, que expressou «a mais viva condenação e repúdio» do PCP perante «a possibilidade, que é real, de uma situação destas se vir a verificar, por responsabilidade e decisão premeditada do Governo».

Depois de lembrar que, «quando, há um mês atrás, aqui debatemos em sede de Ratificação um conjunto de propostas de alteração ao Decreto-Lei sobre a regularização extraordinária apresentadas pelo PCP e que o PSD entendeu recusar em bloco, tivemos a oportunidade de chamar a atenção para os perigos reais de malogro na concretização dos objectivos visados por esse diploma», o deputado comunista constatou que «temos agora, quando falta só um mês para terminar o prazo de regularização, lamentavelmente, elementos que nos permitem acusar o Governo de não estar a revelar qualquer vontade política séria de facilitar a regularização dos imigrantes residentes em Portugal».

Optimismo infundado

Às afirmações optimistas feitas nessa ocasião pelo secretário de Estado da Administração Interna, contrapôs António Filipe aquilo que «está na prática a acontecer. Na área da Grande Lisboa, onde vivem dezenas de milhares de imigrantes em situação irregular, existem apenas três locais de recepção de documentos. Os trâmites burocráticos que estão a ser impostos pelos serviços, longe de facilitar o processo, estão a dificultá-lo seriamente. A divulgação televisiva do processo de regularização, cuja emissão foi atrasada porque o senhor secretário de Estado não gostava do anúncio realizado (foi o próprio que aqui esclareceu ter sido essa a causa do atraso), foi emitida apenas durante quinze dias. O Governo, pela sua parte, não tomou quaisquer medidas sérias de divulgação do processo e da forma de regularização junto das comunidades de imigrantes, nem apoiou quaisquer entidades para que o fizessem».

António Filipe referiu, a propósito, que «aspectos da actuação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras ultimamente vindos a público não podem passar sem uma veemente condenação. O caso de um cidadão guineense que se deslocou a Portugal para tratamento médico e ficou durante vários dias retido no aeroporto unicamente por não possuir os meios financeiros exigíveis para entrar em Portugal é algo de chocante e inadmissível do ponto de vista do respeito pelos direitos humanos e do

relacionamento de Portugal com os países e povos de língua oficial portuguesa».

Lançar a desconfiança

Quanto aos resultados da regularização extraordinária, disse o deputado comunista que a comunicação social noticiava na passada sexta-feira, tendo como fonte associações de imigrantes existentes em Portugal, que **apenas quatro mil processos haviam sido despachados** quando só falta um mês para expirar o prazo e quando se calcula que o número de imigrantes a legalizar possa andar entre os 80 e os 100 mil.

«A verdade é que até ao momento quem tem desenvolvido esforços para apoiar a regularização dos imigrantes têm sido algumas Câmaras Municipais (saliento como mais significativos os esforços que têm sido feitos pelas Câmaras da Amadora, Loures e Lisboa), os sindicatos e as associações representativas dos imigrantes. Da parte do Governo não se tem visto mais do que uma acção que só contribui para acentuar sentimentos de desconfiança dos imigrantes em relação aos serviços competentes para a regularização, agravados com as frequentes rusgas policiais selectivamente apontadas a esses cidadãos» — acusou António Filipe, afirmando que tais rusgas, «envolvendo um número elevado de efectivos policiais, destinadas a interpelar exclusivamente os cidadãos originários de países africanos, não são medidas destinadas a prevenir a criminalidade. Não incidem sobre os marginais ou em locais que eles frequentem. Incidem sobre cidadãos que pacificamente se deslocam para o seu trabalho ou que regressam a casa depois dele. Actuações destas, no momento em que está

em curso um processo extraordinário de regularização, só pode ter como efeito lançar fundadas dúvidas sobre a seriedade com que o Governo está a encarar esse processo».

Violência racista

Analisando o estado em que se encontra o processo de regularização em curso, a um mês do seu termo, António Filipe não hesitou em expressar «as maiores dúvidas quanto ao seu sucesso», admitindo que é já muito difícilmente evitável que muitos milhares de imigrantes (porventura a maioria) permaneçam em situação ilegal, ficando sujeitos à aplicação das disposições relativas à expulsão».

«Se não for prorrogado o prazo para a regularização extraordinária dos imigrantes e não forem tomadas medidas sérias de apoio à concretização desse processo, o Governo PSD terá de assumir a pesada responsabilidade de ter inviabilizado a regularização da situação de muitos milhares de cidadãos residentes em Portugal», advertiu António Filipe, antes de concluir que «não é admissível que o Governo português promova a expulsão massiva de cidadãos» no momento em que «perigosos ventos de racismo e xenofobia sopram em vários países europeus e em que a violência racista sobe assustadoramente de tom».

Verberada pelo parlamentar comunista foi ainda a criação, prevista no Decreto-Lei aprovado pelo Governo sobre a expulsão de estrangeiros, dos chamados «centros de instalação temporária» destinados à detenção (porque é mesmo de detenção que se trata) de estrangeiros em situação irregular que aguardem que seja executada a decisão de os expulsar do País», medidas, que em sua opinião, só pode causar repugnância a quem se reivindicue de um pensamento democrático e de respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos».

Grupos Parlamentares de Amizade

Recentemente constituídos, entraram já em actividade os Grupos Parlamentares de Amizade Portugal-Cuba e Portugal-Nicarágua. Este último, sob a presidência do deputado Lino de Carvalho (PCP), conta ainda no seu conselho directivo com a presença de Oliveira e Silva (PS) e Manuela Aguiar (PSD), na qualidade de vices, e de Miguel Urbano Rodrigues (PCP) e Luís Geraldes (PSD), como secretários.

No caso do Grupo Parlamentar da Amizade Portugal-Cuba, a presidência é da responsabilidade do deputado comunista Miguel Urbano Rodrigues, cabendo ao socialista António Campos e a Isabel Castro, do Partido «Os Verdes», ocupar os dois lugares da vice-presidência. Pedro Roseta e Luís Geraldes, ambos do PSD, assumem no quadro de direcção a qualidade de secretários.

Orçamento da AR

Nove milhões e 170 mil contos é o valor a que ascende o Orçamento da Assembleia da República para 1993, aprovado por unanimidade numas das sessões plenárias da passada semana.

Elaborado segundo critérios de «rigor e contenção», de acordo com as palavras dos deputados que exercem funções na administração, a gestão destes dinheiros públicos deve ser feita com «transparência e racionalidade» (Fernandes Marques, PSD), não perdendo de vista simultaneamente a necessidade de melhorar a «eficácia e modernização da actividade parlamentar» (José Lello, PS).

José Manuel Maia, em nome da bancada comunista, para além de se congratular com o Orçamento, expressou o desejo de que o Parlamento «aproveite melhor a capacidade dos seus funcionários e os recursos disponíveis».

Competências da PJ

A necessidade de a Assembleia da República apreciar o processo legislativo que transfere para a Polícia Judiciária competências até agora na alçada da extinta Alta Autoridade contra a Corrupção foi defendida pelo coronel Costa Brás.

Em entrevista concedida à Agência Lusa, este militar de Abril que foi o único titular do cargo de Alto Comissário naquela entidade sustenta a sua opinião no facto de o projecto de diploma «suscitar questões que têm a ver com os direitos, liberdades e garantias», bem como a «privacidade dos cidadãos».

Em abono da sua tese, Manuel Costa Brás refere também «as eventuais alterações no funcionamento dos mecanismos judiciais, nomeadamente no que respeita a aspectos processuais», pelo que, sublinha, «existe uma potencialidade de conveniência da sua apreciação em sede da Assembleia da República».

Ensino Superior Politécnico

Uma delegação da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) solicitou há dias à Comissão Parlamentar de Educação a reabertura da audição sobre o ensino superior politécnico, suspensa antes das últimas eleições legislativas.

Para a Fenprof, com este encontro, tratou-se sobretudo de «lembrar as conclusões provisórias da audição» e de chamar a atenção para a necessidade de a reabrir, sem o que, foi dito à Comissão, há o risco de o ensino superior politécnico se transformar num ensino de segunda ou terceira.

No entender da Fenprof têm ocorrido «factos graves» para o Instituto Superior Politécnico, como sejam o desrespeito da lei e a promoção de professores exclusivamente por razões políticas, havendo por conseguinte razões para que não «caiam no esquecimento».

Despejo em Camarate

PCP exige soluções dignas para as famílias desalojadas

O Grupo Parlamentar do PCP considerou «inaceitável» a situação criada com o desalojamento de centenas de pessoas dum edifício em Camarate denominado Lar Panorâmico, acusando o Governo de ter revelado enorme insensibilidade para o problema dessas famílias atingidas de forma dramática pela decisão súbita do Tribunal de Loures.

Em causa está, designadamente, na perspectiva da formação comunista, o facto de o Governo não ter levado em consideração prévia as consequências sociais de uma decisão desta natureza, para as quais foi alertado em devido tempo.

Com efeito, já em Maio de 1992 o Grupo Parlamentar do PCP - na sequência de várias diligências por si feitas no Parlamento com vista ao encontrar de soluções de carácter social por parte de organismos do Estado - chamava em

requerimento a atenção do Governo para a situação existente, inquirindo-o em particular sobre medidas concretas susceptíveis de em cooperação com a autarquia encontrar uma resposta para o problema.

Um alerta da bancada comunista que viria a cair em saco roto - o Governo nem se dignou responder aos pedidos de esclarecimento então formulados nem às medidas propostas - , com as consequências daí decorrentes, visíveis no triste desfecho de centenas de pessoas e haveres em plena rua ao frio e à chuva.

Refirmando a sua solidariedade às famílias desalojadas e o seu empenho na resolução do problema, o Grupo Parlamentar do PCP voltou entretanto em novo requerimento a insistir na adopção urgente de medidas que concretizem «soluções socialmente dignas e com carácter objectivo e duradouro aos que ficaram sem alternativas».

Governo discrimina deficientes

O Governo está a fazer «letra morta» da Lei de Bases de Prevenção, Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, diploma que no essencial contém medidas que respondem aos anseios e necessidades destes cidadãos. A acusação é da deputada comunista Apolónia Teixeira, que fundamenta a sua posição no facto de o Executivo estar a legislar «sub-optimamente em sentido oposto ao que é preconizado» na referida Lei de Bases.

A questão veio a lume no final da última semana no debate parlamentar suscitado a propósito do Decreto-Lei que reestrutura o Secretariado Nacional de Reabilitação, chamado à ratificação pela bancada comunista.

Na base desta iniciativa, a consideração dos parlamentares do PCP de que este diploma visa no fundamental «calar a voz dos deficientes e das suas organizações representativas», na medida em que, como

salientou Apolónia Teixeira, «contém disposições intoleravelmente restritivas, discriminatórias e arbitrarias» relativamente à sua participação no Secretariado Nacional de Reabilitação.

Com efeito, foi lembrado pela deputada comunista, o diploma restringe o direito de participação ao passar de 17 para dois vogais os representantes das organizações não governamentais (ONGs), limitando simultaneamente a eficácia e a oportunidade do debate no Secretariado Nacional de Reabilitação (SNR) ao alargar a periodicidade das reuniões do respectivo Conselho Nacional de mensais para trimestrais.

Alvo de crítica é ainda a decisão de passar a nomeação dos representantes das ONGs para a competência ministerial e de o Governo apostar «na ambiguidade das competências e atribuições» do SNR, ao não definir a sua dependência hierárquica.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Regionalização PSD mantém bloqueio com base em alegações falsas

A instituição das regiões, constitucionalmente prevista há mais de 16 anos, continua a marcar passo. Sempre adiada, sob as mais variadas alegações, a mais recente oportunidade de as criar, dando cumprimento à Lei Fundamental, voltou a ser desperdiçada. Ao PSD, com o CDS como parceiro, pertenceu de novo o ónus da decisão. Com o seu não às propostas de regionalização de socialistas e comunistas, os partidos da direita parlamentar constituíram-se como agentes de bloqueio, estes sim, a uma reforma indispensável ao reforço da estrutura democrática do Estado.

O País e os portugueses vão assim ter de continuar a aguardar pela criação das regiões administrativas no Continente, esse "instrumento decisivo", como lhe chamou o deputado comunista João Amaral, no processo de desenvolvimento e no combate às assimetrias que marcam o território nacional.

Basicamente, à falta de argumentação mais sólida, para o Governo e a sua maioria o problema desta feita esteve no modo "apressado" como esta questão foi agendada pelo PS. Nunes Liberato, na sua estreia parlamentar, só encontrou mesmo explicações para a iniciativa "porque se avizinham eleições", porque o partido propõe, disse, precisa de "ter uma bandeira política para agitar", apenas para "dar nas vistas e criar notícias".

Como se esta não fosse uma matéria que se arrasta há demasiado tempo, o dirigente do PSD considerou ainda ser necessário proceder a "uma profunda reflexão",

defendendo que é preciso nesta fase "dialogar muito com os municípios para ver como vão funcionar os vários níveis da administração".

Uma ideia no essencial corroborada por Freitas do Amaral, agora deputado independente, que considerou indispensável a realização de "um estudo prévio e rigoroso", na medida em que, justificou, "o tipo de região a criar depende do tipo de tarefas e da quantidade dos meios que se entender atribuir a cada uma".

Não fugindo desta linha de argumentação, Nogueira de Brito (CDS) sustentou também que a regionalização "não pode deixar de ser precedida de um programa concreto de reforma administrativa", razão pela qual o voto negativo da sua bancada assenta no pressuposto de, à partida, não querer contribuir para "inquinar o respectivo processo".

Leitura, distinta do quadro em que se inserem os diplomas por si apresentados tive-

ram o PCP e o PS. Este, pela voz de Jorge Lação, considerou "lamentável que o PSD, inscrevendo embora a regionalização no seu programa partidário e no do Governo, se permita gerir o calendário de criação das regiões exclusivamente tendo em vista a melhor regulação dos seus interesses partidários".

Acusando a maioria de "paralisia reformista", o deputado socialista afirmou estar-se em presença de "um atestado de menoridade ao povo português, sobre quem o PSD faz recair a suspeita de um duvidoso nível cultural e cívico para aceder a novas formas de participação e de responsabilidades democráticas antes de, para isso, ser preparado pelo «grande educador»".

Não menos duras foram as críticas provenientes da bancada comunista, para quem toda a linha de argumentação dos que persistem no bloqueio à regionalização enferma de "argumentos falsos, sem bases e facilmente rebatíveis".

Desmontando-os um por um, João Amaral e António Murteira, que protagonizaram o debate em nome da formação comunista, puseram designadamente o acento tónico na necessidade de criar as regiões como forma de possibilitar uma maior participação dos cidadãos no

exercício do Poder e como meio de responder de forma "mais adequada e próxima" aos problemas com que se defrontam as populações.

Particularmente lembradas foram as diferenças de desenvolvimento, de condições de vida, de nível de actividade económica, de média de produto por habitante, geradoras de desequilíbrios e desigualdades nas diferentes partes do território, diferenças estas que a regionalização, enquanto instrumento de desenvolvimento, pretende combater.

"Por isso, aos que dizem que Portugal é um Estado-Nação, coeso e que a regionalização iria afectar a coesão nacional, é preciso responder com clareza que falam de uma coesão nacional viciada já que deixa acentuar diferenças e assimetrias", observou a propósito João Amaral, acrescentando que, ao contrário, a regionalização, "como processo de desenvolvimento num quadro de participação democrática e de solidariedade nacional, ela sim contribui para reforçar a coesão nacional".

Razões de oportunidade para o debate agora realizado foram ainda invocadas pelos parlamentares comunistas. Desde logo o facto de ocorrerem este ano as eleições autárquicas, o que em sua opinião constituiria uma

Os receios do Terreiro do Paço

Dizem os detractores da regionalização que ela traz encargos para o Estado por criar uma nova burocracia. É falso. Evidentemente que tal afirmação só pode partir dos que sentem que fatias do poder que hoje detêm lhes vão ser retiradas. É a típica afirmação dos homens do Terreiro do Paço.

As regiões não vão inventar novos serviços. As regiões vão receber funções, serviços e meios materiais, hoje nas mãos da Administração Central e geri-los tendo em atenção os interesses das populações, e aproveitando-os por isso da melhor forma. Melhor seguramente que o faz hoje a Administração Central.

(João Amaral)



Reforço da democracia

«Com a regionalização, e no caso concreto de Portugal, nação cimentada ao longo dos séculos, ao contrário de alguns receios de afrouxamento da unidade nacional, com o surgimento de fenómenos de regionalismo exarcebado, somos da opinião de que, particularmente agora, quando parte da nossa soberania nacional é alienada para órgãos supranacionais comunitários, de mais que discutível génese democrática, é precisamente agora que para manter a unidade nacional, a coesão como nação, e garantia da nossa independência, é precisa a participação consciente e empenhada dos cidadãos e do povo na vida nacional».

(António Murteira)

excelente oportunidade para proceder à primeira eleição das assembleias regionais das regiões que pudessem ser instituídas até ao limite da data possível, como é o caso do Algarve.

A aproximação do início de um novo ciclo com a aprovação do novo Plano de Desenvolvimento Regional e do novo Quadro Comunitário de Apoio e subsequente gestão dos fundos afectos a Programas Operacionais, constitui uma segunda razão que na perspectiva do PCP confere a actualidade a este agendamento sobre a regionalização.

Aliás, do ponto de vista da bancada comunista, ape-

sar do "chumbo" do PSD aos diplomas apresentados por comunistas e socialistas, tal não diminuiu o alcance e importância do debate realizado. Porquê? Porque ficaram em evidência as debilidades dos que se opõem à regionalização - uma recusa "cada vez mais incómoda, cada vez mais um factor de desgaste perante o País, perante os autarcas de todos os quadrantes", como foi dito -, sem perder de vista que a inconstitucionalidade por omissão se mantém e, por conseguinte, mantém-se a "possibilidade de o Tribunal competente a declarar".

Portagens sobre o Tejo Ataque aos bolsos e à paciência dos cidadãos

Divergências quanto às condições previstas para a exploração futura da Ponte 25 de Abril e da nova ponte que ligará as duas margens do Tejo entre Montijo e Sacavém continuam a separar Governo e oposição. Para o PCP e o PS, que provocaram o debate na passada semana, chamando à ratificação o diploma que estabelece as normas dessa concessão, a discordância reside no fundamental no receio de que a atribuição a uma sociedade privada da obra da nova ponte e subsequente exploração da respectiva portagem, bem como da já existente, venha a representar uma subida espectacular dos preços das tarifas pagas pelos automobilistas.

Por outras palavras, sendo certo que os investidores optam por quem lhes der mais incentivos, não é menos verdade

que estes não podem ser oferecidos, como salientou no debate o deputado comunista José Manuel Maia, "à custa dos «bolsos» da população" dos concelhos da Margem Sul, designadamente de Almada, Seixal, Barreiro e Sesimbra, "que não vão utilizar, nem beneficiar directamente com a nova Ponte".

Armando Vara (PS) manifestou mesmo a sua convicção de que os preços das tarifas irão "disparar em flecha" (estudos existentes apontam para valores de 400\$00 a 750\$00 a preços de 92 para os veículos ligeiros no prazo de cinco anos), possibilidade que o secretário de Estado das Obras Públicas não quis admitir, alegando que ficará sempre salvaguardada a possibilidade de o Governo intervir caso a população seja prejudicada.

Uma explicação que não convenceu, como não convence

o argumento de que a nova ponte vai resolver os problemas de estrangulamento do trânsito na Ponte 25 de Abril ou que a actualização das tarifas servirá exclusivamente para financiar as obras de conservação e futuros investimentos, o primeiro dos quais é a travessia ferroviária, orçada em aproximadamente 25 milhões de contos.

Entendendo que as populações da Margem Sul não podem continuar a ser "duplamente penalizadas" pelo facto de serem submetidas ao caos das horas de ponta e ao pagamento de um imposto por trabalharem em Lisboa, José Manuel Maia voltou a reclamar a abolição da portagem, considerando que a população "tem direito a dispor de uma passagem, já paga, integrada no sistema urbano".

Superar o caos, melhorar o sistema de transportes

O Transporte colectivo, reunindo condições de eficácia na ligação entre a residência e o emprego, conforto, bom nível de serviços e tarifário justo, constitui a solução para melhorar o sistema actual e inverter a tendência para o progressivo aumento do transporte individual, exactamente por falta de transportes colectivos minimamente aceitáveis.

Defendido por José Manuel Maia, este modelo integra um quadro integrado de soluções proposto pelo PCP no sentido de alterar a situação caótica que se vive nos acessos da Margem Sul à capital, superando simultaneamente factores de agravamento das condições de vida das populações da Área Metropolitana de Lisboa.

No caso concreto da travessia do Tejo, ainda na perspectiva do PCP, para além das medidas já referidas, a melhoria do sistema de transportes colectivos passa pelas seguintes linhas de intervenção:

— A ligação do transporte fluvial ao sis-

tema de transportes pesados urbanos da cidade de Lisboa, particularmente ao Metropolitano.

— A melhoria das infra-estruturas e expansão dos serviços de transporte fluvial do Tejo, diversificando os pontos de partida e chegada, com o reforço e/ou criação de novas carreiras entre o Barreiro-Cais do Sodré, Trafaria-Alcântara, Seixal-Lisboa, Cacilhas-Cais do Sodré e Terreiro do Paço e Montijo-Lisboa.

— A promoção na Margem Sul das necessárias carreiras e das ligações de transporte rodoviário com os terminais fluviais,

em particular a partir das Freguesias da Caparica e Costa da Caparica com o transporte fluvial na Trafaria.

— A diversificação dos locais de origem e de destino em transporte colectivo rodoviário, entre as duas margens, na Cidade Universitária, em Sete Rios e no Marquês de Pombal.

— O urgente alargamento da EN 10 com a construção do corredor BUS desde Corroios à Praça da Portagem, permitindo maior velocidade de circulação dos autocarros.

— A construção de rampas junto ao viaduto do Pragal de acesso directo à Ponte 25 de Abril, reservadas a transportes públicos e veículos de emergência. Esta opção permitiria reduzir de 30 para 7 minutos o percurso Almada-Portagem nos períodos de ponta e descongestionar o Centro-Sul. Também as carreiras

que no futuro utilizassem o nó do novo Hospital de Almada teriam uma redução do seu tempo de percurso de cerca de 20 minutos.

— A rápida implementação da utilização do tabuleiro inferior da Ponte 25 de Abril por um modo de transporte em carril. A opção quanto ao modo de transporte devia ser tomada em função do volume da procura potencial, da necessidade de servir o corredor de maior densidade urbana marginal à EN 10 e da expansão previsível que se encontra perspectivada nos PDM's ou outros instrumentos de planeamento e que assegure uma distribuição em Lisboa, devidamente articulada com o sistema de transportes urbanos aí existentes. Este modo de transporte devia articular-se também com o modo de transporte pesado — comboio — da necessária terceira ponte a construir.

Não aos aumentos dos transportes

«Basta de aumentos dos preços dos transportes» é o título de um folheto que está a ser distribuído à população lisboeta editado pela Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP onde se lembra que nos últimos anos o preço dos passes sociais aumentou muito mais do que o índice de preços ao consumidor e se compara a evolução da subida do salário mínimo e do preço dos passes: nove mil escudos em 1980 para 44 mil e 500 em 1992 no que diz respeito ao salário mínimo (aumento de 394,44 por cento), e de 420 para dois mil e 800 escudos no que se refere ao passe «L» (aumento de 566,67 por cento). Por exemplo, se um trabalhador com o salário mínimo comprar o «L123» fica com pouco mais de 34 contos. Denunciados são os novos passes da Carris, Metro e Transtejo, por serem comparativamente muito mais caros do que os passes «normais». «Mais aumentos, não!» e «O PCP está solidário com toda a população que sofre diariamente as actuais condições de transporte e considera que isso não constitui qualquer fatalidade a que os cidadãos se tenham de acomodar», diz-se neste folheto.

Estudos sobre as Mulheres

No seminário «Estudos sobre as Mulheres em Portugal», realizado a semana passada na Torre do Tombo em Lisboa, a presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), Ana Vicente, afirmou que os estudos sobre as mulheres em Portugal carecem de credibilidade científica e de mais apoios financeiros. O seminário, realizado pela segunda vez, decorreu em dois dias, teve a participação de 200 especialistas e a comissão organizadora viu-se obrigada a rejeitar a participação de algumas das 28 investidoras que se inscreveram para divulgar trabalhos em curso ou já feitos, dada a falta de tempo. Na primeira iniciativa do género, a organização teve de convidar quatro especialistas para falarem sobre o tema. Os trabalhos divulgados foram discutidos em três mesas-redondas submetidas aos seguintes temas: educação, trabalho feminino e história e literatura.

De um dos estudos ressaltou a ideia de que as taxas de desemprego das mulheres são superiores às dos homens, que se assiste a um aumento do número de mulheres que optam por uma actividade remunerada fora de casa e de que se estão a atenuar os efeitos constrangedores do casamento relativamente ao trabalho feminino.

A problemática da falta de visibilidade da actividade das mulheres na história, na literatura, nas artes nas ciências, na vida económica e social foi muito ressaltada nas intervenções deste seminário. Para as organizadoras os estudos sobre as mulheres vão permitir o aperfeiçoamento das ciências sociais e humanas e daqui resultará, esperam, uma nova consciência da paridade entre mulheres e homens que poderá permitir a partilha do poder em novos moldes, ou seja, concretizar «a verdadeira democracia».

Homens e Mulheres em 1991

O resultado de um inquérito nacional encomendado pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), em que se procura conhecer a «imagem» que homens e mulheres têm de si e dos outros no que diz respeito aos seus papéis sociais, foi agora publicado em livro sobre o título «Representações Sociais de Homens e Mulheres: Portugal 1991» onde são abordadas questões como planeamento familiar, casamento e família, profissão, trabalho doméstico, violência ou emprego de mulheres. O lançamento do trabalho assinado por Adélia Costa deu-se no passado dia cinco na sede em Lisboa do CIDM estando presentes, em representação das Mulheres Comunistas, Margarida Aboim e Noélia Oliveira.

Clinton e Cuba

Uma concentração frente à Embaixada norte-americana em Lisboa estava agendada para ontem, dia em que o recém-eleito Bill Clinton tomou posse do cargo de presidente dos Estados Unidos da América. A condenação do bloqueio a Cuba era o objectivo desta manifestação, convocada pelo NISP-Núcleo de Intervenção e Solidariedade entre os Povos, que pretendia entregar uma carta na referida embaixada. Alertar a opinião pública para o despotismo norte-americano e lembrar que o bloqueio a Cuba já foi condenado pelas Nações Unidas, é ilegal e viola a Carta Internacional dos Direitos Humanos, foram alguns dos propósitos dos manifestantes.

Atletismo na Atalaia

Uma prova de atletismo promovida pela Câmara Municipal do Seixal vai realizar-se no próximo dia 28 na Quinta da Atalaia, Amora, Seixal. Trata-se de uma prova de corta-mato escolar, organizada pela décima vez naquele concelho, reunindo em convívio todas as escolas preparatórias e secundárias interessadas. A prova é aberta atletas federados e não federados e há prémios do primeiro ao décimo classificados, reservando-se um troféu para os primeiros de cada escalão etário e sexo.



Os despejos agrícolas são uma forma de protesto cada vez mais utilizada. A foto documenta a manifestação da CNA a meio do ano passado em Lisboa, onde as reivindicações que agora se apresentam um pouco por todo o país eram já defendidas por aquela confederação

Depois de Leiria também em Chaves Agricultores protestam e ministro fala em redução do papel da agricultura

Mais despejos agrícolas em Leiria, agricultores de Chaves a ameaçar o encerramento de fronteiras e Arlindo Cunha lamentando a inevitabilidade dos «desamparados».

Os agricultores do distrito de Leiria voltaram às ruas, desta vez em Pombal, distribuindo gratuitamente pela população, segunda-feira passada, junto ao mercado municipal, inúmeros produtos para os quais os consumidores geralmente destinam partes substanciais dos seus orçamentos: batatas, fruta, vinho, entre outros bens para os quais os agricultores não encontram formas de escoamento. Mais uma vez, depois de manifestações similares já realizadas em Óbidos e Batalha, a Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria (FADL) deu o apoio à iniciativa e espera-se que convoque para dentro de algumas semanas a realização de uma grande manifestação promovida a nível distrital.

Várias dezenas de agricultores, com as suas máquinas agrícolas, percorreram lentamente as ruas de Pombal e os protestos ouvidos nas ruas da vila centraram-se em torno da política governamental para o sector, nomeadamente a desigual atribuição de fundos comunitários e a falta de apoio ao escoamento das produções.

Curiosamente, alguns dias antes, nas jornadas de reflexão sobre o «Programa de Desenvolvimento Regional e o Mundo Rural» em Lisboa, o ministro Arlindo Cunha, como que a confirmar as razões para estes e outros protestos do mundo agrícola português, afirmaria que a reforma da Política Agrícola Comunitária (PAC) implica reduções da produção que conduzirão ao «desamparo» de alguns agricultores.

Citado pela agência LUSA, Arlindo Cunha diria que «a agricultura e os agricultores estão confrontados com mudanças rápidas e com a redução do papel da agricultura na economia». Mais adiante o ministro afirmaria que pretende «pôr um ponto final no conturbado processo da Reforma Agrária, com a transferência completa das áreas expropriadas e nacionalizadas para a posse dos agricultores».

A agricultura de Leiria atravessa uma grave crise devido à falta de escoamento de um grande número de produtos e os agricultores do distrito querem a intervenção imediata no escoamento

do vinho, ajudas aos fruticultores, a abertura de uma linha de crédito bonificado para os agricultores, a protecção da produção de gado e o início de um diálogo há muito solicitado pela FADL e nunca aceite com o Ministério da Tutela.

A burocracia, que complica a vida dos pequenos agricultores, a política governamental a favorecer unicamente os grandes proprietários, a calibragem da fruta, a produção da carne, a abertura dos nossos mercados a produtos de má qualidade, são algumas das razões para estes protestos.

Chaves

Entretanto um grupo, de agricultores da região de Chaves ameaçou na quinta-feira bloquear as fronteiras, impedindo a passagem de qualquer produto agrícola vindo do estrangeiro, se dentro de uma semana o Ministério da Agricultura não apresentar uma solução favorável ao escoamento da batata. O ministro Arlindo Cunha disse que já adoptara as acções necessárias e que o Governo não pode ser responsabilizado pelos excedentes de produção.

Santana Maia toma posse Firmeza de médicos em defesa da Saúde

Tomou posse no passado sábado o novo bastonário da Ordem dos Médicos, Santana Maia, eleito por larga maioria nas últimas eleições onde derrotaria o seu antecessor, Machado Macedo, com base num programa que defende uma maior firmeza nas relações com o Ministério da Saúde e a intransigente defesa de doentes e clínicos.

Na sede da Ordem dos Médicos em Lisboa, centenas de médicos aplaudiram o discurso de Santana Maia, cuja candidatura foi apoiada por todas as estruturas sindicais da classe. A melhoria dos cuidados de saúde prestados aos portugueses numa «real e efectiva justiça social», a defesa dos valores éticos da profissão e dos legítimos interesses dos seus profissionais, foram alguns dos pontos levantados por Santana Maia, numa intervenção proferida frente ao presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo, que presidia a esta cerimónia, e do secretário de Estado da Saúde, José Martins Nunes, que

ali se encontrava em representação do ministro Arlindo de Carvalho.

Santana Maia considerou que os resultados da sua eleição foram claros e expressivos e reveladores «de uma vontade clara de mudança e de maior participação na casa de todos os médicos», não deixando dúvidas «quanto ao programa sufragado pela esmagadora maioria» que será para a direcção da Ordem um «um compromisso programático que procuraremos, e estou convencido, conseguiremos cumprir com o apoio e o empenhamento de todos os órgãos recentemente eleitos e empossados».

No dia anterior a esta tomada de posse, seria publicado no Diário da República o decreto-lei que institui o novo estatuto do Serviço Nacional de Saúde (ver posição do PCP na página 23). Talvez por isso Santana Maia falaria em «estar atento» aos perigos que o Serviço Nacional de Saúde poderá vir a correr.

O escândalo de Camarate

Com o alojamento provisório, primeiro em tendas, depois em prefabricados, parece estar a chegar ao fim o inqualificável escândalo dos 600 desalojados de Camarate. No rescaldo fica a ignomínia de um Governo que, para além de arrastar miseravelmente a situação, procurou alijar responsabilidades próprias e endossá-las a quem não as tem, na matéria - a Câmara Municipal de Loures (aliás, a única entidade que se empenhou, desde o primeiro instante, na resolução do problema). Para a história fica também o comportamento xenófobo e classista de parte duma população (a da Portela) que misturou, à inacreditável histeria contra a presença dos desalojados, uma assumida e endinheirada simpatia pelo PSD...

O escândalo, aliás, começou mais cedo, na sala de um tribunal. Ali, numa arrepiante sentença que levou à letra a velha expressão de que "a Lei é cega", decidiu-se sem hesitações o que, horas depois, se transformaria num escândalo nacional: a expulsão de 600 pessoas de um edifício que habitavam há 15 anos por decisão de um organismo estatal (o IARNE, que se encarregava do alojamento dos cidadãos regressados das ex-colónias), a toque de polícia e sem que, fosse quem fosse, houvesse cuidado duma alternativa, ainda que provisória e elementar, para as centenas de homens, mulheres e crianças que iam ficar no meio da rua, em pleno Inverno.

O processo que desembocou no despejo está, ele próprio, erigido de perversidades, nomeadamente ao não informar da devida e atempada informação às vítimas (pois de vítimas se trata). O argu-

mento de que se cumpriu escrupulosamente o que a Lei prevê, nomeadamente o anúncio público da acção num jornal, é insatisfatório: quando estão em causa 600 pessoas, os problemas devem ganhar outra dimensão, que transcende as conhecidas insuficiências dos preceitos legais.

Rua e pronto!

O desenrolar da história é do domínio público. No passado dia 12 (há mais de uma semana), uma ordem do tribunal, acompanhada da GNR, apresentou-se no edifício do Lar Panorâmico, em Camarate, onde residiam 600 pessoas, com uma ordem de despejo a ser cumprida de imediato. E foi. Pessoas e haveres foram despejados literalmente na rua, sem que se lhes apresentasse qualquer alternativa. A primeira entidade a

reagir foi a Câmara Municipal de Loures, que de imediato promoveu diligências em várias direcções, especialmente para o Governo, a quem cabe a responsabilidade total na resolução de problemas desta qualidade e envergadura. E o inacreditável aconteceu: o Governo de Cavaco Silva, tão lesto em promessas e operações demagógicas, foi deixando arrastar o problema ao longo dos dias e das noites, enquanto a Câmara de Loures se multiplicava, desesperada, em esforços que fizessem compreender três coisas fundamentais ao Executivo: primeiro, que as 600 pessoas (entre elas numerosas crianças) não podiam ficar no meio da rua, em pleno Inverno; segundo, que era e é a Governo que compete resolver estas questões, não só do ponto de vista legal como, sobretudo, pelos meios de que dispõe; terceiro, a Câmara de Loures não tinha quaisquer possibilidades de o fazer, por óbvia falta de meios logísticos e financeiros (agravada, aliás, pelo esbulho de verbas que o Governo impôs às autarquias). E a Câmara apresentava alternativas de aproveitamento imediato, apontando diversas instalações do Estado disponíveis, adequadas e na zona. Debalde. O Governo parecia comprazer-se em deixar arrastar o problema, com se com isso pretendesse que a indignação pública se voltasse contra a autarquia onde, geográfica-

mente, as coisas ocorreram, embora sem ter qualquer responsabilidade nisso.

Do "cheiro a pobre" à solução provisória

Entretanto a indignação pública foi crescendo, a par das promessas do Executivo em encontrar, juntamente com a Câmara de Loures, uma solução provisória para o problema. A primeira, concreta, que surgiu por proposta do Governo, apontou como instalação provisória uma escola preparatória na Portela de Sacavém, desactivada o ano passado. E o incrível tornou a acontecer: parte da população da zona, em sintonia com o presidente da Junta de Freguesia local, do PSD, mobilizou-se contra a instalação dos desalojados na vizinhança dos seus confortáveis lares, começando por "argumentar" que a escola "não tinha condições" para os desalojados e terminando, muito

mais rudemente que as suas delicadas vidas pareciam fazer supor, a clamar que a sua atitude "não era racista", pois "se em vez dos maioritariamente negros de Camarate se tratasse de brancos desalojados da Musgueira, a sua atitude seria a mesma". Portanto, estes finos senhores da Portela (que, curiosamente, se afirmavam do PSD, cujo Governo é responsável pela situação, enquanto clamavam contra a Câmara, que é comunista mas não tem culpa nenhuma do problema) não são racistas - não suportam é os pobres ao pé deles...

Com a alternativa da escola da Portela inviabilizada e o tempo a arrastar-se, o Governo decidiu finalmente há três dias conceder dinheiro a fundo perdido e uma linha de crédito para a construção de habitação definitiva para os desalojados de Camarate. Demétrio Alves, presidente da Câmara Municipal de Loures, que esteve na reunião que tomou esta decisão, explicou em confe-

rência de Imprensa que a solução, de imediato, passa pela instalação dos desalojados primeiro em tendas do Exército, e daqui a dois meses em casas prefabricadas que entretanto se irão construir. Após os prefabricados, segue-se a construção da habitação em alvenaria sendo, segundo Demétrio Alves, o prazo ideal para o início destes trabalhos, cerca de 60 dias. E sublinhou o autarca: "Pela primeira vez o Governo, que até aqui só dava cobertores, veio agora pôr casas à disposição dos desalojados", acrescentando que a Segurança Social continuará a prestar a necessária assistência a esta população, na sua maioria regressados das ex-colónias.

A operação de realojamento dos desalojados de Camarate envolve, segundo fonte governamental, um esforço financeiro entre os 350 e os 400 mil contos. Só esperamos que o Governo não pretenda passar, mais uma vez, grande parte deste seu encargo para a autarquia...

O protesto da ORL

É o seguinte, o comunicado da ORL do PCP emitido anteontem a propósito dos desalojados de Camarate:

Face aos dramáticos acontecimentos e aos seus desenvolvimentos que desde há uma semana atingem as cerca de 600 pessoas de Camarate vítimas de despejo, a DORL do PCP,

Entende que reside na irresponsabilidade e demagogia do Governo a razão primeira pelo arrastamento da dramática situação dos desalojados do Lar Panorâmico.

Condena a chocante indiferença com que o Governo se comportou perante a situação infra-humana gerada pelo desalojamento. Comportamento, aliás, já patenteado durante o processo que conduziu à decisão judicial do despejo.

Alerta a opinião pública para o manobrismo e demagogia com que alguns, a pretexto destes acontecimentos e instrumentalizando-os, procuram isentar de responsabilidades do Governo.

Manifesta a sua profunda preocupação e firme condenação pelos acontecimentos de natureza racista e xenófoba da Portela, traduzidos em acções de vandalismo com origem na conduta de sectores politicamente ligados à área do PSD.

É necessário sublinhar que a invicada falta de segurança existente na Portela é da exclusiva responsabilidade do Governo e não da Câmara Municipal de Loures que, com a sua acção, apenas procurou com os seus limitados meios contribuir para viabilizar uma solução, escolhida aliás pelo Governo, que pusesse termo a um pungente drama humano.

Apoia as iniciativas tomadas pela C.M. de Loures e pela Junta de Freguesia de Camarate, nas quais a Cruz Vermelha Portuguesa e os Bombeiros se têm empenhado, traduzidas pri-

meiro nas sucessivas diligências junto das entidades governamentais alertando com antecedência para a situação e disponibilizando-se para cooperar numa solução e agora prosseguida no sentido de minimizar os efeitos de uma tão dura e lamentável situação.

É de destacar que a perspectiva de solução a que se chegou há poucas horas, fruto da disponibilidade da Câmara Municipal de Loures para assumir encargos e responsabilidades para além dos limites que legalmente lhe competiriam, é reveladora da ostensiva orientação de demissionismo do Governo das suas responsabilidades sociais e um factor mais a somar ao roubo das Finanças Locais para empurrar novos encargos para o Poder Local.

Exige que o Governo, com os meios ao seu alcance e as obrigações constitucionais a que está vinculado, assumia plenamente e até ao fim as responsabilidades que lhe competem.

É no mínimo chocante e desprovido de qualquer sentimento de respeito pelos direitos humanos que o Governo utilize milhões de contos dos contribuintes e de fundos comunitários para obras sumptuárias destinadas a realizar operações de propaganda e que simultaneamente despreze com tanta frieza os gravíssimos problemas sociais.

Os acontecimentos de Camarate são em si mesmo a prova da falência da política de habitação do Governo e um cru desmentido da apregoada política de solidariedade social que enche os seus discursos.

A DORL do PCP exprime a sua solidariedade para com os cidadãos atingidos, reafirmando o empenhamento de autarcas e deputados comunistas na contribuição com esforços que convirjam na solidariedade necessária a atenuar os efeitos da situação e para reclamar do Governo a sua resolução.

Em visita de autarcas do PCP

Expo 98 é motivo de reflexão

«No nosso entendimento, a EXPO 98 não pode ser somente um episódio que vai ocupar os lisboetas e o país, durante os meses em que irá decorrer.

Pelo contrário, a iniciativa deve ser uma oportunidade para ordenar e requalificar toda uma zona que tem estado abandonada e que, por isso, tem sofrido um processo de degradação muito significativo», disse o vereador Rui Godinho, durante a visita à Freguesia de Santa Maria dos Olivais, inserida nas Jornadas Autárquicas do Partido Comunista Português na Zona Oriental da Cidade de Lisboa.

Na opinião de Rui Godinho, que integrou a delegação constituída pelos vereadores Vítor Costa e Rego Mendes, pela vogal da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, Eduarda Figueiredo, por eleitos do Partido na Assembleia de Freguesia e por militantes do PCP residentes na Zona, «a EXPO 98 não servirá de nada se for um mero episódio ou cenário. E, nessa perspectiva, a Câmara Municipal de Lisboa já elaborou um Plano de Estrutura para a Zona, o qual implica alterações profundas na ordenação urbana e ambiental».

Essas alterações apontam para «a integração da Docca dos Olivais e espaços envolventes numa zona verde que se estenderá até ao Vale do Silêncio (Olivais-Sul) e a reestruturação da Plataforma de Beirolas, que tem de ser requalificada». Beirolas apela para uma «altera-

ção tecnológica a nível do tratamento de resíduos sólidos o que implica a instalação de uma incineradora que sirva os quatro concelhos» (V. Franca de Xira, Loures, Amadora e Lisboa). A intervenção pressupõe um investimento muito significativo, «pelo que será necessário o acesso ou ao Fundo de Coesão ou aos que são adstritos à EXPO 98».

Neste quadro, a requalificação da Zona diz não à especulação e sim ao aproveitamento dos terrenos disponíveis para equipamentos lúdicos e ambientais. É ainda necessário ligar «a zona habitacional dos Olivais à de Chelas e ligar e articular acessibilidades com transportes públicos de massas».

Sendo ainda desactivado, a curto prazo, um número significativo de empresas que funcionam naquela zona, é «urgente equacionar impactes de natureza social e empresarial de forma a reformular empresas, mantendo os direitos dos trabalhadores».

Durante a visita à Zona Oriental da Cidade de Lisboa, os autarcas tomaram contacto com os problemas e carências de colectividades, estabelecimentos de ensino, parques infantis, mercados e outros espaços. Através do diálogo que estabeleceram com responsáveis e elementos da população, os autarcas levaram, de certo, para as discussões e análises camarárias, outros aspectos e alternativas para a vida que fervilha naquela vasta zona.

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

ESPECIAL
CONGRESSO

Entrevista com

CARLOS CARVALHAS

INTERNACIONAL

Cuba

O antigo presidente nicaraguense Daniel Ortega exortou o novo governo norte-americano a levantar o embargo económico contra Cuba.

A chegada à presidência norte-americana de Bill Clinton constitui «uma ocasião para os Estados Unidos levantarem o bloqueio contra Cuba» e «contribuírem, assim, para a distensão e a paz na América Latina», declarou Ortega em conferência de imprensa.

«O bloqueio, em vigor desde há 30 anos, é fonte de tensão e preocupação e gera insegurança e instabilidade em toda a América Latina», além de representar «sacrifícios enormes para o povo cubano», sublinhou o secretário-geral da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

Ortega, de visita a Cuba, disse ter discutido com o presidente cubano, Fidel Castro, a situação na América Central e em Cuba, bem como o caso dos 900 estudantes nicaraguenses enviados para Havana quando os sandinistas estavam no poder em Manágua.

O secretário-geral da FSLN criticou vivamente a política económica do governo da presidente nicaraguense, Violeta Chamorro, que conduziu o país, segundo ele, ao «caos económico».

Ucrânia

A Ucrânia registou no ano passado uma queda de 40 por cento da produção, justificada pela descida da produção da Rússia, declarou o presidente da União dos Empresários e Industriais da Rússia.

«Não podemos continuar assim, a situação na Ucrânia como na Rússia tornou-se muito difícil, num período de menos de um ano, devido à paralisação de várias indústrias», disse Arkadi Volski.

Este responsável explicou que a agricultura ucraniana foi particularmente afectada em 1992 pela queda de 50 por cento da produção de maquinaria russa destinada ao cultivo da terra.

Os problemas económicos de fundo entre os dois países permanecem por resolver, nomeadamente no que respeita ao fornecimento de energia por parte de Moscovo aos seus vizinhos.

Plutónio

Plutónio, «uma das substâncias mais mortais do mundo», é importado por via aérea pela Grã-Bretanha, em contentores concebidos para resistirem a quedas de apenas oito metros, noticia «The Observer».

Segundo a British Nuclear Fuels (BNFL), que explora nomeadamente a central nuclear de Sellafield, «muito pequenas quantidades» de plutónio, «em proporções laboratoriais», foram importadas por avião.

Mas, insiste «The Observer», «cargas importantes atravessam agora os céus». Segundo o semanário, um quarto de tonelada deverá chegar da Alemanha este ano a um pequeno aeroporto do Norte da Escócia, em Wick.

Se a fábrica de Thorp, em Sellafield, trabalhar como previsto em Fevereiro, escreve o jornal, importantes quantidades de plutónio serão igualmente exportadas da Grã-Bretanha.

A BNFL confirmou, segundo «The Observer», que «o avião teria a sua preferência para transportar o plutónio para a Europa».

Zaire

Uma greve geral ilimitada, decretada pela União Sagrada (oposição ao presidente zairense), teve início no Zaire, no âmbito da campanha que visa a destituição de Mobutu Sese Seko.

A campanha teve início na sexta-feira com uma jornada de «cidade morta», que deixou as ruas de Kinshasa praticamente desertas. O Centro da capital zairense e os bairros periféricos, onde foram erigidas algumas barricadas, registaram escasso movimento, não se tendo registado nenhum incidente.

As acções de «resistência à ditadura e de campanha com vista à destituição de Mobutu», programadas pela União Sagrada, prosseguem na próxima semana com «jornadas de libertação» da «Voz do Zaire» (rádio e televisão nacionais) e da banca.

As «jornadas de libertação» incluem ainda a instalação do Alto Conselho da República (ACR, parlamento de transição) no edifício do Palácio da nação (sede do parlamento).

O ACR, que tem reunido no Palácio do Povo, onde decorreu a conferência nacional, decidiu entregar uma queixa ao Supremo Tribunal contra o presidente Mobutu, que é acusado de «alta traição» por «bloquear as instituições a todos os níveis».

Por seu turno, o primeiro-ministro de transição, Etienne Tshisekedi, recusou remodelar o seu governo, respeitando um pedido do ACR.

Haiti

Navios norte-americanos contra refugiados

O exército e o governo haitianos aceitaram, domingo, as propostas do enviado especial da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA), Dante Caputo, sobre o reestabelecimento da democracia e o envio de observadores internacionais para o Haiti.

A missão dos observadores das Nações Unidas e da OEA pode começar esta semana. O compromisso obtido abre algumas perspectivas para a superação da situação criada com o golpe de Estado que derrubou o presidente eleito Jean-Bertrand Aristide. Situação caracterizada pela repressão contra as forças populares e degradação do quadro socio-económico.

Entretanto, sábado, um total de 212 refugiados haitianos, entre eles mulheres e crianças, foi obrigado a regressar ao seu país, depois de interceptado por navios da guarda-costeira dos Estados Unidos.

Até ao momento, pelo menos 6428 haitianos foram obrigados a regressar ao seu país após serem detectados por navios dos EUA. Uma política de recusa do direito ao asilo político, muito contestada nos próprios Estados Unidos, e que o novo presidente Bill Clinton, contrariamente ao que afirmou durante a sua campanha eleitoral, disse que «por agora» iria prosseguir.

As críticas de Clinton à política de Bush em relação aos refugiados haitianos criaram falsas esperanças nos habitantes daquela ilha, que pensaram ter agora uma porta aberta nos Estados Unidos, com a subida ao poder de um presidente democrata. As autoridades norte-americanas calculam que mais de 200 000 refu-

giados procurarão abandonar o Haiti nos próximos dias, o que só de si testemunha as condições que se vivem no país.

A resposta americana à situação criada é o envio de navios e aviões, que vão cercar a ilha para impedir o êxodo maciço de refugiados. Uma operação iniciada logo a seguir à tomada de

posse do novo presidente norte-americano, e em que tomam parte dezassete navios da guarda-costeira, cinco vasos da marinha norte-americana e uma dezena de aviões.

Na opinião do almirante William Kime, comandante da guarda-costeira, trata-se de uma «acção humanitária».



Haiti – o país da América Latina com o mais baixo produto nacional bruto de todo o continente. Na sequência do golpe contra-revolucionário que afastou o presidente eleito, as condições de miséria sofreram ainda um agravamento.

Brasil

Amnistia Internacional denuncia crimes contra comunidades indígenas

A Amnistia Internacional denunciou que as comunidades indígenas do Brasil são vítimas de violações sistemáticas dos direitos do Homem, perante a passividade das autoridades.

Em relatório divulgado pela secção portuguesa, a Amnistia afirma que membros das comunidades indígenas são «raptados, torturados e assassinados por causa das suas terras e dos recursos que elas contêm».

Estes crimes, adianta, cons-

tituem violações dos direitos humanos por serem «cometidos com a cumplicidade ou aquiescência oficiais».

«O Estado brasileiro tem falhado sistematicamente na apresentação perante a justiça dos responsáveis» por estes crimes, diz a Amnistia.

O Relatório refere que os grupos indígenas se tornam mais vulneráveis a ataques armados à medida que cresce a pressão sobre os minerais e a madeira.

Os ataques são efectuados

por «grupos privados, incluindo pistoleiros alugados pelos que reclamam terra, pelos mercadores de madeira ou pelos interesses mineiros».

Além disso, «as forças policiais tomam elas próprias parte em incursões não autorizadas a áreas indígenas, sujeitando homens, mulheres e crianças a espancamentos e maus tratos».

«Todos continuam praticamente impunes. De facto, até as autoridades estaduais se tornaram cúmplices de

tais interesses», salienta o Relatório, acrescentando que a impunidade favoreceu o aumento da violência, «colocando comunidades inteiras em risco, apesar das garantias consignadas na Constituição».

Este é o primeiro Relatório da Amnistia Internacional publicado no Ano Internacional das Nações Unidas para as Populações Indígenas Mundiais, que decorre em 1993, e resultou de seis meses de investigação no Brasil.

Saudação do PCP ao PC Jordano

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista Jordano a seguinte saudação.

Queridos camaradas,

Foi com enorme satisfação que recebemos o vosso fax por via do qual nos informais da conquista da legalidade do PC Jordano.

Saudamos, nesta histórica ocasião, a corajosa luta dos comunistas jordanos ao longo de mais de quarenta anos, a qual acabou por impor, com o apoio dos trabalhadores e do

povo da Jordânia e da solidariedade internacionalista, o reconhecimento legal do PCJ.

Estamos certos que o PCJ continuará activamente a dar o seu valioso contributo na luta contra a política agressiva do imperialismo e por uma paz justa no Médio Oriente que salvaguarde os legítimos direitos nacionais do povo palestino, em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo jordano, pela democracia, o progresso social e o socialismo.

Confirmando o profundo interesse no desenvolvimento das relações fraternais entre o PCP e o PCJ, desejamo-vos, queridos camaradas, os maiores êxitos à vossa luta.

INTERNACIONAL



Armas químicas Assinada convenção sobre interdição

Mais de 100 países assinaram, no passado dia 13, em Paris, a convenção sobre a interdição de armas químicas que proíbe a sua produção, utilização e armazenamento.

Os países árabes decidiram formalmente, numa reunião ministerial da Liga Árabe, no Cairo, boicotar colectivamente a reunião de Paris, devido ao potencial nuclear israelita.

Concluída em Setembro, em Genebra, após 25 anos de negociações, no âmbito da Conferência sobre o Desarmamento da ONU, a Convenção sobre a interdição «constitui um primeiro acordo multilateral de desarmamento, dotado de um sistema eficaz de verificação, que elimina uma categoria inteira de armas de destruição maciça», na opinião do representante francês na Conferência.

A convenção prevê a interdição da utilização, produção e armazenamento de armas químicas, a destruição, no prazo de 10 anos, de todos os arsenais e locais de produção e um regime de verificação particularmente severo, com inspecções de instalações militares e também o controlo da indústria química.

A convenção deverá entrar em vigor dois anos após a sua assinatura.

A verificação será assegurada por uma organização para a interdição de armas químicas com sede em Haia e que inclui três organismos: Conferência dos Estados-partes, composta por todos os Estados membros e que reunirá todos os anos, Conselho Executivo (41 membros) e Secretariado técnico.

Em caso de suspeita, cada Estado-parte pode exigir uma investigação por intimação, que se iniciará num

prazo curto, podendo abranger todas as instalações civis ou militares do Estado visado.

Em caso de violação constatada, a organização pode pedir a um Estado-parte que tome determinadas medidas, aplicar penalidades, incluindo sanções.

Se o caso for grave, a Conferência pode dirigir-se à Assembleia Geral das Nações Unidas e ao Conselho de Segurança da ONU.

O antecessor da Convenção agora assinada data de 1925 e foi assinado em Genebra, na sequência da I Guerra Mundial, durante a qual o uso de agentes químicos foi generalizado.

O protocolo de Genebra proíbe «o emprego na guerra de gases sufocantes, tóxicos ou similares, bem como líquidos, matérias ou produtos análogos» e «o uso de meios de guerra bacteriológica».

Erich Honecker libertado

Erich Honecker, antigo chefe de Estado da RDA, foi libertado quando o Tribunal Regional de Berlim decidiu anular o segundo mandato de captura. Na origem desta medida está a decisão tomada pelo Tribunal constitucional de Berlim, suprema instância jurídica, que considerou «atentatório da dignidade humana» manter na prisão um acusado que está quase moribundo.

A prisão e julgamento de Erich Honecker foi denunciada por vários sectores como uma ilegalidade (pois se reportava a um quadro político e jurídico diferente do actual), ou mesmo uma forma de «vingança» política. Na verdade, neste

momento, no território da ex-RDA, muitas pessoas estão a ser perseguidas — nomeadamente pelo afastamento dos seus postos de trabalho — pelo posicionamento político que tinham quando ainda existia a RDA.

Mesmo após a libertação do ex-chefe de Estado da RDA, o juiz do processo, Hans Boss, afirmou que o julgamento contra Honecker não foi cancelado.

Erich Honecker foi calorosamente recebido no Chile por familiares e dirigentes da esquerda chilena, e em particular pelos exilados chilenos que a RDA acolheu durante a ditadura de Pinochet.

PCP saúda 12.º Congresso do PC Alemão

O Partido Comunista Alemão realizou o seu 12.º Congresso em Mannheim, nos dias 16 e 17 de Janeiro.

O PCP esteve representado pelo camarada Rogério de Brito, deputado no Parlamento Europeu, que, para além de assistir aos trabalhos do Congresso, teve a oportunidade de participar, com outras delegações estrangeiras, num debate sobre Maastricht.

«Que perspectivas e estratégias existem para a luta contra esta imposição dos monopólios».

O Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista Alemão a saudação que transcrevemos.

Queridos Camaradas,

O Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternal e calorosamente o 12.º Congresso do PCA e, por intermédio dos seus delegados, os comunistas, os trabalhadores e o povo alemão.

Os comunistas portugueses fazem votos para que os trabalhos do vosso Congresso contribuam para a defesa dos interesses dos trabalhadores, para o combate e consequente recuo do racismo, da xenofobia e da extrema-direita e para salvaguarda da paz, para que todos os comunistas alemães saibam encontrar as vias para uma melhor intervenção no vosso país de molde a reforçar a sua implantação e influência nacional.

O PCP realizou em Dezembro o seu XIV Congresso que reafirmou e confirmou a sua identidade comunista, condição para aprofundar as suas raízes nos trabalhadores e nas massas populares, renovar-se e responder com êxito aos desafios dos novos tempos. Para o PCP o ideal comunista mantém toda a sua vitalidade e as derrotas de um modelo do socialismo na URSS e na Europa do Leste

devem-se sobretudo ao afastamento e reversão desse mesmo ideal.

O PCP considera que a situação internacional se agrava devido à política do imperialismo mundial, designadamente com a chamada «nova ordem mundial» que visa impor a hegemonia dos EUA no Planeta e assegurar o domínio do capitalismo. Multiplicam-se as intervenções militares dos EUA e seus aliados sob a capa da ONU. Agravam-se velhos conflitos regionais e exploram-se novos conflitos. Há riscos de novas intervenções, nomeadamente na ex-Jugoslávia, o que tornaria toda a região dos Balcãs num enorme barril de pólvora e que atingiria a Europa. A Alemanha e o Japão revêm as suas leis constitucionais, de molde a poderem intervir fora das suas fronteiras, o que tornaria toda a região dos Balcãs num enorme barril de pólvora e que atingiria a Europa. A Alemanha e o Japão revêm as suas leis constitucionais, de molde a poderem intervir fora das suas fronteiras, o que agrava os perigos do militarismo e da guerra.

Assim o PCP considera da maior importância e actualidade a solidariedade dos trabalhadores e dos povos e a acção unida dos partidos comunistas e revolucionários contra os perigos intervencionistas e de guerra soprados pelo imperialismo. Considera que tal não obsta, antes contribui, para a necessária convergência de todas as forças que, independentemente da sua orientação política e ideológica, defendam a paz e estejam contra o pretenso direito da ingerência nos assuntos internos dos Estados.

Renovando os votos para que os trabalhos do vosso Congresso decorram com êxito, o PCP exprime a sua vontade de reforçar os laços de amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o PCA.

África do Sul Nova ronda de conversações

O Congresso Nacional Africano (ANC) e o governo iniciam uma nova série de conversações, à porta fechada, de 20 a 27 de Janeiro. As discussões sobre o futuro do país seguem-se às do início de Dezembro, que permitiram um acordo sobre a necessidade de se chegar rapidamente à formação de um governo interino de união nacional.

As negociações ANC-governo são precedidas de um encontro bilateral entre o governo sul-africano e o partido Inkatha.

Em véspera do relançamento do diálogo, Valli Moosa, uma das principais figuras negociadoras do ANC, afirmou aos jornalistas, na sede do movimento anti-apartheid, em Joanesburgo, que tem sido «conseguido tremendo progresso em (conversações) bilaterais» e que se esperam «conversações substanciais» entre o ANC e o governo.

Entretanto o ANC apelou aos fornecedores internacionais para se absterem de firmar contractos com as forças armadas sul-africa-

nas, SADF, avisando que não se vinculará a tais acordos.

O aviso do movimento anti-apartheid, deve-se a informações de que as SADF pretendiam adquirir uma impressora, avaliada em 250 mil contos, destinada à produção de material confidencial.

«À luz da própria admissão pelo presidente Frederik De Klerk da existência de elementos no seio das forças de segurança que planeiam minar o processo de democratização na África do Sul, levanta-se a preocupação quanto a uma importante campanha de desinformação antes das eleições» - afirma o ANC.

«Apelamos para todos os possíveis fornecedores internacionais que se abstenham de quebrar o embargo de armas» - pede o ANC. «Se esta venda se concretizar, não nos vincularemos a quaisquer contratos ou assumiremos as responsabilidades financeiras decorrentes», avisou o Congresso Nacional Africano, na perspectiva de constituir governo após as primeiras eleições não raciais no país.

OBRAS ESCOLHIDAS DE V.I. LÉNINE

O ESSENCIAL DA OBRA DE LÉNINE NUMA TRADUÇÃO RIGOROSA

edições Avante!

Emprego para mulheres - um direito, uma necessidade

Que pensam as mulheres das iniciativas comunitárias para a criação regional de emprego que lhes são destinadas? Com que problemas se debatem? Que medidas gostariam de ver incentivadas? Estas algumas das questões que levaram o eurodeputado comunista, Sérgio Ribeiro, a convidar Organizações de Mulheres portuguesas para um encontro de trabalho, no passado dia 15, no Centro Europeu Jean Monnet, em Lisboa.

Encarregado de elaborar um relatório sobre a criação regional de emprego para mulheres, no âmbito das chamadas Iniciativas Locais de Emprego (ILE), para a comissão dos direitos da mulher do Parlamento Europeu, de que faz parte, Sérgio Ribeiro considerou que o seu trabalho só teria a ganhar com a contribuição das organizações femininas. Uma opinião partilhada - e aplaudida - pelos organismos que responderam ao convite: Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, Movimento Democrático de Mulheres, Organização de Mulheres Comunistas, Sindicato da Marinha Mercante, Comissão de Mulheres da UGT, Convergência, Comissão pela Igualdade dos Direitos da Mulher, Comissão pela Igualdade no Trabalho e no Emprego, STAD, Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, Sindicato da Hotelaria do Sul.

Em debate esteve o relatório - de que publicamos em separado os aspectos mais significativos - que o

A igualdade de tratamento entre homens e mulheres passa por políticas que promovam a inserção da mulher na vida económica activa

o eurodeputado do PCP vai apresentar à Comissão dos Direitos da Mulher e que, a ser adoptado pelo Parlamento Europeu, poderá vir a ser um instrumento "contra as discriminações sociais e, sobretudo, pela valorização da mulher enquanto elemento da vida económica activa, recusando o papel da subalternidade, de 'exército de reserva de mão-de-obra'".

As sugestões e os reparos não faltaram, a enriquecer a proposta de conclusões que Sérgio Ribeiro irá apresentar em Estrasburgo. Entre outros aspectos, defendeu-se que a redução do número de filhos e/ou a menor diferença de idades entre os filhos, que reduz o período de inactividade por efeito de maternidade, não seja apontado como um factor "positivo" que aproxima as condições para carreira profissional entre homens e mulheres, já que isso seria aceitar que devem ser as mulheres a cuidar a maternidade; no mesmo sentido, rejeitou-se a assimilação, que na prática é feita pela Comunidade, entre gravidez e doença.

Mas as principais questões levantadas dizem respeito aos meios postos à disposição das iniciativas de criação de emprego, ao controlo desses mesmos meios, à burocracia no

acesso aos apoios e à ir-formação que é prestada às mulheres sobre tais iniciativas.

Os meios são insuficientes. O controlo, se existe, não impede as fraudes. A burocracia é excessiva e desmobilizadora. A informação é insuficiente. Por isso mesmo, se considerou fundamental a defesa do aumento dos fundos estruturais para as ILE e a associação do Banco Europeu de Investimento (BEI) a esta iniciativa, bem como uma melhor coordenação entre os diferentes fundos disponibilizados e o respectivo controlo, de forma a evitar a sua utilização incorrecta e mesmo desvio dos seus objectivos. Por outro lado, foi acentuada a necessidade de aumentar e decodificar a informação sobre as iniciativas locais de emprego, de molde a facilitar o acesso e participação das mulheres em tais iniciativas. Neste âmbito, considerou-se indispensável a informação sobre a troca de experiências a nível local, nacional e mesmo comunitário relativas, entre outras, à formação de formadores/as e de responsáveis pela negociação de medidas de formação na empresa; as acções de sensibilização, a recolha e a difusão de informações sobre práticas positivas; formas e métodos de trabalho que facilitem e estimulem uma crescente

participação das mulheres nos fundos e iniciativas que lhes são dirigidos. Em relação à formação, foi dada ênfase à necessidade de todas as acções de formação profissional dirigidas a mulheres deverem ter em conta a criação de creches ou outras formas de guarda de crianças; que os custos de tais centros de acolhimento devem ser financiados no quadro da formação profissional, entendida no sentido lato de criar condições de qualificação e de disponibilidade para o exercício de uma profissão; que o desenvolvimento de estruturas sociais é particularmente necessário nas zonas rurais, periféricas e insulares, que é justamente onde vivem muitas mulheres com crianças, tendo a cargo pessoas de idade, sendo essas mulheres, muitas vezes, os únicos elementos potencialmente activos economicamente em regiões abandonadas, devido à emigração, por população em idade activa do sexo masculino. De salientar ainda o consenso registado no respeitante à necessidade de redução do horário de trabalho - proposto pelo PCP a semana passada e rejeitado pelo PSD na Assembleia da República - e a institucionalização das regiões em Portugal, que o PSD continua a protelar.

Não basta defender a igualdade é preciso promovê-la

A definição de uma política social da Comunidade Europeia passa por uma questão fundamental: a igualdade de tratamento entre homens e mulheres. Este princípio - teoricamente reconhecido mas muito longe de estar traduzido na prática - é defendido pelo deputado Sérgio Ribeiro como um "elemento-chave para a caracterização e a prossecução do objectivo da coesão económica e social", no seu relatório sobre "A criação regional de empregos para as mulheres".

O documento, que recorda que a Comunidade conta com 60 milhões de mulheres economicamente activas (segundo o conceito estatístico-operativo de população activa), sublinha a necessidade de se abandonar os pressupostos e (pre)conceitos que determinam a divisão do trabalho, de forma a "enterrar, definitivamente, as condições de natureza predominantemente natural/biológica (pré-históricas)" que ainda marcam a sociedade.

Para que tal seja possível, entende-se que a política de criação de empregos deverá contribuir para corrigir discriminações e ser encarada não como apoio a um grupo social desfavorecido, mas antes através de acções positivas, aproveitando "vantagens comparativas" de natureza social, cultural e ambiental. Neste contexto, considera-se necessário o reforço de iniciativas locais tendentes à criação de empregos para e pelas mulheres, nalguns casos por via da criação de empresas.

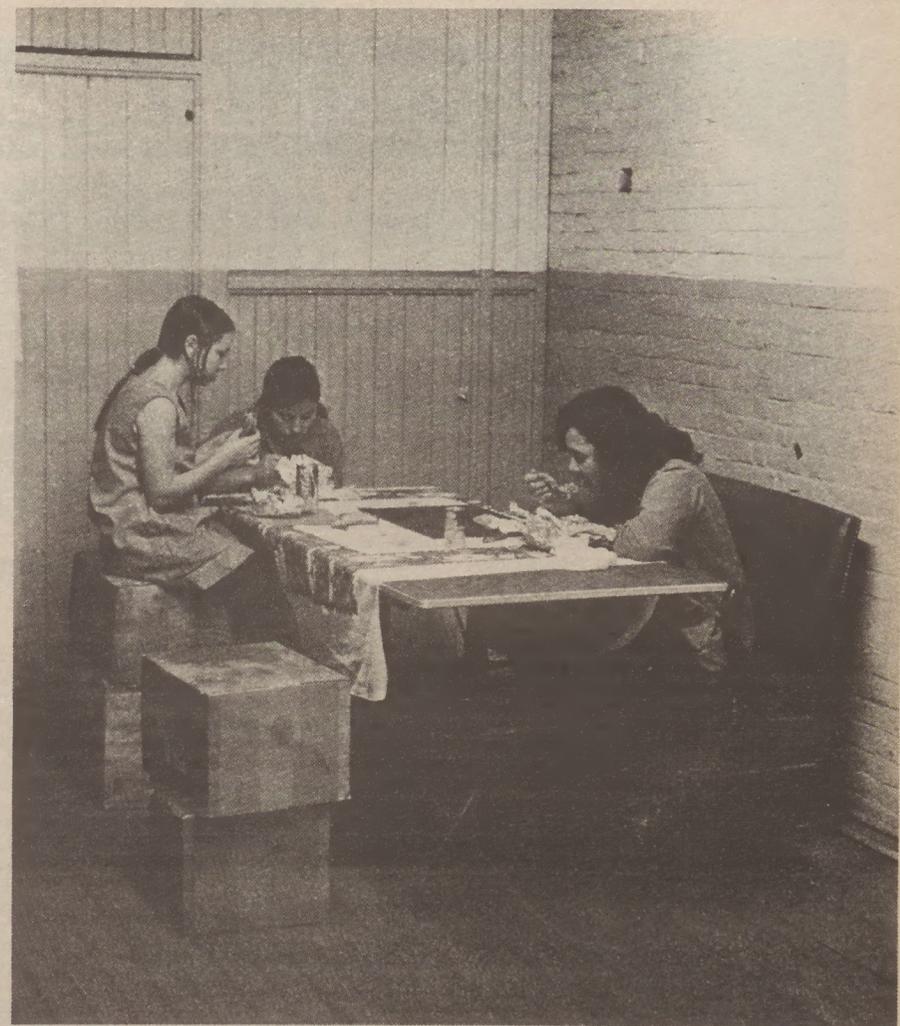
O relatório, que assinala como factor positivo o crescente aumento da taxa de actividade das mulheres, do seu nível de educação e de formação e das respectivas qualificações profissionais, chama no entanto a atenção para os aspectos negativos que continuam a discriminar as mulheres no mundo do trabalho (ver texto em separado).

Como se faz notar, embora positiva, é insuficiente a afirmação de grandes princípios relativos a igualdade de oportunidades e de tratamento, sem carácter vinculativo, como é o caso da Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores. Por isso mesmo, se considera preocupante a substituição do princípio da harmonização no progresso pela prática das prescrições mínimas, o que não deixará de se fazer sentir em áreas onde a dimensão social está mais atrasada, como é o caso da desigualdade social baseada na diferença de sexo.

Como particularmente prejudicial às mulheres apontam-se, entre outros aspectos, o atraso na adopção, pelos Estados-membros, da legislação comunitária; a falta de promoção e estímulo à inscrição das mulheres nos departamentos oficiais relativos ao emprego, o que as impede de ter acesso aos programas de formação profissional e se torna, por sua vez, num *handicap* à sua entrada no mercado de trabalho; e a persistência de dificuldades práticas, como horários de trabalho, horários e férias escolares, insuficiência e inadequação dos serviços sociais de guarda de crianças que, tendo em conta a estrutura das relações sociais familiares, colocam as mulheres em situação de inferioridade em relação aos homens quanto a oportunidades de participação na vida económica activa.

Medidas

O relatório a que nos vimos reportando recorda que a Comunidade Europeia dispõe de instrumentos para promover a plena



a tempo completo, sendo que para cada emprego criado se disponibiliza uma bolsa complementar de 1500 ecus para um máximo de cinco empregos.

Do ponto de vista regional, o objectivo do programa é o de se concentrar nas regiões de forte taxa de desemprego, sendo dada prioridade aos projectos inovadores e aos que empreguem mais mulheres desfavorecidas no mercado de trabalho.

Também neste âmbito, recorda o relatório, o Tribunal de Contas denuncia uma série de procedimentos que merecem reservas e de irregularidades que têm contribuído para diminuir o impacto possível e desejável destas iniciativas.

Apesar destes aspectos negativos, o relatório do eurodeputado comunista sublinha que "as iniciativas visam, no contexto local, a criação de empregos". Embora sabendo que é a mão-de-obra qualificada de cada região que contribui para atrair capitais e novas empresas, o que dá origem à dinamização da actividade económica, o relatório defende a vantagem de "utilizar o que constitui uma reserva de mão-de-obra feminina para realizar esses objectivos".

Neste contexto, considera-se que é possível e necessário utilizar positivamente o facto de as mulheres terem menor mobilidade para o mercado de trabalho (por razões de estatuto familiar, sociais, culturais) para promover a sua formação no sentido de que elas possam constituir a base de uma mão-de-obra local, regional, estável e susceptível de dinamizar ou de redinamizar uma região.

Tome nota

* Desemprego no feminino

- Em 1990, o desemprego das mulheres representava o dobro do dos homens, no espaço comunitário.

- Em Espanha, a taxa de desemprego das mulheres é quatro vezes superior à do Reino Unido.

- Em 1990, o desemprego feminino ultrapassava a média comunitária em 11,1 por cento em 7 dos Estados-membros - Espanha, Irlanda, Itália, Bélgica, Holanda, Grécia e França; em 6 deles - Itália, Bélgica, Grécia, Espanha, Luxemburgo e Holanda - o desemprego feminino era superior ao dobro do desemprego masculino. Em Portugal e Espanha rondava o dobro.

- As mulheres são particularmente atingidas pelo desemprego de longa duração - em certos Estados-membros, a taxa de desemprego das mulheres, no desemprego de longa duração, eleva-se a 70 por cento e mais.

- As mulheres são atingidas pelo desemprego de forma mais grave. A taxa de desemprego das mulheres de menos de 25 anos é o dobro da taxa de desemprego feminino total (22,5 por cento contra 12,5 por cento).

- Em Espanha, Portugal, Grécia e Itália a idade é um factor determinante para a caracterização do desemprego - as jovens desempregadas representam, nesses países, 50 por cento do total das desempregadas.

* Evolução

- A taxa de actividade das mulheres está em crescimento. Na Comunidade, de 35 por cento em 1975 passou a mais de 40 por cento em 1991.

- Actualmente, 4 em cada 10 empregos são ocupados por mulheres.

- A evolução do número de mulheres na população activa, progredindo, tem no entanto sido acompanhada pela protecção social ao desemprego e, depois, pela criação crescente de empregos a tempo parcial, do trabalho atípico, do trabalho "em casa", do trabalho dito clandestino, da economia paralela.

- Muitas mulheres sem actividade económica, inscritas ou não nos centros sociais de emprego ou de protecção social, vivem em regiões desfavorecidas, periféricas ou ultraperiféricas.

* Desigualdades

- O atraso na dimensão social do mercado interno e o facto de os Estados-membros tar-

Defende-se, deste modo, em vez da mobilidade da mão-de-obra para os locais onde o capital é investido, a mobilidade do capital para os locais onde há mão-de-obra qualificada e disponível, com manifesta vantagem do ordenamento do espaço comunitário, desde que essa qualificação da mão-de-obra feminina se realize no quadro das iniciativas locais de emprego.

Para alcançar resultados positivos, propõem-se acções em três direcções: planificação regional, convergência económica e dimensão social do crescimento. E especifica-se que a planificação regional deverá ser integrada e integrar-se à escala nacional e comunitária; a convergência económica não pode limitar-se à convergência nominal obedecendo a estritos critérios economicistas e financeiros, e deverá privilegiar a convergência real, visando a coesão económica e social; e a dimensão social é elemento essencial de qualquer processo, não podendo ser subalternizada ou considerada como resultante arrastada de dinâmicas que desconhecem ou desvalorizam essa dimensão.

A terminar, o relatório assinala ainda a questão do financiamento (insuficiente) destas iniciativas, bem como a necessidade de melhorar a formação profissional e a informação às mulheres sobre todo este processo, factores essenciais para uma efectiva promoção da igualdade entre homens e mulheres.

darem a adoptar legislação comunitária (como sobre o reconhecimento de diplomas e sobre a igualdade de oportunidades em matéria de tratamento, de remuneração, de segurança social), potenciando esse atraso, é particularmente prejudicial às mulheres.

- As mulheres continuam concentradas em algumas profissões, como o ensino, a enfermagem, os trabalhos de secretariado, os serviços domésticos, muitas vezes pouco qualificadas e mal remuneradas.

- Subsistem importantes diferenças salariais entre homens e mulheres na maior parte das regiões da Comunidade. Na indústria, um homem empregado numa actividade manual ganha, em média, 25 por cento acima da remuneração de uma mulher ocupando o mesmo emprego.

- Em 1989, a percentagem das mulheres que trabalhavam a tempo parcial na Comunidade elevava-se a 28 por cento contra pouco mais de 4 por cento para os homens.

- As mulheres continuam a ocupar, nas empresas e nos serviços públicos, empregos de baixo perfil e pouco qualificados, estando sub-representadas nas funções de enquadramento e nas profissões de alta qualificação técnica.

GUERRA VOLTA AO IRAQUE

Três ataques em cinco dias

Na manhã da passada segunda-feira, aviões norte-americanos voltaram a bombardear, pela terceira vez em cinco dias, o território iraquiano.

Dois anos após a operação «Tempestade no Deserto», aviões americanos, franceses e britânicos lançaram, na quarta-feira, dia 13, um ataque aéreo que visou as rampas de mísseis e os radares situados no sul do Iraque, junto à zona de exclusão aérea, tendo também como alvos bases aéreas iraquianas.

Esta agressão aliada surge depois de algumas semanas de tensão em que se multiplicaram as acusações de que o Iraque não estaria a cumprir as resoluções da ONU, nomeadamente as condições de cessar-fogo e de desarmamento das suas forças.

É, contudo, sob o pretexto de garantir a segurança da aviação aliada que patrulha a zona de exclusão aérea, imposta pelos Estados Unidos sem base concreta numa resolução da ONU, que a Casa Branca decide dar esta primeira «lição» ao Iraque. Acrescenta-se que o secretário-geral da ONU, Butros Ghali, interrogado em Paris, afirmou não ter recebido previamente qualquer relatório sobre o ataque, embora no dia seguinte tenha dito que este se tinha efectuado «em conformidade com as resoluções do Conselho de Segurança e a Carta das Nações Unidas».

A reacção do Iraque não se fez esperar e salvaguardando que está disposto a cumprir as resoluções do Conselho de Segurança da ONU, o vice-primeiro-ministro Trariq Aziz reafirma que o seu país continuará a opor-se às zonas de exclusão aérea, ordenando o abate de todos os aviões inimigos que violem o espaço aéreo iraquiano. De facto, o Pentágono viria a confirmar que aviões da força aérea norte-americana e dos aliados teriam sido alvo da defesa antiaérea iraquiana, sem no entanto se registarem baixas.

Nesta situação, o Iraque declara que apenas pode garantir a segurança no seu espaço aéreo a aviões da ONU procedentes do Ocidente, através da Jordânia. Esta pro-

posta foi recusada no passado sábado pela ONU, que abriu, desta forma, caminho para mais ataques militares dos Estados Unidos e aliados contra Bagdad.

É de resto na noite de domingo, precisamente dois anos após o início da guerra do Golfo, que Bagdad volta a ser bombardeada por mais de 40 mísseis de cruzeiro «Tomahawk» lançados de unidades navais estacionadas no Golfo com o objectivo de destruir uma fábrica de componentes alegadamente nucleares, situada nos arredores da capital do Iraque.

O ataque acaba por atingir também o hotel «Al Rashid» causando a morte de pelo menos duas pessoas e ferimentos a mais 31 e o Iraque afirma que as instalações destruídas pertenciam não a uma fábrica ligada ao programa nuclear, mas eram tão simplesmente uma unidade de engenharia mecânica.

Segunda-feira última a aviação norte-americana e aliada inicia o terceiro ataque contra o Iraque. Desta vez os aviões bombardeiam alvos de defesa antiaérea no sul e norte do país, onde os iraquianos estariam a tentar reconstituir os seus sistemas terra-ar, cumprindo uma missão muito semelhante à de quarta-feira da semana passada.

Entretanto, as vozes de protesto começam a fazer-se ouvir. A Liga Árabe pediu, numa nota distribuída na segunda-feira, o fim da escalada militar no Golfo, repudiando o recurso à força como meio de resolver conflitos entre os Estados.

Por seu lado, a Jordânia apela ao entendimento entre o Iraque e a ONU para evitar a opção militar, considerando que os ataques iniciados na quarta-feira, representam «uma violação flagrante da lei internacional e das normas internacionais de comportamento».

A Líbia divulga igualmente um comunicado em que afirma estar-se perante «uma agressão contra a Nação árabe» e acusa a ONU de silenciar esta violação da soberania dos povos consignada na sua Carta.

Em Tunes, a OLP denuncia a utilização de mísseis de

cruzeiro contra a capital iraquiana como sendo «um acto criminoso da Administração Bush e dos seus aliados», sublinhando que «a nova agressão dos Estados Unidos contra o povo irmão do Iraque, não apenas confirma a política de dois pesos e duas medidas, sobre a aplicação das resoluções do Conselho de Segurança, como constitui um injustificável acto de barbárie».

Também o Egipto entra em cena «empenhado em salvaguardar a integridade territorial e a soberania do Iraque» e apelando ao «termo do uso da força».

Mais inesperadas foram talvez as críticas feitas pela Rússia à Administração norte-americana pelo bombardeamento de domingo passado contra a fábrica iraniana, acusando-a de ter agido sem o acordo explícito do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A nota do ministro dos Estrangeiros russo, Andrei Kozirev, entregue, na segunda-feira ao departamento de Estado norte-americano, considerava que «a resposta às acções do Iraque deve ser adequada e segundo decisões provenientes de acordos», e sublinhava que «parece haver a necessidade de se examinar mais uma vez a situação no Conselho de Segurança da ONU, salientando que «a situação no Iraque atingiu um ponto crítico e há mortos entre a população civil, o que é particularmente lamentável».

Os bombardeamentos foram energicamente condenados por Cuba que sustenta que «não correspondem a qualquer mandato das Nações Unidas» e constituem «uma ameaça à paz e à segurança internacional». O governo cubano afirma ainda que «esta nova acção agressiva dos Estados Unidos não permite a busca de uma solução pacífica e negociada para a crise e ilustra a vontade de Washington de se autoproclamar como polícia do Mundo».

Declarações da China vieram também esclarecer a posição contrária deste país «a qualquer acção que leve a um aumento de tensão na região do Golfo Pérsico», sublinhando que «não deseja ver a contínua deterioração da situação».

É preciso fazer parar a máquina da guerra americana

A «guerra espectáculo» voltou a entrar nas nossas casas, reduzida, nas imagens televisivas, a um fogo de artifício sobre fundo verde. Ignora-se que a guerra — qualquer guerra — é sobretudo feita de destruição e morte, atingindo em particular as populações civis, vítimas de jogos de poder a que são alheias.

Uma lição que entretanto deveria ter ficado clara há dois anos atrás.

A par de uma outra, salientada, nas páginas do diário francês «Le Monde», poucos dias antes do desencadear da guerra do Golfo, em 91 e que se prende à própria realidade histórica e geo-estratégica do Médio Oriente: «*Berço das grandes religiões, encruzilhada geocultural propícia a todos os confrontos confessionais esta região do mundo constitui um terreno propício à ingerência das grandes potências. Ponto de encontro de três continentes — Europa, Ásia e África — istmo entre o Mediterrâneo e o Índico, o Médio Oriente é também um ponto estratégico fundamental*». Um comentário de Robert Frank, mestre de conferências na Universidade de Paris-Nanterre, que mantém toda a sua actualidade.

Aqui nos cingimos a um alerta para questões fundamentais, agora que a lógica da guerra voltou a dominar, também o Golfo.

Os custos humanos

As estimativas sobre o número de mortos iraquianos na guerra do Golfo apontam, no mínimo para os 250 000. Números que têm pouco a ver com o mito das guerras «limpas» ou «cirúrgicas», e que na verdade, nem da parte de Washington nem de Bagdad houve particular interesse em aprofundar.

Nos primeiros meses de 1992 calculava-se que continuavam ainda a morrer uma média de 6000 iraquianos por dia, em consequência da guerra e das sanções. De qualquer forma é certo que, desde o fim das hostilidades, morreram mais pessoas vítimas dos ferimentos e desnutrição do que durante os dias de combate.

Segundo declarações do general Manfred Opol (general alemão na reserva e deputado do SPD), os americanos ter-lhe-iam dito que, apenas nos primeiros dias da guerra, 100 mil pessoas foram mortas em Bagdad e cerca de 300 mil em todo o Iraque.

Note-se que nos primeiros dias da guerra do Golfo foram lançadas 40 mil toneladas de bombas sobre o Iraque, duas vezes o equivalente ao potencial lançado contra Hiroxima.

Simultaneamente a guerra do Golfo provocou a maior deslocação de populações em tão curto espaço de tempo de que há memória, atingindo um total de 5 milhões de refugiados.

Segundo o movimento Green Peace, até Maio de 92 já tinham morrido 30 mil refugiados e estavam a sucumbir mil crianças por dia. Estas condições dos refugiados foram agravadas pelos ataques de Saddam Hussein e das tropas turcas.

Para completarmos, em termos muito gerais, o quadro dos custos humanos das guerras, é de referir que, segundo as Nações Unidas, o mundo foi teatro, desde 1945, de mais de 150 conflitos, fundamentalmente com recurso às armas convencionais, mas nalguns casos também com utilização de armamento químico.

Todas estas guerras se desenrolaram nos países em desenvolvimento e custaram a vida a 20 milhões de pessoas, dos quais 84% eram civis.

São números anteriores à guerra do Golfo. Depois disso a situação sofreu ainda um sensível agravamento.

Objectivo — Dominação

«Os Estados da zona só começaram a definir as suas fronteiras quando as companhias petrolíferas reclamaram que fossem fixados os limites das suas concessões», é uma significativa afirmação do economista britânico Simon Bromley.

Múltiplas são as causas, as ambições de poder, as contradições que se entrecruzam no alimentar da tensão como no desencadear de confrontos. Sem dúvida está presente a questão do petróleo. Tal como os problemas e ambições de Bagdad. Ou pura e simplesmente os interesses dos negociantes de armas.

Mas neste momento — no Médio Oriente como noutras partes do mundo — há um dado fundamental na cena política internacional que a condiciona de forma negativa e encerra em si imensos perigos: as pretensões hegemónicas dos Estados Unidos. Pretensões aliás cla-

ramente expressas no documento do Pentágono revelado pelo «New York Times» e retomado pelo «International Herald Tribune», em que se afirma o objectivo de Washington de garantir o estatuto de superioridade única.

Para alcançar tal objectivo, o documento do Pentágono em causa defende a criação de «uma força militar suficiente para dissuadir qualquer nação ou grupo de nações de desafiar a supremacia dos Estados Unidos». Uma afirmação sem ambiguidades.

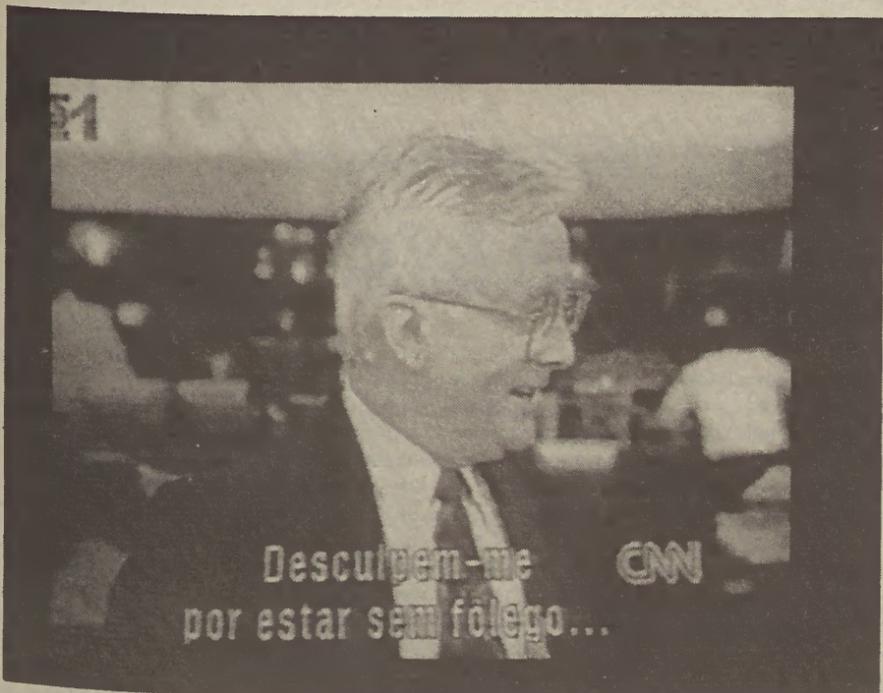
A prática tem correspondido à teoria. E a este respeito é significativo um comentário de Ramsay Clark, antigo ministro da Justiça dos Estados Unidos, que alerta, em declarações de Março de 91 — «A corrente patriótica chauvinista que apoiou a invasão de Granada, o ataque a Tripoli, a agressão ao Panamá, reforçou-se». A primeira consequência da guerra do Golfo «é que os militares vão ter doravante mais peso. A indústria de armamento vai prosperar e, em contrapartida, a pobreza vai ainda aumentar».

Para Alain Joxe, especialista francês em questões militares e estratégicas, os americanos encerraram-se numa lógica que os leva a «alugar o seu aparelho militar». Uma atitude que põe em risco a estabilidade do planeta. «No actual estado da economia mundial, de conflitos socioeconómicos generalizados que são inevitáveis no Terceiro Mundo, é inaceitável que um mecanismo de precisão tão poderoso como o dos Estados Unidos esteja programado para entrar em guerra sempre que surja uma lógica política e militar hostil em qualquer canto do mundo. Isto corresponderia a um século vinte e um de guerras incessantes e bárbaras. É preciso fazer parar a máquina militar americana, accionada pelo desaparecimento dos russos, antes que ela esmague o Terceiro Mundo, a Europa e a própria América», afirma.

Um alerta neste momento particularmente oportuno.



EM FOCO



Enquadramentos...

«Mais um dia D, na segunda Guerra do Golfo!»
 «Fogo de artifício sobre os céus de Bagdad!»
 «A precisão cirúrgica dos mísseis americanos!»
 «A coligação internacional faz vergar, mais uma vez, a arrogância de Saddam Hussein!»

Passados dois anos sobre a Guerra do Golfo, eram estas de novo expressões que voltávamos a ouvir nos televisores portugueses, acompanhando imagens de fogo e destruição. A informação era produzida e reproduzida, precisamente nos mesmos moldes utilizados durante a «Tempestade no Deserto». As mesmas retrospectivas, os mesmos argumentos, a mesma conjugação caótica de imagens actuais e de imagens de arquivo, pretensamente enquadrando os acontecimentos. A mesma «guerra em directo», as mesmas fórmulas da «informação espectáculo». Mas, desta vez, a RTP não estava sozinha na encenação do espectáculo. A SIC fazia-lhe companhia. Sem vantagem digna de nota, já que os processos eram, também eles, precisamente idênticos. Bem podia Mário Crespo, no Canal 1, referir, de Washington, a controvérsia criada à volta da «zona de exclusão» e da abusiva invocação, pelos EUA, de uma Resolução da ONU, no caso concreto inexistente. Bem podia ele referir o debate que, na véspera, a BBC organizara com a participação de especialistas em Direito Internacional, em que fora posta em causa a legitimidade desta agressão. Mas a RTP ou a SIC não estavam voltadas para o «modelo BBC». Para elas, a «nova ordem internacional» só podia estar em consonância com a «nova ordem de informação» vendida (de borla!) pela CNN. Ao espectador português valeu, na circunstância, a intervenção em ambos os canais, nos primeiros dias dos acontecimentos, de personalidades convidadas que, em grande parte, vieram contrariar a homogeneidade unívoca do serviço prestado. São alguns excertos dessas intervenções que julgámos oportuno aqui relembrar.

«De há seis meses para cá, o Presidente Bush tenta encontrar um alvo para fazer cumprir, de alguma forma, os seus objectivos, que eram a reeleição. Poderia ser na Bósnia, tentou-o várias vezes e não o conseguiu por falta de alianças. (...) Passou, mesmo, por uma operação de alguma forma conjugada - que é a operação da Somália - que tem em vista a projecção desse poder americano mais próximo de decisões ou de centros de decisão, que vão ser, de alguma forma, a estratégia do Presidente Bill Clinton, segundo creio, em relação ao novo conteúdo da política externa.»
 (Mário Miranda, analista de assuntos militares - Telejornal, Canal 1)

CGTP-IN condena intervenção armada dos EUA no Iraque

Há dois anos atrás, a CGTP-IN tornou pública a sua condenação pela invasão do Koweit pelas tropas iraquianas, por este constituir um acto de clara agressão à integridade territorial de um Estado soberano e uma injustificada violação do direito internacional. Por continuar a defender o princípio da resolução pacífica e negociada de todos os conflitos, a CGTP-IN condena a arbitrariedade e prepotência destes actos da Administração Bush e insta veementemente o Conselho de Segurança e o Secretário-Geral das Nações Unidas à condenação inequívoca desta acção unilateral dos EUA que constitui um grosseiro atentado e violação da soberania de um Estado e ingerência nos seus assuntos internos.

Insta, de igual modo, o Secretário-Geral e o Conselho de Segurança à im-

plantação de uma prática de transparência e isenção na mediação e resolução do conflito e consequentemente o abandono da sua política de dois pesos e duas medidas.

A CGTP-IN considera premente a necessidade da ONU pautar a sua acção em conformidade à preservação da defesa dos direitos humanos e da resolução política e negociada de todos os conflitos, através de uma prática uniforme sem uma subordinação total dos desígnios e interesses dos EUA, conforme se tem constatado ultimamente, com o consequente desprestígio que daí advém para a ONU junto de amplas camadas da população mundial.

Lisboa, 18.01.93
 DIF/CGTP-IN

«Esse problema (das incursões do Iraque no Koweit), penso que é um problema um pouco controverso porque admite-se que houvesse uma autorização de um comandante militar das forças das Nações Unidas para o Iraque poder ir desmantelar uma base naval que tinha num território que ainda não é do Koweit mas que passará a sê-lo a partir de sexta-feira, data em que vão ser redefinidas pela ONU as fronteiras entre o Koweit e o Iraque.»

(Pezarat Correia, brigadeiro - Jornal da Noite, SIC)

«Esta operação e este tipo de acções têm uma legitimidade difícil e entroncam em problemas de coerência da própria comunidade internacional em relação ao Médio Oriente, porque a interrogação que se pode fazer - e que existe de facto - é a seguinte: por que é que o Iraque é obrigado a cumprir as Resoluções das Nações Unidas e por que é que, ao mesmo tempo, Israel diz que não cumpre as Resoluções da ONU? É este «dois pesos e duas medidas» que reforça a capacidade de Saddam Hussein para, ele próprio, tender a violar as Resoluções internacionais.»

(...) Ele joga com a lógica e com a falta de coerência da comunidade internacional nas questões do Médio Oriente.»

(José Goulão, especialista em assuntos do Médio Oriente - Telejornal, Canal 1)

«Os EUA fizeram, de facto, um ultimato. Mas tiveram dificuldades porque, por causa dos mísseis, havia que constituir outra Resolução através do Conselho de Segurança. E essa

Resolução teve como resposta imediata a posição chinesa de veto, o que dificultou que os EUA, através dessa Resolução, tivessem legitimidade para intervir, aliados naturalmente à Grã-Bretanha e à França. (...) As incursões do Iraque à antiga base do Koweit vieram facilitar (a intervenção) mas as Nações Unidas haviam conferido a legitimidade (a Saddam Hussein) para o Iraque poder ir a essa base para retirar algum material que lhe pertencia - autorização conferida pelo comandante da força da ONU que está presente nessa zona que vai ser desmilitarizada. E esse acabou por ser o pretexto que permitiu, à luz das outras Resoluções aprovadas em tempos e que tiveram a abstenção da China (que nunca votou favoravelmente qualquer das Resoluções), a legitimidade por essa via. Daí que (a intervenção) tenha sido extremamente concentrada, exactamente porque ela não tinha a total legitimidade e poderia criar, de alguma forma, suspeições ou intervenções de países que têm capacidade de veto e de accionar outros mecanismos ao nível do Conselho de Segurança.»

(Mário Miranda)

«Uma coisa que, neste momento, eu não consigo detectar muito bem é se há ou não alguma Resolução objectiva do Conselho de Segurança autorizando uma intervenção militar específica para este caso. (...) Repare: se nós, pura e simplesmente, porque há violações das Resoluções das Nações Unidas, considerarmos legitimada uma intervenção militar de uma determinada potência - bom, então, neste momento, nós tínhamos que assistir a n intervenções militares em todo o mundo, porque há n Resoluções das Nações Unidas que estão a ser violadas. (...) O que se verifica é que, de facto, presente, as Nações Unidas cobrem intervenções militares para fazer cumprir Resoluções das Nações Unidas, quando elas têm a ver com interesses dos Estados Unidos. Isto é uma realidade.»

(Pezarat Correia)

«George Bush, depois de tantas ameaças, tinha de fazer alguma coisa. Fê-lo, mas «mordeu o isco» que lhe foi várias vezes atirado por Saddam Hussein, e este pôde dar-se ao luxo de aparecer na televisão cantando, de facto, vitória.»

(José Goulão)

(Através da questão da Somália e do «altruísmo da fome») George Bush conseguiu um objectivo fundamental: foi que a ONU pagasse a transposição de material militar para uma zona próxima da Arábia Saudita tendo em vista, agora, esta questão fundamental que é meter material no Koweit e um batalhão para resguardar os interesses americanos.»

(Mário Miranda)

«Depois da «Tempestade no Deserto», um dos objectivos também era reinstalar o poder no Koweit, mas democratizando o poder no Koweit. Qual o passo que foi dado nesse sentido? O poder no Koweit continua a ser um poder tão opressivo, tão abusivo e tão ilegítimo como o poder no Iraque. A situação em Israel, recentemente agravada com o problema daqueles quatrocentos indivíduos no sul do Líbano, define também uma situação sem solução à vista. Enquanto não se encontrar uma solução global para os problemas gravíssimos que afectam toda a área do Médio Oriente, o problema do Iraque não é resolúvel só por si, a não ser que se pretenda arrasar o Iraque. Mas não me parece que seja uma solução...»

(Pezarat Correia)

EM FOCO

Sobre os raids contra o Iraque



Guerra arbitrária contra o Iraque

A lei da força em vez da força das leis

■ José Goulão

1. Os bombardeamentos efectuados por aviões dos EUA, Grã-Bretanha e França no sul do Iraque, por decisão arbitrária dos governos destes países, constituíram uma inadmissível agressão militar configurando um típico acto de guerra imperialista contra um país soberano e independente, membro da ONU, cuja integridade territorial é necessário assegurar.

Sublinha-se, entretanto, que o Iraque não invadiu qualquer parcela de território kuwaitiano, na medida em que os territórios supostamente invadidos são na verdade iraquianos, passando para o controlo do Kuwait, por decisão do Conselho de Segurança da ONU, no próximo dia 15 do corrente mês.

2. Tais bombardeamentos, além de constituírem uma frontal violação da letra e do espírito da Carta da ONU, nem sequer se efectuaram ao abrigo de qualquer decisão do Conselho de Segurança e tiveram como pretexto acções do Iraque que as próprias Nações Unidas não consideram passíveis de sanções de carácter militar.

3. Uma tal situação mostra até que ponto a chamada «nova ordem mundial» não passa de uma política hegemónica dos EUA e dos seus aliados para imporem ao mundo os seus interesses estratégicos.

4. Evidencia uma vez mais a hipocrisia do imperialismo que, por um lado, invoca o direito internacional para impor ao mundo a sua política hegemónica e, por outro, ignora frontais violações das Resoluções das Nações Unidas como no caso da deportação dos 415 palestinianos pelo governo de Israel.

No Médio Oriente e região do Golfo é particularmente gritante o carácter duplice com que o Conselho de Segurança, sob a pressão dos EUA e outras potências entende e diz fazer cumprir o direito internacional.

Permanecem sem sanção o incumprimento de dezenas de Resoluções do Conselho de Segurança que condenam Israel por actos decorrentes da ilegal anexação e ocupação dos territórios árabes da Palestina, da Síria e do Líbano, deixando esses povos e países excluídos da protecção que o direito internacional lhes concede.

5. Acções de ingerência e agressão imperialista, como as agora desencadeadas contra o Iraque, agravam a perigosa situação internacional, que tende a resvalar para a multiplicação e generalização de situações de conflito e de guerra. É imperioso agir com perseverança para inverter uma tão perigosa evolução. Neste sentido, o PCP sublinha a necessidade de insistir, contra orientações e práticas militaristas e intervencionistas, na procura de soluções políticas negociadas para as numerosas situações conflituosas existentes (por mais complexas, difíceis e perigosas que se apresentem) assentes na filosofia da Carta da ONU (que os EUA querem subverter) e no respeito pela soberania e independência dos Estados e do direito dos povos a escolherem o seu próprio destino.

6. O PCP apela aos trabalhadores e a todos os portugueses para exigirem do Governo português e de outros órgãos de soberania uma política assente na intransigente defesa da paz e da cooperação entre os povos contrária ao intervencionismo militarista e para se oporem firmemente a um envolvimento de Portugal nas acções agressivas dos EUA e dos seus aliados.

13/1/93

O Gabinete de Imprensa do PCP

Forças militares dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e de França estão a praticar tiro ao alvo contra o Iraque. Dizem os responsáveis desses países que se trata de «operações cirúrgicas» contra objectivos militares, para obrigar o regime de Saddam Hussein a cumprir as resoluções das Nações Unidas aprovadas a seguir à invasão do Kuwait, em 2 de Agosto de 1990. Afirmam ainda que as agressões contra o território iraquiano são cometidas sob a bandeira da ONU.

A volta desta nova fase da crise do Golfo construiu-se uma grande operação de mistificação da opinião pública. Não se explica claramente à comunidade internacional quais são as resoluções das Nações Unidas alegadamente desrespeitadas pelo Iraque; não se realizou qualquer reunião do Conselho de Segurança para avaliar estas operações; e os *bis-turris* utilizados devem estar rombos, porque dezenas de civis já perderam a vida nesta guerra desigual. Entre esses mortos figuram membros da comunidade shiita do Iraque, alegadamente protegidos da repressão de Saddam Hussein pela zona de exclusão aérea decretada pelos Estados Unidos e aliados a sul do paralelo 32.

Protegidos dos «inimigos», são liquidados pelos «amigos».

Em rigor, ninguém se pode gabar de conseguir dizer onde pára o direito internacional nesta insólita guerra em que três das grandes potências militares mundiais testam os últimos gritos da moda em altas tecnologias de morte contra um país em vias de desenvolvimento sujeito a um rigoroso embargo económico e com um exército privado de grande parte da sua capacidade anterior. Um poder militar que lhe fora facultado, em grande parte, pelas potências que agora o atacam.

Que fez o Iraque para ser alvejado? Toda a gente parece ter a resposta na ponta da língua: violou resoluções das Nações Unidas. Como? Atacou «território kuwaitiano», colocou entraves à acção das missões fiscalizadoras da ONU e activou baterias antiaéreas nas zonas de exclusão a norte do paralelo 36 (região curda) e a sul do paralelo 32 (região de maioria shiita).

Realidade e ficção

Durante a primeira metade do mês de Janeiro contaram-se pelo menos quatro «ataques» iraquianos contra «território do Kuwait». Era assim que os grandes meios de comunicação social identificavam um dos tipos de «provocação» iraquiana susceptíveis de serem castigados através de respostas militares dos aliados ocidentais.

Nesta fase, porém, o Iraque não violou o território do Kuwait. O governo de Bagdad enviou cidadãos trajando civilmente para levantar bens que se encontravam na base naval de Umm Qasr, que em 15 de Janeiro passou para a soberania do Kuwait por determinação da ONU.

As deslocções de funcionários iraquianos à base foram efectuadas antes de dia 15 e com o aval dos principais responsáveis das forças das Nações Unidas na região (UNIKOM). Estes representantes da ONU foram posteriormente desautorizados pelos seus superiores.

O episódio foi suscitado pela redemarcação da fronteira entre o Iraque e o Kuwait decidida através da resolução 687 do Conselho de Segurança, aprovada em 3 de Abril de 1991. De acordo com este documento, a fronteira foi redefinida para restabelecer «as minutas acordadas entre o Estado do Kuwait e a República do Iraque relativas à restauração das relações amigáveis, reconhecimento e matérias relacionadas» assinadas pelos dois países em 4 de Fevereiro de 1963. A rectificação fronteiriça implicou que o Iraque perdesse a base naval de Umm Qasr, mantendo a soberania sobre a localidade e o porto civil com o mesmo nome. Os trabalhos de redefinição da fronteira ficaram concluídos no fim do ano passado, mas os resultados tornaram-se efectivos apenas a partir de 15 de Janeiro. Os «ataques» iraquianos realizaram-se, portanto, durante a fase transitória, com o objectivo de recuperar bens que permaneciam na base desde o fim da guerra.

Zonas de exclusão

Outras «provocações» de Saddam Hussein merecedoras de castigo são, segundo opinião corrente, a existência, movimentação e activação de artilharia antiaérea nas zonas de exclusão determinadas pelas potências vencedoras da guerra do Golfo. Nestes episódios não se podem formular acusações de violação de resoluções da ONU, porque a definição das zonas de exclusão aérea não resulta directamente de decisões das Nações Unidas. Trata-se de vastas regiões do território iraquiano colocadas sob vigilância das potências vencedoras e onde se situam as zonas do país mais ricas em petróleo — Bassorá a sul e Kirkurk a norte.

Nos termos da legislação internacional, o Iraque não perdeu a soberania sobre as zonas de exclusão aérea. Caso contrário, consumava-se a partilha arbitrária do país, susceptível de originar uma espiral de reivindicações fronteiriças em toda a região e mesmo a nível mundial, uma vez que funcionaria como abertura de um gravíssimo precedente.

A invocação de preocupações com os direitos humanos de iraquianos como argumento para definição de zonas de exclusão aérea é pouco convincente. No sul, os shiitas são bombardeados pela aviação norte-americana; no norte, a questão curda está a ser utilizada para deixar impunes as atrocidades cometidas pelo regime da Turquia contra os curdos submetidos ao poder de Ankara e contra os que lutam pela criação de um Estado independente curdo.

Além disso, se as administrações norte-americanas estivessem sinceramente preocupadas com os direitos humanos dos iraquianos não teriam alimentado durante anos a máquina de guerra e repressiva de Saddam Hussein. Para que Bagdad servisse de tampão à revolução iraniana os direitos humanos puderam esperar, apesar de essa tolerância ter cus-

tado mais de um milhão de mortos. Ainda em matéria de direitos humanos, liberdade e democracia há mistérios por decifrar. George Bush não tinha, de facto, o direito de prolongar a guerra contra o Iraque até derrubar Saddam Hussein. Mas não foram preocupações com a legalidade que em 1991 o contiveram e o levaram a desistir de apoiar as revoltas no sul do Iraque contra o regime de Bagdad. Hoje diz-se abertamente que, na Primavera de 1991, a Casa Branca optou por um Saddam Hussein enfraquecido em vez de um eventual regime de influência shiita com tendências mais difíceis de prever e possivelmente mais influenciável pelo Irão.

Nos dias de hoje as oposições iraquianas têm muitas razões de queixa do modo como os Estados Unidos abordaram a situação na região. A incoerência, a ilegalidade e a atitude duplice em relação às resoluções da ONU reforçam a posição de Saddam Hussein, que não hesita em apresentar-se como o factor de unidade nacional no combate à agressão estrangeira.

Menor isolamento

Não é só no plano interno que o presidente iraquiano tem condições para fazer reverter a seu favor, com riscos calculados, a arbitrariedade dos sectores internacionais comandados pelos Estados Unidos. (Cabe aqui um pequeno parêntesis para anotar, mais uma vez, o completo fracasso da chamada «política externa» da Comunidade Europeia; com insignificantes variantes, os dois representantes comunitários no Conselho de Segurança, Grã-Bretanha e França, limitaram-se a andar a reboque da Casa Branca, apesar de George Bush ser um homem claramente derrotado.)

Os últimos episódios da crise do Golfo contribuíram para aliviar o isolamento de Saddam Hussein no plano árabe. A reacção da Liga Árabe, condenando a violência aliada e defendendo a solução dos problemas através de negociações, teria sido impossível no auge da crise vivida entre Agosto de 1990 e Março de 1991. As vozes árabes que, durante esse período, apoiaram negociações para solução dos problemas entre o Iraque e o Kuwait foram nitidamente derrotadas e, nesse quadro, injustamente acusadas de conivência com Bagdad.

A situação actual permite ao mundo árabe reunir poderosos argumentos para apontar a dedo a incoerência das grandes potências que determinam a política das Nações Unidas. O rigor com que os Estados Unidos exigem o cumprimento de algumas resoluções da ONU — as que se relacionam com o Iraque — contrasta de forma flagrante com a tolerância com que aceitam violações claras e ostensivas de outras resoluções.

Enquanto bombardeiam o Iraque em nome de resoluções da ONU, os Estados Unidos permitem que mais de 400 palestinianos definham de fome e de frio numa zona desértica do Líbano, apesar de terem uma resolução das Nações Unidas (799) pelo seu lado. Altos responsáveis norte-americanos não escondem inclusivamente a possibilidade de vetarem a aprovação de sanções contra Israel por não a cumprir a resolução em causa.

A propósito do Iraque, Washington afirma que as resoluções da ONU são para cumprir e não para negociar; mas o secretário geral das Nações Unidas desdobra-se em esforços e iniciativas para negociar com Israel a situação dos mais de 400 palestinianos. Apesar de a resolução que os protege ser bem clara: Israel deve promover o regresso às suas casas.

Quem fala da questão dos palestinianos deportados também pode abordar, numa perspectiva árabe e islâmica, a incapacidade da comunidade internacional para solucionar o problema da Bósnia-Herzegovina.

Os contrastes actuais são tão flagrantes que os governos de influentes países árabes há dois anos alinhados pela «coligação internacional» se sentiram na necessidade de condenar agora o uso da violência contra o Iraque. A mudança de posição confirma que a arbitrariedade internacional atenuou de facto o isolamento de Saddam Hussein na região. As atitudes adoptadas pelo presidente iraquiano, que parecem de fanfarronice e de estéril exaltação arabista e religiosa, acabam por encontrar eco em vastas populações de países árabes sujeitas ao avanço de crises económicas e sociais. Dirigentes ocidentais menosprezam e ridicularizam o discurso de Saddam Hussein, não compreendendo que as suas palavras reactivam o orgulho de milhões de árabes ferido pela arrogância e pelas atitudes discriminatórias de governos dos Estados Unidos e de potências europeias.

O presidente iraquiano, que tem contas a ajustar com alguns homólogos árabes, faz com que as suas palavras passem por cima dos governos, para chegarem directamente às populações, penetrando em sectores tanto religiosos como laicos. Mas a componente religiosa, significativa num dirigente que durante muitos anos seguiu uma linha política secular, pode ganhar ainda mais eficácia em sociedades onde o reforço de influência das correntes islâmicas é directamente proporcional à amplitude da crise.

Durante muitos anos os Estados Unidos alimentaram, económica e militarmente, grupos fanáticos islâmicos que combateram no Afeganistão. Membros desses grupos dinamizam hoje as correntes religiosas mais extremistas em vários países árabes e islâmicos.

A política dos Estados Unidos em relação ao Iraque acaba, por outro lado, por desbravar terreno a Saddam Hussein para que este, aproveitando desesperos, encoraje tendências e correntes pouco mobilizadas por ideais democráticos e progressistas.

A lei da força em vez da força das leis, a falta de princípios para atingir fins que são de dominação e exploração, a manipulação de organismos internacionais ao serviço de interesses de casta podem render pontualmente a curto prazo. Mas é dessas opções encorajadoras da indisciplina, da arruaça, da desestabilização e dos aprendizes de feiticeiro que se alimenta o caos num mundo onde se agravam os desequilíbrios e as injustiças.

Angola: Governo põe a descoberto o bluff de Savimbi

Para a Unita, a proposta de um encontro entre as chefias militares daquele partido armado e as do Governo saído das eleições não passava, afinal, de mais uma cortina de fumo, de coisa que se dizia mas que não se tinha a menor intenção de fazer.

Ao aceitar ir a Addis Abeba, o comando das Forças Armadas Angolanas pôs a descoberto o bluff de Jonas Savimbi. O chefe todo poderoso da Unita tem uma irreprimível tendência para confundir tudo e, ao mesmo tempo, para pensar que consegue, com as suas confusões, confundir o resto do mundo. Para ele, chefias militares e chefias políticas é tudo a mesma coisa. Não é verdade que ele é o comandante em chefe das FALA e, ao mesmo tempo, o presidente incontestável — quem contesta tem, em geral, um triste e curto destino — da organização que trata como propriedade pessoal? Foi talvez por fazer estas confusões que ele começou por apoiar a ideia de um encontro entre chefias militares no estrangeiro. O presidente José Eduardo dos Santos e o Governo já tinham rejeitado um encontro político ao mais alto nível a realizar no estrangeiro. Daí que Savimbi imaginasse que o mesmo aconteceria com o encontro entre militares. Posto a descoberto o bluff, ficou, mais uma vez, patente a recusa da Unita em comportar-se como uma entidade com um mínimo de seriedade. A Unita só tem credibilidade para quem, como ela, faz da mentira e do embuste uma forma de existir.

Para o Governo e para as FAA, diga-se em abono da verdade, não era difícil prever esta atitude da Unita. Por diversas razões. Em primeiro lugar, porque a Unita não quer nem está em posição de negociar seja o que for. Ela quer o poder todo e, se não tem força para o conquistar no terreno, sabe que muito menos o possui para o alcançar à volta de uma mesa. Esta é a questão principal.

Falta de quadros

Mas há outras, mais comezinhas, como, por exemplo, o angustiante enigma que Savimbi teria de decifrar: quem mandar a Addis Abeba? Este problema, de fácil resolução para qualquer organização normal, é quase insolúvel na Unita. Savimbi, a bem dizer, só tem confiança numa pessoa: ele próprio. E isto quando não está a passar por um daqueles momentos de crise — depressivo-etílico-alcaídico — durante os quais se esconde de todo o mundo e anda a chorar pelos cantos. Para Savimbi, a questão é dilemática: ou manda um daqueles militares mais violentos e mais caninamente fiéis (desculpem o pleonismo), em geral pessoas absolutamente desconhecidas do resto do universo, de difícil apresentação e trato ainda mais custoso; ou envia um general conhecido e com algum prestígio — já lhe restam muito poucos — e arrisca-se fortemente a que ele lhe fuja ao controlo e passe a actuar em faixa própria.

Jonas Savimbi é um homem acochado, aterrado com os pesadelos que ele próprio sonhou e tentou pôr em prática. Se, no passado, já o chefe da Unita temia todos os que o rodeavam e, por isso, punia com sanguinária exemplaridade qualquer assomo de independência de espírito, imagine-se o que se não passa hoje.

Ele prefere viver e trabalhar com pessoas que se desataquem apenas pela fidelidade ao chefe. Mas, na vida política, é preciso mais do que esse pessoal. É preciso

apresentar um grupo de pessoas capazes de, por palavras e até às vezes por escrito, transmitir as ideias da organização.

Foi sempre, na Unita, muito escasso o número de quadros capazes de expor duas ideias seguidas e com o dom de ler e escrever. Savimbi, que desconfia por natureza de quem saiba a tabuada dos quatro e tenha alguma vez cometido o pecado de ler um livro, tratou de afastar o maior número possível de intelectuais das fileiras da Unita. Fê-lo por diversas formas. A sua atitude perante a vida, a civilização, a política e os mais elementares direitos das pessoas começou por afastar pela repugnância os que tinham um mínimo de respeito por si próprios. Depois, os castigos corporais e psicológicos de que ninguém estava livre na Unita (lembramos os espancamentos no traseiro de que Jeremias Chitunda, o vice-presidente, se orgulhava no seu espantoso diário) tiveram o condão de afastar ainda mais pessoas. Um número considerável de indivíduos mais renitentes, de padres a diplomatas, passando pelos generais, saíram da Unita pela porta mais definitiva, a da morte por espancamento, na tortura, por fuzilamento, à catanada ou na fogueira.

O desastre para que Savimbi empurrou a Unita, ao tentar o golpe de mão sobre a cidade capital, privou a organização de um bom punhado de quadros entre os mais qualificados que a Unita possuía. Alguns desses homens morreram, outros estão sob custódia e parecem dispostos a enveredar por um caminho diferente daquele que Savimbi escolheu.

A seguir às eleições, Savimbi acenou aos seus mais destacados colaboradores, a começar pelas altas patentes militares, as melhores casas, os melhores carros e muitos outros bens. «Querem isto? Só têm de tomar o Poder e de mo entregar». Com estas palavras ou outras semelhantes, Jonas Malheiro Savimbi lançou para a fogueira a nata da Unita.

«Foi por causa das casas, dos carros e de tudo quanto pensavam poder deitar mão que eles ficaram em Luanda», disse-me um angolano que esteve no aceso da luta desses dias e que, posteriormente, perdeu, na província de Malange, o pai e dois tios, assassinados pela Unita que os raptou nos arredores de Malange e os levou para Calandula para os matar. «Por que é que pensa que havia tantos generais e coronéis da Unita em Luanda naquela altura? Era só pelo lucro», acrescentou aquele luandense de gema nascido em Malange.

*

**

Jonas Savimbi apresentou mais uma proposta, depois de ter violado todos os acordos que anteriormente assinou. Os jornais falam dela como se de coisa séria se tratasse. Não é, infelizmente, esse o caso. A proposta, apresentada «para fazer cumprir cabalmente» os acordos de Bicesse por quem de há muito os vem desrespeitando, só traz de novo o facto de, pela primeira vez, a Unita colocar sobre a mesa o seu verdadeiro desejo: que venham os capacetes azuis «como força de interposição».

Uma força de interposição da ONU significaria o escarnecer da vontade livremente expressa pelo povo angolano nas eleições de Setembro e, ao mesmo tempo, criar as condições para a eternização da divisão do país.

Savimbi queria ser o presidente de Angola. Não o conseguiu pelas armas em 1975 nem depois ao longo dos 16 anos de guerra. Pensou, talvez, que o conseguiria, depois, com as eleições. Nem mesmo assim. Depois das eleições e de elas terem sido reconhecidas como «globalmente livres e justas» pela ONU, pela comunidade internacional e até pela Administração Bush, Savimbi acalentou a ideia de que, aproveitando o facto de o Governo ter cumprido os acordos de paz e desmobilizado as FAPLA, podia tomar pela força o poder. Sabe-se o resultado.

Com a sua organização meio decapitada e com os seus homens a sofrerem derrota sobre derrota, Savimbi lança mão do último recurso. Com os seus botões, pensa assim: «Se não posso ser o senhor de Angola, ao menos que seja de parte dela». Para o conseguir, ele precisa, porém, de um escudo protector. Pensa poder encontrá-lo nas Nações Unidas, agora comandadas em grande medida pelos Estados Unidos, os seus grandes amigos de sempre.

Não foi por acaso que o subsecretário cessante, Jeffrey Davidow, na sua última viagem a Angola, disse em privado ao governo esta coisa de estarrecer: «Sim, vocês têm os votos, mas a Unita tem a força». Por isso, defendeu, terá de haver uma «acomodação».

Savimbi conta com esses apoios.

O Governo e o MPLA, por seu lado, contam com a força dos votos, da razão e, agora também, das armas que têm conseguido ir respondendo às provocações da Unita.

Manipulação

É do conhecimento público que o Governo angolano saído das eleições se dirigiu aos governos de diversos países a solicitar o encerramento das representações da Unita. Esta acção tem sido apresentada como um passo no sentido da ilegalização da Unita. Nada mais contrário à verdade.

Sem entrar em debates sobre o que fazer com uma organização que a si própria se coloca fora da lei e da democracia, aquilo que a solicitação de Luanda visa é exactamente o contrário da ilegalização. Trata-se de fazer com que, uma vez assinados os acordos de paz, feitas as eleições, instalada a Assembleia Nacional e constituído um governo delas saído, os partidos angolanos passem a ser tratados por igual. Deixou, à luz dos acordos de paz assinados no Estoril, de poder continuar-se a falar das «partes», como se ambas tivessem a mesma legitimidade e como se não houvesse outras partes que até têm assento na Assembleia. Não faz, assim, sentido que um partido angolano — o único, ainda por cima, que insiste na luta armada como forma de anular os resultados eleitorais — tenha representações no estrangeiro como se de um movimento de libertação se tratasse. A Unita deve ter o mesmo tratamento dispensado aos demais partidos angolanos. Qualquer diferença de tratamento só pode ser inspirada pelo facto reconhecido de que a Unita perdeu as eleições e, agora, está a espalhar a morte, a violência e a destruição em todo o país.

Fechar a representação da Unita é ajudar aquela organização a transformar-se num partido como os demais, é ajudar a Unita a actuar dentro da legalidade.

A. Villaverde Cabral



South African Defence Minister P W Botha in Huambo (then Nova Lisboa) during the 1975 invasion, with South African officials and Jonas Savimbi of 'Unita'



Por uma outra política de apoios ao Teatro

A propósito do despacho 6/93, do Secretário de Estado da Cultura, relativo ao apoio à actividade teatral, que «reafirma princípios e pressupostos políticos que importa minimamente analisar», o Organismo de Direcção do Sector de Artes e Letras da DORL do PCP tornou público anteontem o documento que a seguir divulgamos:

1. A algumas Companhias (tais como a Comuna, a Barraca, etc.) é exigido o apoio da autarquia respectiva — condição necessária à inclusão no 2.º escalão de subsídios — e sem análise comparativa dos respectivos trabalhos, face às companhias do 1.º escalão, é-lhes atribuído um subsídio que não tem em conta o trabalho que realizam. Quais as razões que determinam, verdadeiramente a inclusão num ou noutro escalão?

2. A exigência de apresentação de fontes complementares de financiamento — sendo hoje óbvio que a Lei do Mecenato constitui um fiasco na área do teatro — revela uma tentativa velada da SEC em esconder a realidade dos apoios ao teatro.

3. São cometidas responsabilidades financeiras às Autarquias não acompanhadas da respectiva descentralização de meios financeiros, à semelhança do que tem sido feito noutras áreas do Governo, numa situação em que os municípios têm vindo a ser penalizados pelo Poder Central.

4. Considera-se, também, como factor valorativo dos projectos o apoio dos órgãos do poder regional, quando tais instâncias são inexistentes.

5. Considera-se como factor valorativo a apresentação de projectos de itinerância, sem qualquer estímulo e apoios reais à sua concretização (designadamente, através da recuperação das salas de teatro para teatro e não como cine-estúdios sem um mínimo de condições), e penaliza-se uma Companhia exactamente por não

terem sido contabilizados os espectáculos de representação do país no estrangeiro e de digressão nacional.

6. A SEC exige às Companhias um rigor na programação e de gestão que não tem qualquer paralelo de exigência na gestão das estruturas teatrais que dependem directamente da SEC — veja-se o caso do Teatro Nacional D. Maria II: encerrado durante largo tempo para realização de obras, a Companhia do Teatro Nacional não realizou quaisquer trabalhos durante esse período; o Teatro foi reaberto com uma peça em que participam só alguns elementos e, hoje, há vários actores do elenco do Nacional que ali não representam há mais de quatro anos; ainda hoje a maior sala de teatro do país não tem uma programação ao nível do que é exigível num Teatro Nacional e, frequentemente, não se sabe bem o que se fará e quando.

Que dizer desta gestão e do aproveitamento que é feito pela Secretaria de Estado dos meios humanos pagos pelo Orçamento de Estado?

7. A aplicação do Regulamento e respectivos critérios na atribuição de subsídios indica que a Secretaria de Estado da Cultura aposta no apoio a determinado tipo de espectáculos, sem dúvida necessários, mas que a curto prazo poderá conduzir a padronizações de espectáculos e a forçar a que companhias abandonem os respectivos projectos, objectivos e linhas de trabalho. Tal situação é bastante castradora da capacidade criativa dos profissionais de teatro portugueses.

8. A SEC parece também desconhecer totalmente o estatuto e meios de funcionamento das Companhias, ao afirmar, por exemplo, que o subsídio à AMASCULTURA está dependente da confirmação de espaço e apoio das autarquias. Não saberá a Secretaria de Estado da Cultura que aquele projecto, respectivas instalações, etc., nasceu exclusivamente da acção dos municípios de Loures, Amadora, Vila Franca de Xira e Sobral do Monte Agraço, e que tem sido financeiramente suportado por aquelas autarquias, sem qualquer apoio da SEC? Desconhece o Sr. Secretário de Estado tais realidades?

9. Afirmar ainda o Sr. Secretário de Estado que «à Secretaria de Estado da Cultura cabe protagonizar e realizar o esforço de construção, recuperação, aquisição e apetrechamento das infra-estruturas necessárias à actividade teatral» e, simultaneamente faz depender a concessão de subsídios de existência ou não de licenciamento das salas (como o caso do Teatro Hoje/Teatro da Graça) e de alterações ao espaço existente, esquecendo compromissos e colocando-se numa postura de ausência de responsabilidade e esquecendo que alguns dos Grupos de Teatro dispõem de espaços para funcionar à custa do seu próprio esforço e da ajuda pontual de algumas instituições, não dispo de espaços construídos de raiz para a função que desempenham. No fundo o Sr. Secretário de Estado desconhece a realidade do Teatro em Portugal e revela uma postura completamente desadequada face à realidade existente.

*

Na sequência de anteriores posições relativas à política de Teatro do Governo, o Sector de Artes e Letras da ORL do PCP confirma a tendência para a crescente desresponsabilização do Estado, a eliminação da diversidade de produção e a imposição de linhas estéticas e artísticas ou para o compadrio a troco de operações regulares de vassalagem política.

*

Em contraposição a esta política defendemos:

— o aumento de apoios que assegure a diversidade da produção, que respeite diferentes pesos relativos de preocupações culturais e lucrativas, a necessária pluralidade estética e a descentralização e de grupos já provados e estáveis ou de novos agrupamentos;

— que se progrida na regionalização, que o Governo tem vindo a boicotar, e no cumprimento da Lei das Finanças Locais para que nestas como noutras áreas seja possível às autarquias encararem a partilha de apoios.

Conferência de Imprensa do PCP **Resistência e luta contra o novo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde**

Poucas horas depois da saída no «Diário da República» de sexta-feira passada do decreto-lei n.º 11/93 que regulamenta a Lei de Bases de Saúde e aprova um novo estatuto do Serviço Nacional de Saúde, o PCP tomou uma posição pública de condenação da chamada «Reforma Arlindo», tendo nessa manhã entregue na Assembleia da República um requerimento que chama o decreto a debate no parlamento ao mesmo tempo que anunciava ir desencadear os contactos necessários com vista a um pedido de inconstitucionalidade por, além de outros aspectos, o novo sistema de saúde vir a ser crescentemente pago pelos utentes quando a Constituição estabelece o seu carácter tendencialmente gratuito. O anúncio destas medidas foi feito em conferência de imprensa na sede nacional do PCP em Lisboa onde estiveram Vítor Dias, da Comissão Política, Luís Peixoto, médico, deputado e membro da Comissão Parlamentar de Saúde par além de membro do secretariado da Comissão do Partido para as questões de Saúde para além de membro do secretariado da Comissão do Partido para as questões de Saúde, e Durão Carvalho, engenheiro igualmente membro desta última comissão. No encontro com os jornalistas foi lida uma declaração, que transcrevemos na íntegra, onde se afirma que o PCP «renova a sua disponibilidade para, com todos os sectores, organizações, estruturas e personalidades interessadas, contribuir para a afirmação e desenvolvimento de um vasto movimento de opinião, de resistência e de luta» contra este novo estatuto do Serviço Nacional de Saúde.

Apesar da dimensão da contestação que por todo o país e nos mais variados sectores da população se faz sentir, o Governo do PSD e o Ministério da Saúde avançaram com a publicação da já conhecida «Reforma Arlindo» do Serviço Nacional de Saúde.

O novo estatuto do SNS, aprovado em reunião do Conselho de Ministros de 8 de Outubro, e hoje publicado em «Diário da República», constitui uma nova e brutal ofensiva contra o direito à saúde dos portugueses, cuja completa extensão e implicações ainda estão por conhecer, mas cujo objectivo é desde já bem visível, com a intenção de passar para a mão dos privados os serviços, e para os utentes o pagamento.

Através deste novo estatuto, o Governo visa impor aos portugueses o pagamento dos cuidados de saúde prestados no quadro do SNS, procurando empurrá-los para os braços das seguradoras e outros esquemas privados de saúde, em que o lucro se sobrepõe aos interesses dos cidadãos, com custos inportáveis para a maior

oria dos portugueses e gastos crescentes para o país sem que tal se traduza numa melhoria dos cuidados prestados aos doentes.

Com este novo estatuto do SNS, o Governo prepara-se para impor aos portugueses o pagamento dos cuidados de saúde prestados no quadro dos serviços públicos, transformando o direito à saúde num desenfreado negociamento, dificultando o acesso dos portugueses a este direito fundamental, ao contrário de, como vem afirmando, «aproximar os serviços do doente». A prová-lo está o previsto acréscimo no orçamento de Estado para 1993 de cerca de 40% nas receitas próprias dos hospitais, verbas essas que resultam quase exclusivamente de pagamentos directos às instituições.

A possibilidade de privatizações, agora estabelecida, visa a transferência para os privados dos serviços que possam ser lucrativos, entregando-lhes a exploração de equipamentos adquiridos com dinheiros públicos, com a agravante, de isso poder ser feito por «entrega por ajuste directo mediante resolução do Conselho de Ministros» (Art.º 29.º, ponto 29.º). A privatização de diferentes serviços de uma mesma unidade de cuidados de saúde, levará à perda do carácter integrado que os deve caracterizar, obrigando à passagem entre serviços do doente, de utente a cliente e de cliente a utente, vítima dos interesses contraditórios de serviços distintos, facto que poderá vir a ser agravado consoante o contrato de gestão estabelecido. Se for estabelecido

o pagamento por acto médico, iremos assistir à multiplicação de actos médicos ainda que dispensáveis, se o pagamento for não pelo acto mas sim pelo valor global, então a lógica do lucro irá sobrepor-se à quantidade e qualidade dos actos prestados.

O seguro alternativo de saúde em relação ao qual o Ministro da Saúde disse em Outubro passado na RTP «o Estado ir participar com uma quota parte dos custos médicos, ou caso o venha a fazer terá custos de tal forma inportáveis que poucos portugueses a ele terão acesso. É sabido que os seguros de saúde têm um «plafond» cobrindo no máximo até 85% dos custos, e não serem extensíveis a toda a população pois limitam a idade de adesão ao máximo de 65 anos e seleccionam de preferência utentes saudáveis, deixando de fora uma larga maioria dos doentes, esses sim consumidores e por conseguinte pouco lucrativos. Pela cabeça de ninguém passa a ideia de que as Seguradoras irão perder dinheiro e

pagar do seu bolso os custos da saúde dos portugueses, como o ministro Arlindo de Carvalho tanto vem insistindo, sendo certo que o novo SNS traduzir-se-á num novo e ainda mais brutal agravamento dos custos dos cuidados de saúde.

Como consequência das privatizações anunciadas, é de prever uma degradação do ensino e da formação dos pro-

mais de 34 milhões de americanos não têm qualquer cobertura médica. Em seis anos (de 1980 a 1986) os custos da saúde nos EUA duplicaram, sendo que um terço deste aumento não foi usado na prestação de cuidados de saúde mas sim são custos administrativos. O modelo que o PSD agora introduz, contra tudo e contra todos, sem uma prévia discussão, resulta num sistema mais caro e burocrático, que irá ter consequências desastrosas, que se reflectirão directamente nos doentes e nos portugueses em geral.

Também com este novo estatuto do SNS serão gravemente afectadas as carreiras e vínculos laborais de médicos e outros profissionais da saúde. Este novo estatuto aponta para a destruição da estabilidade contratual (vínculo à Função Pública) nomeadamente nos Hospitais que passam a ser tutelados pelas novas ARSs, sendo estas colocadas em regime de instalação (Art.º 3.º), estabelece a «adopção de mecanismos especiais de mobilidade e contratação de pessoal» o que significa que em qualquer momento, em nome do «interesse público» um médico ou outro profissional pode ser arbitrariamente transferido para outro serviço ainda que situado a vários quilómetros.

De salientar ainda que o Governo PSD prossegue a farsa da pretensa regionalização. Na verdade a concentração das actuais 18 ARSs em apenas 5 não passa de uma desconcentração governamental sem qualquer relação com a instalação de verdadeiras regiões de saúde, que logicamente deveriam ser instituídas no sentido de um genuíno processo de regionalização administrativa do país que o PSD continua a obstacularizar, como ainda ontem ficou bem patente na Assembleia da República.

Como consequência desta política do Governo PSD, a rede de cuidados primários de saúde e hospitais continuarão a ser insuficientes, continuará a haver uma profunda degradação dos serviços devido ao acumular das dívidas do Estado a fornecedores dos hospitais, farmácias, serviços complementares de diagnóstico, bombeiros, etc. (mais de 100 milhões de contos), que é visível diariamente por todos os que tentam recorrer a serviços convencionados de radiologia e análises, por exemplo, e lhes é exigido o pagamento do serviço, uma vez que muitas dessas instituições não fornecem o SNS por falta de pagamento de dívidas acumuladas. Portugal continuará a ser o país da Europa que menos gasta com a saúde. Enquanto a OMS recomenda gastos de 5% do PIB para os países do Terceiro Mundo, Portugal gasta 4% e os utentes serão duplamente penalizados, pois continuarão a pagar impostos com os quais o Governo faz investimentos em Hospitais, Centros de Saúde e equipamentos para entregar a privados, aos quais o utente terá de pagar os serviços que utilize, ou directamente ou através de seguro.

No entender do PCP, é necessário remodelar a política de saúde em Portugal, mas isso terá que ser feito sempre dentro de determinados parâmetros e sempre como consequência de um amplo e participado debate nacional.

Não é apontando soluções falidas experimentadas noutros países, onde tiveram graves consequências sociais, não é criando um modelo liberal de SNS que se conseguem garantir condições de forma a que o direito à saúde seja uma realidade.

No entender do PCP o Serviço Nacional de Saúde:

— terá sempre de ser universal, geral e gratuito, com gestão eficiente, participada e descentralizada.

— deverá premiar a qualidade e eficácia.

— deverá conduzir a uma regionalização dos serviços prestadores de cuidados de saúde tendo em conta as realidades geodemográficas e epidemiológicas e promovendo uma cada vez maior igualdade no acesso e cobertura assistencial da população.

— deverá visar uma correcta planificação, organização e articulação dos diversos níveis e serviços.

— deverá dar um particular apoio às actividades que visem a promoção da saúde, a prevenção da doença e a reabilitação.

— deverá permitir a participação da população na planificação, gestão e controlo dos serviços de saúde, co-responsabilizando-a na defesa da sua própria saúde.

— deverá permitir o aproveitamento dos avanços científico-técnicos no campo da saúde, colocando-os ao serviço de todos os portugueses.

O novo estatuto do Serviço Nacional de Saúde do Governo PSD, agrava a política limitativa do direito fundamental da pessoa humana, o direito à saúde, o que aliado com outros passos anteriormente dados como sejam a imposição de taxas moderadoras injustas, escandalosos aumentos da parte suportada pelos utentes do preço dos



fissionais e dos cuidados prestados a médio prazo. É um facto de que, embora com limitações, têm sido os Hospitais públicos os responsáveis pelo bom nível da medicina em Portugal, contribuindo a privatização para uma diminuição do nível da formação dos médicos e outros profissionais, pois os privados ficarão em situação privilegiada para aliciar os técnicos mais competentes, formados no sector público, o que se reflectirá na qualidade da formação dos novos quadros e nos serviços prestados.

A tão propagada liberdade de escolha por parte do utente é uma falsa questão. Esta escolha não passa de teoria já que no privado o utente ficará limitado pelo preço, enquanto nos serviços públicos, pela redução destes após a privatização de parte deles, o acesso será ainda mais difícil. Em relação à medicina privada quem escolhe não é o utente mas sim o médico quando estabelece o preço da consulta. O novo Estatuto irá assim contribuir para um agravamento da dificuldade de acesso a consultas no âmbito de cuidados primários de saúde, baixando também a médio prazo a qualidade destes serviços.

As soluções adoptadas neste novo estatuto de SNS não são novas, nem inéditas, uma vez que já foram largamente testadas em muitos pontos do globo, assistindo-se em toda a parte onde foram aplicadas a um trajecto totalmente inverso, no sentido de um Serviço Nacional de Saúde público que agora se pretende extinguir em Portugal. Nos Estados Unidos, com grande tradição de Seguros de Saúde,

EM FOCO



Vítor Dias, Luís Peixoto e Durão Carvalho (da esquerda para a direita) reafirmaram a disposição do PCP de lutar contra a chamada «Reforma Arlindo»

medicamentos leva o PCP a repudiar a política de saúde do actual Governo.

O actual estatuto do SNS ultrapassa os artigos 13.º e 64.º da Constituição da República Portuguesa, sendo por isso inconstitucional.

A consequência lógica das regras de mercado aplicadas aos cuidados de saúde resultarão numa maior discriminação de acesso dos utentes. A aplicação de diferentes custos dos serviços consoante a região do país onde são prestados os serviços criará uma desigualdade de tratamento que viola princípios básico da constituição.

É neste quadro e com estes argumentos que o PCP condena energicamente o estatuto do SNS agora publicado.

No quadro do combate activo que o PCP moverá à ofensiva governamental contra o SNS e o direito à saúde, o Grupo Parlamentar do PCP entregou já esta manhã na Assembleia da República um requerimento chamando o Dec.-Lei n.º 11/93 de 15 de Janeiro a debate naquela órgão de soberania com vista à respectiva recusa de ratificação.

O Grupo Parlamentar do PCP desencadeará igualmente os contactos necessários com vista a que seja possível requerer ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade do novo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde que, para além de outros aspectos será crescentemente pago pelos utentes quando a Constituição estabelece o seu carácter «tendencialmente gratuito».

O PCP salienta que a defesa, melhoria e renovação do Serviço Nacional de Saúde, a denúncia e oposição às concepções negociadas e desumanas e as medidas de destruição e desarticulação que caracterizam a política de saúde do Governo e a exigência do respeito pelos direitos e pela dignidade dos cidadãos constituem, em conjunto, uma grande e premente causa popular, democrática e nacional que deve merecer uma pronta mobilização de esforços, uma vasta congregação de energias e uma audaciosa promoção de diversificadas iniciativas e acções.

O PCP renova a sua disponibilidade para, com todos os sectores, organizações, estruturas e personalidades interessadas, contribuir para a afirmação e desenvolvimento de um vasto movimento de opinião, de resistência e de luta contra o novo Estatuto do SNS e por uma nova política que assegure o direito à saúde dos portugueses.

15 de Janeiro de 1993

A formação contínua dos professores

Vector estratégico de melhoria do ensino

A formação contínua dos professores dos Ensinos Básico e Secundário e dos educadores de infância, além de constituir um direito destes profissionais consagrado na Lei de Bases do Sistema Educativo pode revestir-se de uma importância estratégica para a melhoria qualitativa do sistema educativo português.

Assim sendo, a Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP procedeu a uma análise da situação actual da formação contínua dos professores, matéria que só recentemente foi regulamentada, e pôs em relevo quer factores positivos para o seu desenvolvimento quer constrangimentos preocupantes e soluções insuficientes que urge combater.

Principais concepções positivas

A publicação no passado mês de Novembro do Dec. Lei nº 249/92 que estabelece o regime jurídico da formação contínua de professores constitui a resposta, ainda que atrasada, ao imperativo de regulamentação da formação de professores constante da Lei de Bases do Sistema Educativo (mais de 6 anos após a publicação desta) e sobretudo atrasada face a necessidades ditadas pelo lançamento e generalização da reforma educativa.

O regime jurídico da formação contínua agora aprovado contém aspectos inegavelmente positivos, muitos dos quais correspondem à consagração de exigências dos professores, das escolas, dos sindicatos de professores e dos especialistas em ciências da educação.

De entre esses aspectos positivos, a Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP ressalta:

- a consagração de duas grandes finalidades para a formação contínua: a melhoria da qualidade do ensino e o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores;
- a diversificação de campos de incidência da formação, de modalidades e de níveis das acções de formação;
- a diversificação das entidades promotoras da formação e das entidades formadoras;
- a consagração da responsabilidade dos professores e das escolas pela orientação e desenvolvimento da formação contínua, cabendo tal responsabilidade fundamentalmente às instituições de ensino superior, aos centros de formação das associações de escolas e aos centros de formação das associações de professores.

Principais concepções negativas

Para além dos aspectos positivos mencionados, a Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do

PCP considera existirem igualmente soluções inadequadas ou insuficientes no ordenamento jurídico da formação contínua produzido pelo Governo.

De entre esses aspectos negativos, são de ressaltar os seguintes:

- o sistema de créditos a obter pelos professores através da formação, como condição para progredirem na carreira docente, poderá revelar-se, em muitos casos, um factor de perversão das finalidades e objectivos a atingir, inculcando uma noção «bancária» da formação, ou seja, levando o professor a procurar não a formação que julgue mais útil ou interessante mas a que der mais créditos em menos tempo;

- a não consagração plena de um estatuto e de uma carreira para os formadores de professores (à excepção dos que se integram nas carreiras do ensino superior universitário ou politécnico) levará à não procura de uma especialização adequada para a função de formador - não deixa de ser espantoso que, ao mesmo tempo que se diz pretender uma especialização de alto nível para os professores se não tenha uma preocupação tanto ou mais acentuada em relação à especialização dos formadores de professores; estes, são levados a produzir o trabalho de formação em regime de acumulação com a função de professores de uma escola básica ou secundária (provavelmente com consequências negativas para a qualidade do trabalho realizado em cada uma dessas duas funções, aliás, bem distintas quanto às exigências que colocam); a estes formadores de professores não são, entretanto, atribuídos créditos pela formação que dinamizaram para a sua própria progressão na carreira docente; são excluídos da função de formadores, os professores profissionalizados dos ensinos preparatório e secundário (alguns com experiência comprovada como formadores) só por, na sua formação inicial terem adquirido apenas o grau de bacharel de uma universidade e quando o mesmo grau era condição tão adequada como a licenciatura para acesso à profissão;

- o dever de os formandos custearem as acções de formação contínua de carácter não obrigatório (julgando-se que só são obrigatórias as acções que se integrem em programas nacionais e regionais decididos pelo Ministério da Educação), independentemente do seu interesse para a melhoria da qualidade do ensino e da sua necessidade para o professor poder progredir na carreira é absolutamente inaceitável.

Aspectos problemáticos de concretização da formação contínua

Entretanto, o início da concretização do sistema de formação contínua está a fazer-se no meio de alguma confusão e perturbação.

Governo desmantela estruturas da investigação científica

O Governo do PSD tem vindo a desenvolver uma política de desagregação e desestabilização das Instituições de Investigação Científica do Estado a pretexto da necessidade da sua reestruturação. Trata-se de uma política orientada para o corte drástico de financiamento e a desresponsabilização do Estado num sector estratégico fundamental para o País. Sector cuja estrutura reconhecida é frágil e escassos recursos humanos e materiais antes exigem um esforço inteligente e continuado de consolidação e desenvolvimento.

O caso do LNETI é um exemplo flagrante da forma como esta política está a ser conduzida. Em nota da Comissão Política do PCP de 17/8/92, tinha já sido alertado contra o «desmembramento do LNETI, o mais importante dos laboratórios nacionais de investigação científica e tecnológica, com a privatização de algumas das suas mais importantes áreas de actividade e a extinção de outras», desmembramento considerado como «grave e nefasta decisão do Governo que acarreta significativos prejuízos para o país». Porque essa decisão punha «em causa o desenvolvimento das actividades de I,D&D (Investigação, Desenvolvimento e Demonstração) em que o

LNETH vinha assumindo um destacado papel e alcançando importantes resultados, ao mesmo tempo que lança por terra o Programa Estratégico que o próprio laboratório havia elaborado para o quadriénio 1992/96». Porque ela envolvia, além disso, «a transferência de um valioso património do sector público para o sector privado visando o ilegítimo favorecimento do grande patronato e das clientelas do PSD». E porque violava gravemente os direitos dos cerca de 1200 trabalhadores do LNETI «à maioria dos quais o Governo pretende impor, ou a transferência para as chamadas «entidades receptoras» dos serviços, unidades ou bens patrimoniais (isto se elas quiserem «receber» os trabalhadores) ou a pura e simples integração no quadro de efectivos interdepartamentais da função pública, que dado o tipo de especialização profissional dos investigadores e restantes trabalhadores do LNETI significará para muitos o caminho do desemprego».

Pelo Decreto-Lei 240/2, de 29 de Outubro passado, foi o LNETI transformado em INETH, abrindo-se nesse mesmo decreto a possibilidade de transferência para outras entidades públicas ou privadas de sectores inte-

grantes do ex-LNETI, incluindo pessoal, com perda do seu vínculo laboral.

Neste momento, o Governo propõe-se alienar os laboratórios do ex-LNETI sediados em Sacavém - Instituto de Ciências e Engenharia Nucleares (ICEN) e Departamento de Protecção e Segurança Radiológica (DPSR) - com o argumento de que as actividades aí desenvolvidas não interessam ao Ministério da Indústria e Energia (MIE). Trata-se de laboratórios pioneiros em Portugal, com equipamentos únicos no País, e um quadro de pessoal altamente especializado, com actividades de I&DE, prestação de serviços e assistência tecnológica em áreas de grande importância para a indústria, saúde e ambiente e dando ao mesmo tempo uma contribuição relevante para a formação de quadros científicos e a formação profissional de técnicos. Vultuosos investimentos foram feitos em anos recentes, e outros estão em curso, em infra-estruturas e equipamentos, com verbas do Estado, financiamentos comunitários (PEDIP, CIENCIA, etc.) e da Agência Internacional de Energia Atómica, entre outros.

Ao mesmo tempo que responsáveis do MIE reconhecem a

EM FOCO

Porque o problema não é só dos imigrantes...

■ **Manuel Gouveia**
Membro da DN da JCP
e do Movimento SOS Racismo

A constituição dos centros de formação, seja das associações de escolas seja das associações de professores, não tem sido eficazmente apoiada pelas estruturas do Ministério da Educação na maior parte dos casos. Até este momento só as instituições de ensino superior que formam professores se encontram devidamente acreditadas e em condições de desenvolverem, portanto, completamente, o seu papel de entidades formadoras no domínio da formação contínua.

Os programas de financiamento FOCO e FORGESTE destinados a viabilizar a formação contínua, representando um investimento significativo (17 milhões de contos) vieram acompanhados da obrigatoriedade de Portugal dispendir toda a verba até Dezembro de 1993 o que, na ausência de estruturas já criadas e a funcionar, poderá levar seja ao esbanjamento do dinheiro sem os efeitos úteis desejados seja à reentrega a Bruxelas (visto que de fundos comunitários se trata) de parte dessa verba.

Por outro lado, há já indícios preocupantes de que, à semelhança do que tem acontecido com a formação profissional, em geral, sempre que chovem fundos comunitários, entidades particulares há que se mobilizam para ajudar a esgotar as verbas sem grandes preocupações com a qualidade do serviço que virão a prestar.

A não ser empreendida, em tempo curto, uma eficaz acção dinamizadora e facilitadora, de apoio às escolas e aos professores, por parte do Ministério da Educação, o sistema de formação contínua poderá defraudar as expectativas que, durante muitos anos, os professores alimentaram, de aprofundamento e actualização da sua competência profissional e, por essa via, de melhoria da qualidade do ensino facultado aos jovens.

Entretanto, e sem esquecer as responsabilidades que cabem ao Ministério da Educação, a Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP considera que, na situação criada, cabe aos professores e às suas associações profissionais, às escolas e às associações que estão a constituir, um papel determinante e insubstituível para desenvolver uma formação contínua de qualidade, à altura das necessidades e interesses dos professores e da melhoria do sistema educativo.

16 de Janeiro de 1993

A Comissão para as Questões da Educação
e do Ensino do PCP

importância das actividades desenvolvidas por esses laboratórios e afirmam o interesse da sua continuação, desenvolve-se um processo que a muito curto prazo poderá levar à sua extinção, com transferência para o quadro de excedentes de centenas de trabalhadores.

A Comissão para as Questões da Ciência e Tecnologia do PCP protesta energicamente contra uma política cega de corte drástico de financiamento que não tem em conta os interesses nacionais nem os legítimos interesses e direitos dos trabalhadores. É necessário travar o desenvolvimento desta política, levada a cabo por um Governo que, proclamando constantemente e demagogicamente a importância da Ciência e da Tecnologia para o desenvolvimento do País se torna, na realidade, responsável pelo progressivo enfraquecimento e mesmo, a breve prazo, pela destruição de partes significativas do Sistema Científico e Tecnológico nacional.

16.1.1993

A Comissão para as Questões da Ciência
e Tecnologia do PCP

De há muito tempo que os alertas vêm surgindo. Dispersos é certo, mas regulares e impiedosos. Das agressões a negros à ostracização da comunidade cigana, da quase impunidade dos ataques racistas e fascistas às regulares rusgas policiais sobre os africanos, das bandeiras com a suástica nos estádios à condecoração dos ex-Pides, da impunidade das organizações fascistas à perseguição pela secreta de estudantes e sindicalistas, da aprovação dos Acordos de Schengen às frequentes visitas de Le Pen, da fuga facilitada de Pedro Grilo à expulsão impiedosa dos africanos em situação ilegal.

E só um abanão, como o de há quinze dias, durante o Belenenses-Benfica acordou a nossa sociedade para a realidade: em Portugal o racismo e a extrema direita tentam ressurgir, praticam a violência, embora em ainda pequena escala, e tentam instalar o medo. Confrontado com essa tomada de consciência, o Governo tenta agora criar uma imagem actuante e preocupada, visando ocultar a sua anterior acção e mascarar a sua actual política que, nomeadamente no plano da imigração, contém princípios e contornos claramente racistas e xenófobos, senão:

- Como catalogar a intenção implicitamente manifestada pelo MAI de expulsar do país, a partir de 14 de Fevereiro, cerca de 100.000 imigrantes ilegais?

- Como catalogar a intenção de criar os centros de detenção e acolhimento destinados a concentrar os imigrantes apanhados pela polícia de estrangeiros (a linguagem actualiza-se)?

- Como catalogar a intenção de condenar a pesadas multas todos os que, alojando estrangeiros, desse facto não notificarem (num acto cívico a que já se chamou simplesmente "bufar") a Polícia de Estrangeiros.

- Como catalogar a criação de "processos expeditos" de expulsão de imigrantes, sem mesmo recurso a tribunal (seria possível recorrer, mas depois de expulso)?

- Como catalogar a expulsão de todos os imigrantes que tenham uma "participação abusiva nos assuntos do país" (em que o conceito "abusivo" pode ir de um abaixo-assinado à sindicalização, pois está dependente das leituras da Polícia de Estrangeiros)?

- Como catalogar a expulsão de todos os imigrantes que não possuam uma "habitação digna"?

Mas analisemos mais detalhadamente esta política de imigração, de que os aspectos aqui referidos serão apenas exemplos particularmente graves, não só porque esta se encontra num momento particularmente decisivo, mas principalmente porque a acção popular em torno desta questão poderá fornecer pistas importantes para o caminho a trilhar para que os embriões do racismo e da extrema direita que hoje se começam a desenvolver sejam contidos no ovo.

A política de imigração assentou durante anos no estímulo, explícito ou implícito, à instalação em Portugal de centenas de milhares de trabalhadores imigrantes, maioritariamente oriundos dos PALOP e pela conivência com a imigração ilegal, que tão útil é, em determinadas fases do seu desenvolvimento, ao sistema capitalista e a um estado ao seu serviço, pela união que proporciona de três "qualidades" inestimáveis: mão-de-obra mais que barata para o patronato; mão-de-obra desprotegida e facilmente pressionável; mão-de-obra sem encargos sociais relevantes.

E é no quadro desta política, e não por uma alteração radical, que nasce a lei da regularização extraordinária dos imigrantes em situação ilegal. Ela decorre da necessidade de reajustar a política de imigração à actual situação na Europa, caracterizada no plano económico e social por um sério refluxo, e no plano político

por Schengen e Maastricht, pelo fecho de fronteiras, pela criação da "fortaleza europeia" e pela "livre" circulação de trabalhadores e desempregados. Em Portugal, o Governo urgia de instrumentos fortes de controlo e expulsão dos imigrantes não oriundos da Comunidade, mas para os implementar impunha-se uma resposta, nem que fosse uma resposta de Pilatos a um problema com a dimensão da imigração ilegal em Portugal.

E é assim que uma medida que se impunha há anos, permitindo a dignificação da presença de imigrantes em Portugal e a sua correcta e normal inserção na sociedade, nasce há partida já inquinada por objectivos inconfessáveis e é, para mais, elaborada à boa maneira "democrática" do cavaquismo instalado: sem atender às propostas (e foram muitas) das Associações que conheciam e intervinham junto da comunidade imigrante e marginalizando do processo e desenvolver as forças que mais podiam contribuir para o seu sucesso: Autarquias, Sindicatos, Ass. Imigrantes e Ass. Solidariedade Social.

Mas a democracia (aquela que o nosso povo todos os dias pratica e dinamiza) tem destas coisas: apesar dos defeitos da lei, apesar da falta de apoios e inexistência de estímulos pelo Governo, um grande e dinâmico movimento popular tomou este processo nas mãos, envolvendo autarquias, sindicatos, associações de imigrantes, a igreja, associações anti-racistas e dezenas de outras estruturas, que produziram documentos, criaram centros de apoio e informação mantiveram uma pressão e acompanhamento constantes sobre o MAI. Movimento que pode hoje orgulhar-se de ser o responsável por grande parte dos resultados conseguidos (cerca de 30 000 processos de legalização entrados até meio de Janeiro que permite apontar para ± 50 000 até 14 de Fevereiro, data-limite para o processo) e que agora exige um alargamento significativo do prazo, que lhes permita levar a bom termo um processo que tardiamente avançou por pura responsabilidade do Governo, processo que quer fazer chegar, a despeito da opinião expressa pelo Governo, a todos os cerca de 150 000 imigrantes em situação ilegal em Portugal.



despeito da opinião expressa pelo Governo, a todos os cerca de 150 000 imigrantes em situação ilegal em Portugal.

E este é sem dúvida um caminho importante: a demonstração pelo movimento popular, que a luta contra o racismo e a xenofobia começam pelo exercício diário colectivo da democracia, para todos os dias criarmos uma realidade diferente da que nos querem impor, e assim obrigarmos o Governo, ou quem de direito, a seguir a vontade soberana do nosso povo, validamente expressa pela acção.

- É assim que se conseguirá legalizar, não 30 000 ou 50 000, mas todos os 150 000 imigrantes ilegais em Portugal, impondo o alargamento do prazo para o processo de regularização extraordinária.

- É assim que se conseguirá derrotar os aspectos fascizantes da recentemente promulgada lei de entrada, permanência e expulsão de estrangeiros.

- É assim que se construirá a plena integração, na nossa sociedade dos imigrantes, enriquecendo-a e tornando-a mais digna.

- É assim que se imporá ao Governo português uma acção firme contra os grupelhos fascistas e racistas.

- É assim que se calarão nos estádios, nas escolas, nas paredes, em todos os locais e instituições, as ideias, práticas e posturas rebuscadas no caixote do lixo histórico para onde o nosso povo já as mandou em Abril de 74 e donde não deu autorização a ninguém para as ir buscar.

EM FOCO

Um
livro
por
quinzena

■ Pedro Ramos de Almeida

Dos «Lusiadas» a Cavaco, passando por Mao Tse-Tung

1. Em Dezembro de 1975, as Edições Rés, Colecção Revolução Social, Porto, lançam uma pequena compilação (cerca de 150 páginas): «sem independência nacional; um povo nada terá» — «textos e artigos de marxistas-leninistas sobre a luta pela independência» — selecção, prefácio e notas de José Pacheco Pereira (JPP), actual membro da Comissão Política Nacional do PSD e vice-presidente do Grupo Parlamentar do Governo de Cavaco e da direita neoliberal.

A compilação, para além das páginas do seu organizador, reúne textos aparentemente maoistas de um número limitado de fontes: do Partido Comunista Marxista-Leninista de França (PCMLF) e da Juventude Comunista Marxista-Leninista de

correntes e conceitos em detrimento ou em oposição a outros.

Neste caso, o tema dominante deste livro — no amor e no ódio, no convencimento ou no oportunismo pragmático — foi desde logo apresentado por JPP, nas dez primeiras linhas do seu prefácio:

«O objectivo desta colecção será (...) muito particularmente, a exposição da linha actual do movimento comunista internacional, como ela é expressa pelo Partido Comunista da China, pelo Partido do Trabalho da Albânia e pelos partidos e organizações marxistas-leninistas de todo o mundo».

Ou, citando sempre o mesmo prefácio, agora ainda mais claro e ligado a certa prática «revolucionária»: «Existe, portanto, uma linha política actual no movimento comunista internacional que todos

marxismo-leninismo à prática concreta da luta de classes no nosso país (...)».

2. De facto, um ano já depois de Abril, é notória a formal adesão de JPP às linhas mestras, ideológicas e táticas maoistas, como expressão da sua oposição à linha então dominante do movimento comunista internacional.

Assim se compreende que neste livro encontremos cerca de quinze parágrafos repetidamente condenatórios do «imperialismo» e do «hegemonismo» americano e soviético; parágrafos que, apagando referências críticas ao imperialismo americano, sobretudo realçam, como se quisessem gravá-los na memória do leitor, a reprovação, como perigo principal, das posições soviéticas... uma valorização anti-soviética, tanto mais luminosa quanto corre a par com as confusões, subestimações e silenciamentos relativos ao temível papel desempenhado no mundo pelo capitalismo monopolista de Estado, nos últimos cinquenta anos sob preponderância imperialista americana: no desenvolvimento universal desigual; no crescimento da miséria, da fome e de atrasos continental; nos recuos, nos choques e nos antagonismos; na própria continuação e surto da política de guerra e destruição universais.

Quanto à luta pela independência nacional, JPP, dizendo encará-la como «uma questão de primordial importância no mundo de hoje», acaba entretanto, com a reprodução de um artigo do *Prolétariat* (de H. Jour), 3.º trimestre de 1975, por ligá-la — contra a evidência que já hoje este tema tem — à recusa da «capitulação diante das superpotências», e à defesa da CEE, alcinhada de «unidade europeia»...

Isto, aliás, no mesmo artigo em que o próprio H. Jour admite, ao levantar, sectorialmente que seja, um pouco o véu que pretende encobrir a presença em força do capital americano portas adentro da CEE (obra da liberalização do comércio externo capitalista europeu, interesseiramente cultivadas pelos americanos — lembrem-se as condições do Plano Marshall, após a II Guerra Mundial): «Hoje, os Estados Unidos controlam quase totalmente um certo número de sectores da economia dos países da Europa Ocidental (80% da produção dos computadores, 90% da produção dos produtos de circuitos integrados...)».

JPP transcreve também um artigo do *Combat pour l'indépendance*, de VI/VII-1975). Nele se afirma que os países europeus «têm pois necessidade de aliados poderosos; este aliado, o único possível, é o terceiro mundo. Mas para que uma tal aliança seja possível, é preciso que estes países mantenham relações em pé de igualdade». Era a música de fundo dos acordos de Lomé do neocolonialismo integracionista europeu, sob vestes de aliado do não-alinhamento...

3. Na sua crítica de então aos erros e limites do socialismo soviético, JPP não empreende uma batalha contra os seus atrasos e taras. Pelo contrário, ele compraz-se até no elogio e consagração de alguns dos defeitos políticos e sociais que piores consequências tiveram.

Um exemplo muito claro: JPP consagra sistematicamente o papel de Estaline na URSS; assinala mesmo que, em contradição com o que se dirá depois dos anos setenta, no período imediatamente subsequente à II Guerra Mundial, «a URSS, sob a direcção de Estaline, era um país socialista»... E repare-se que diz isto

mais de 15 anos volvidos sobre o início da destalinização na União Soviética, sobre o conhecido relatório de N. Khrushchov!

Estas análises e posições de JPP relativa à situação internacional são claramente estimuladas pela sua oposição de classe ao PCP. Não é por acaso que JPP, valorizando a acção dos cisionistas franceses anti-PCF, conclui esperançosamente, a 21.X.1975, a Introdução deste livro: «Esperamos que o balanço desta experiência de luta seja um estímulo para os comunistas portugueses debaterem esta questão, de modo a melhor servirem a independência nacional do nosso povo, actualmente tão ameaçada, em particular pelo social-imperialismo». Malditos russos! Tão longe e tão próximos! Sempre a saquearem o país, a explorarem os portugueses, a conservarem à força o nosso atraso, a espezinharem a nossa soberania, a condenarem-nos durante treze anos à guerra colonial!...

E como o anticomunismo é muitas vezes, para além do seu sentido anti-trabalhador, uma forma de iniciar ou desenvolver o combate à democracia, às revoluções liberais e às conquistas populares, os próprios cisionistas franceses — tão zelosamente citados por JPP — lá vão comparando o que se passa em França com o que sucede em Portugal, um ano após a revolução: «Tudo isto é completado por uma tentativa de lavagem ao cérebro dos quadros do activo, em particular os jovens oficiais, e os capitães, e isso, se bem que num contexto diferente, com os mesmos métodos empregados em Portugal para todo um trabalho de subversão desencadeado nos liceus e nas faculdades [sic!]. Isto mostra-nos por que não devemos negligenciar as campanhas da Juventude Comunista lançadas em direcção da juventude».

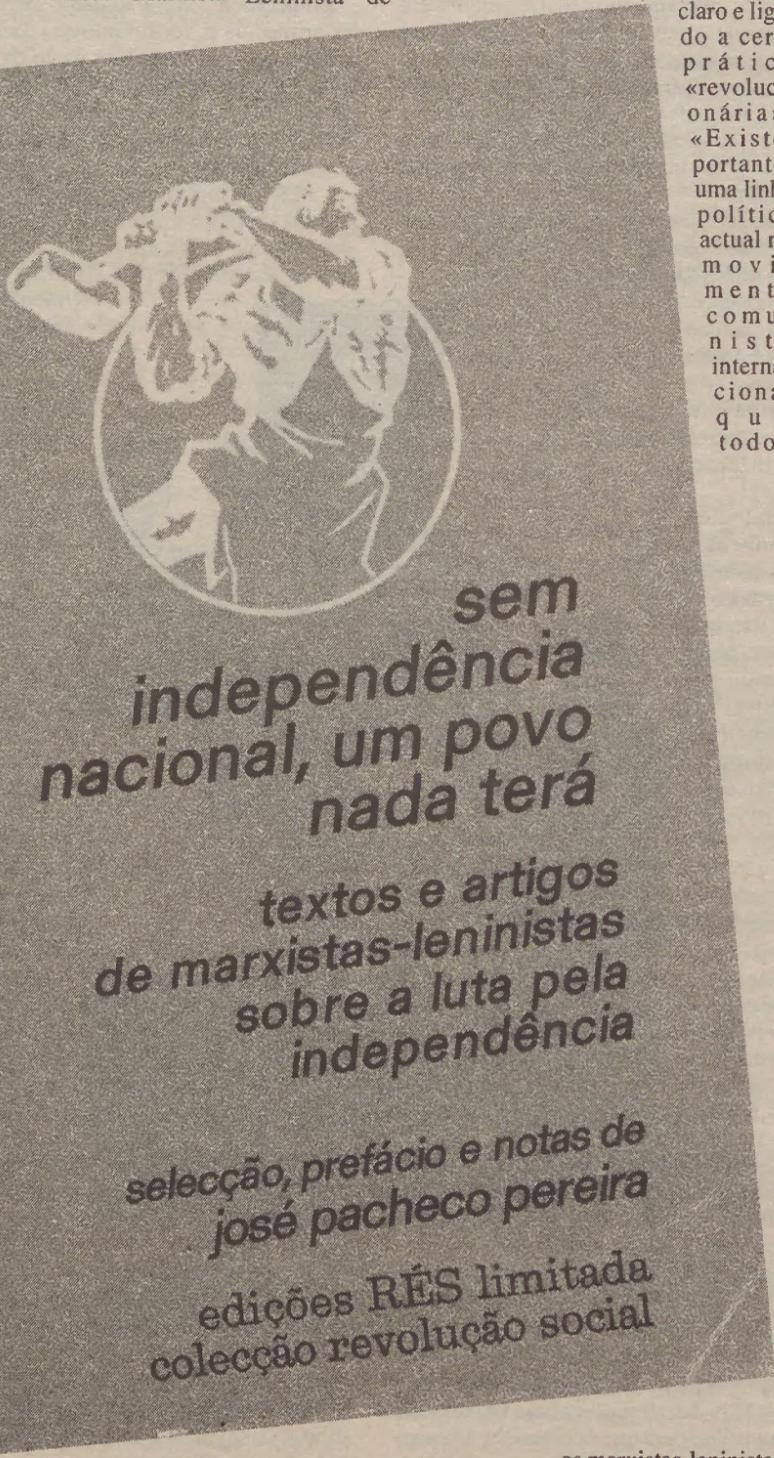
Mas JPP não se contenta e continua a citação: «Mas isto não chega! Para as armas clássicas, a 5.ª coluna desenvolve uma campanha por um serviço militar de 6 meses (enquanto na URSS o serviço militar é de 3 anos!) e opõe-se ao exército profissional. Mas onde é que eu já ouvi falar disto? Serviço militar de 6 meses? Ou serão quatro? E do Exército profissional? Ou privatizado?»

De qualquer forma, entender este livro é compreender melhor o conteúdo da vida mal inserida marginalmente dramática, centralista e caoticamente burocrática deste dirigente cavaquista.

É perceber o crescente isolamento deste descendente de um dos assassinos de Inês de Castro, conselheiro de Afonso IV e mais tarde representante do rei de Castela, a quem aconselhou a invasão de Portugal; de antepassados três vezes citados em «Os Lusíadas»; um opositor de ontem... e de quase hoje, que viveu «numa semiclandestinidad» desde 1973 — data em que a DGS-PIDE lhe assaltou a casa — até 1975... («a direcção do PCP-ml aconselhava então os militantes a não saírem da clandestinidade») (1); um governante ou quase de hoje que visita e volta a visitar bases militares da NATO na Bélgica, Alemanha e Itália, etc., etc.

Actualmente, vive na Assembleia da República, no pátio do Governo. Com medíocre consciência, claro, e desconfiando da bondade natural do homem, segundo afirmou recentemente na TSF. Embora, como é notório, mantenha toda a sua fé nas leis do mercado. Valha-nos isso!

(1) «Classe Política Portuguesa», ed. 1991; Cândido de Azevedo, director.



França (JCMLF), publicados em *L'Humanité Rouge* (3), *L'Humanité Nouvelle* e no *Prolétariat* (4); outros artigos saídos no *Combat pour l'Indépendance* (2), órgão dito independente sob influência maoista; um artigo do *Nuova Unitá*, de orientação idêntica à das publicações do PCMLF, mas desta vez em Itália; e ainda intervenções do dirigente chinês Teng Siao Ping (2), primeiro rival maoista e antimaoista de Mao, e depois seu sucessor. E acho que é tudo.

Qualquer compilação é, acima de tudo, uma escolha, uma valorização de autores, classes, organizações,

os marxistas-leninistas se devem esforçar por aplicar. Esta linha política representa o resultado da acumulação da experiência dos partidos de vanguarda, como o PC da China e o PC da Albânia e traduz o resultado, em termos de teoria e linha política, de grandes movimentos de massas, como a Revolução Cultural Proletária [Note bem!] (...), a luta dos marxistas-leninistas e dos povos de todo o mundo contra o hegemonismo das duas superpotências, em particular do social imperialismo» (leia-se: ex-URSS).

E até: «o nosso objectivo é assim servir o debate que se torna urgente travar por todos aqueles que pretendem aliar os princípios universais do

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Notícias

Não há notícias?
Olha lá!
Ai não, não há.
Nem são fictícias.

Enchem a TV
enchem os jornais
estão a ver o quê:
escândalos reais.

Divórcios são
ou talvez não
ou não talvez
depois, depois,
camas a dois
camas a três...

Bocas, malícias
de lá pra cá.
Não há notícias?
Ai não, não há...

Actualidade

Cavaco quer
regionalizar
não uma qualquer
e devagar...
Já uma espreita
de boa pinta.
No século trinta
estará feita.
O rei vai nu.
E viva então
a regio-
nalização!

Corre, opção!

Grande corrupto
presunto e chispe
fumava charuto
bebia uísque.

De alto negócio
ele era o centro.
Encheu o bócio
pronto, foi dentro.

Em Portugal? Não.
Há, neste andar,
bom coração
e boa alminha.

Toca a corruptar
à vontadinha...

Isso não matam

Entre um riso e hiena e um bocejo
disse, desbarretando-se, a alimária
disse que era questão prioritária
o progresso e a paz no Alentejo.

Vomitou ódio na Reforma Agrária
e foi matá-la o seu maior desejo
amigo dos agrários, percevejo
candidato a uma Agência Funerária.

No Alentejo agora, vejam, grassa
o desemprego, a fome e a desgraça
com o agrário, antigo e novo, a encher a pança.

Eis-nos pois no regresso do «progresso»
antiga infâmia, repugnante abcesso.
Intacta, no céu escuro, voa a esperança.

■ IGNOTUS SUM

"Um caso exemplar"
... de anticomunismo

Barros Moura também quis dar nas vistas a propósito dos desalojados de Camarate. Veio ao "Público" aparentemente no propósito de distribuir equitativamente as responsabilidades pelos tribunais, pelo Governo e pela Câmara, o que já era questionável. Mais grave ainda é que a equidade é só aparente, pois o objectivo é descarregar sobre a Câmara a fúria dos seus ataques, contra a evidência dos factos e do direito.

Diz coisas como estas: "A Câmara, esquecendo-se de ser órgão de poder, remete-se exclusivamente à oposição", "a demagogia, da Câmara e do seu presidente, que não só não resolve os problemas concretos dos desalojados...", "para cúmulo arrisca a provocação de anunciar a colocação destes pobres desalojados no centro de uma urbanização burguesa". E por aí fora...

Que diferença com o tratamento dado à questão pelo deputado do PS, José Leitão, feita na Assembleia da República no passado dia 19, onde afirmou, a propósito do mesmo assunto: "A Junta de Freguesia de Camarate e a Câmara Municipal de Loures vêm há vários anos a chamar a atenção dos diversos departamentos governamentais para a

delicadeza das situações sociais existentes no Lar Panorâmico", apontando mais à frente que "a tentativa de desresponsabilização do Governo e a sua longa omissão perante a situação criada, tinha um objectivo claro - responsabilizar, em exclusivo, as autarquias locais por tudo o que tem a ver com a sua resolução". O parcialismo ultra-sectário de Barros Moura não deve significar qualquer fobia contra o Poder Local. A questão é outra, tem que ver com o facto de ser comunista o presidente da Câmara Municipal de Loures e ser o PCP a força política maioritária no município. Enfim, anticomunismos de fresca data...

Vírgulas

O "escândalo das vírgulas", se não está a apaixonar um País massacrado de corrupções mal contadas e, sobretudo, geralmente impunes, está pelo menos a excitar paroxismos de integridade aos membros do Governo de Cavaco Silva. O caso é conhecido: a jornalista Helena Sanches Osório lançou, no programa televisivo "Conversa Afurada", a afirmação de que houve um ministro que recebeu 120 000 contos para colocar uma estratégica vírgula num diploma governamental. Foi um reboliço no Executivo e a

mão firme de Cavaco Silva, desta vez, não esteve com delongas: encomendou à sua maioria na Assembleia da República um "inquérito rigoroso" ao caso, ameaçando uma de duas coisas: ou punir o responsável do crime a provar, ou esmagar a denunciante de (com certeza...) tão grave aleivosia.

Parece reconfortante, esta agilidade governamental em apurar tão genéricos indícios de corrupção ministerial. Só é pena que o Governo de Cavaco Silva haja permanecido impassível perante acusações concretas e documentadas, apresentadas em todos os jornais, de casos de flagrante corrupção ministerial como os protagonizados por Miguel Cadilhe, Costa Freire ou Leonor Beleza. Em relação a esta última (e pegando apenas num dos vários exemplos possíveis), até houve uma verba semelhante (100 000 contos) paga com os dinheiros públicos ao gabinete de Tomás Taveira por um "estudo" de hipotética urbanização dos terrenos do Júlio de Matos, em Lisboa, "estudo" esse que teve duas particularidades: a de ser encomendado a empresas fictícias e a de, pura e simplesmente, nunca ter sido efectuado. Com ou sem vírgulas.

frases
da
Semana

"Não me vejo neste PS, mas num partido socialista diferente."

☞ (José Barros Moura - «Expresso», 16.01.93)

"Quanto a mim, posso dizer-vos que, em manifestações públicas, continuo a usar o sinal de punho fechado."

☞ (idem)

"O exercício do poder é atraente."

☞ (Marques Mendes - «Expresso-Revista», 16.01.93)

"A prazo haverá uma aproximação dos nossos salários ao resto da Europa."

☞ (Silva Peneda - «O Diabo», 19.01.93)

"Em política, a forma mais simples de obter resultados é a demagogia."

☞ (José Pacheco Pereira - «Sábado», 15.01.93)

"Obra-símbolo do cavaquismo (o Centro Cultural de Belém) não tem muito a ver com a personalidade de Cavaco Silva nem com o período que ele inaugurou."

☞ (José António Saraiva, «Política à Portuguesa», «Expresso», 16.01.93)

"Num espaço "limpo", construído com materiais actuais, Cavaco colocou tapetes de Arraiolos, contadores orientais e uma secretária Luís XV, que chocavam violentamente com o resto do conjunto."

☞ (idem)

"A verdade é que a comunidade dita democrática do mundo ocidental cada vez menos tem a coragem de encarar de frente a pena de morte."

☞ (Vasco Graça Moura - «Sábado», 15.01.93)

"Ao contrário do que se tem dito, não é claro que o quarto pretendente na linha de sucessão seja Francisco Van Uden."

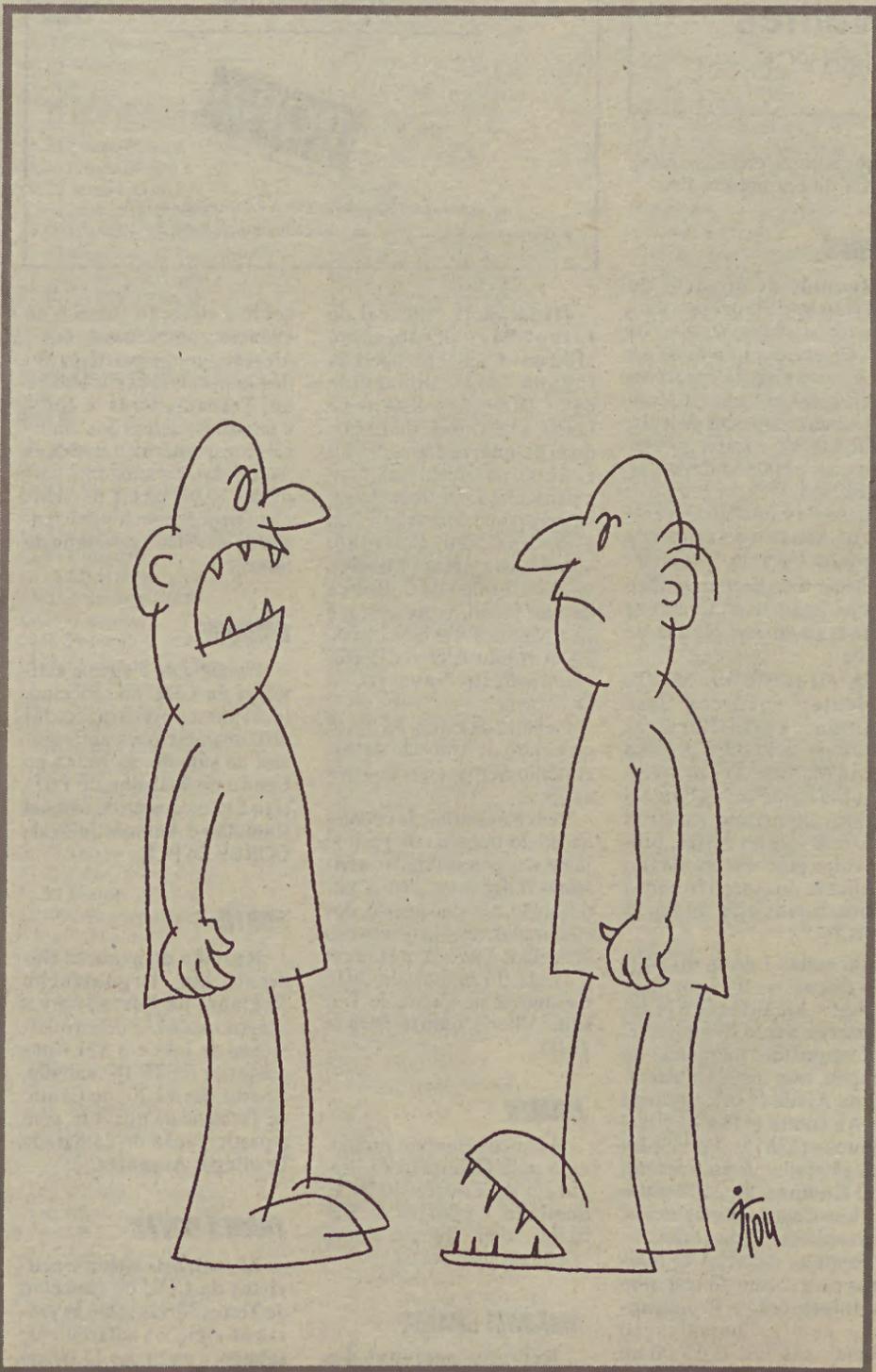
☞ (Marquês de Pombal - «Semanário», 16.01.93)

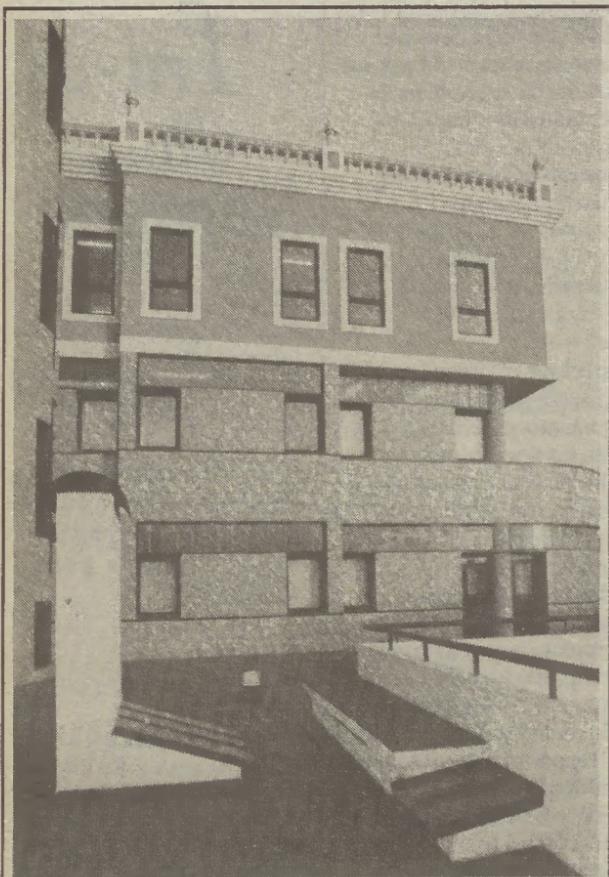
"Temos de ser optimistas! O Senhor D. Duarte vai casar e ter descendentes."

☞ (Manuela Aguiar, deputada do PSD - «Semanário», 16.01.93)

"Em última análise, a questão só se põe se e quando a Monarquia for restaurada. Mas, nessa altura, será o país a decidir que rei vai aclamar."

☞ (Marquês de Lavradio - «Semanário», 16.01.93)





Inauguração do novo Centro de Trabalho da DORS e da Comissão Concelhia de Setúbal no Edifício Arrábida Av. 5 de Outubro

Sábado
dia 23, às 17 horas

com a participação do camarada
Carlos Carvalhas
Secretário-geral do PCP

CARNAXIDE

Reunião de quadros dos Comités Locais de Carnaxide, preparatória das eleições autárquicas 1993: sábado às 15.00 no Centro de Trabalho de Algés.

CASCAIS

Plenário conjunto de militantes do PCP da freguesia do Estoril e de candidatos da CDU à Assembleia de Freguesia do Estoril: no Centro de Trabalho de Cascais do PCP, sábado, às 15.30, com a participação do camarada Jorge Cordeiro.

CASTELO BRANCO

Encontro concelhio de eleitos e activistas da CDU, com a participação de Luís Sá: domingo, às 15.00, no Centro de Trabalho de Castelo Branco.

COVILHÃ

Iniciativas para discussão da intervenção do Partido e da CDU nas próximas eleições autárquicas no distrito, com a participação do camarada Luís Sá: no CT do PCP, sábado, a partir das 10.00, plenário da Direcção Regional; às 21.00, no mesmo local, encontro de eleitos e activistas da CDU do concelho da Covilhã.

ENTRONCAMENTO

Reunião da célula da CP/Entroncamento para discussão da situação na empresa e preparação do Encontro Nacional da CP, a realizar em Lisboa no próximo dia 31:

hoje, quinta-feira, às 18.00, no CT do Entroncamento.

LISBOA

Reunião de quadros do Partido nas empresas, para debater as alterações à lei da greve (serviços mínimos) e à lei da contratação colectiva (arbitragem obrigatória), bem como outros aspectos da legislação laboral: hoje, quinta-feira, às 19.00, no Centro de Trabalho Vitória, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa e do camarada Joaquim Correia, jurista.

Plenário do Sector Gráfico - hoje, às 19.30 no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé.

A situação no Médio Oriente, debate com José Goulão: sexta-feira às 21.00 na sede da JCP (Rua Sousa Martins, 8) - primeiro de uma série de debates a realizar no mesmo local nas próximas sextas-feiras, promovidos pelo «Ser Solidário - Boletim do colectivo para a solidariedade com os Povos da JCP».

Jornadas Locais do PCP nas freguesias da Zona Ocidental - Alcântara, Ajuda, Prazeres, Santo Condestável e Campolide: na manhã de sábado, com visita ao Mercado da Ajuda (11h), Rotunda de Alcântara (11h45), Casal Ventoso (12h15). Participam os camaradas João Amaral, Rui Godinho, Rego Mendes e Vítor Costa e outros eleitos no município e freguesias.

Reunião distrital de quadros para debate do trabalho de Informação e Propaganda e com a Comunicação Social: sábado às 15.00 no Centro de Trabalho Vitória.



PORTO

Reunião de quadros sindicais da Organização Regional do Porto

com a participação do camarada **Domingos Abrantes**

Sábado, às 14.30 no CT da Boavista

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Que reestruturação?

DEBATE

4ª Feira - 27 de Janeiro de 1993
18,30 horas

Salão do Centro de Trabalho Vitória
Av. da Liberdade, 170



● Comissão para as Questões da Ciência e da Tecnologia do PCP
● Organismo de Direcção da Função Pública da Organização Regional de Lisboa do PCP

«O impacte cultural de Lisboa 94» - debate sobre «Lisboa - Capital Europeia da Cultura 1994», promovido pelas Direcções de Artes e Letras e da Cidade de Lisboa do PCP: quarta-feira, dia 27, às 21.00, no Hotel Plaza, com a participação de João Amaral, presidente da Assembleia Municipal, Rui Godinho, Vítor Costa e Rego Mendes, vereadores da CML, Ruben de Carvalho, representante da CML na Sociedade Lisboa 94, António Abreu e António Modesto Navarro, da DORL.

Plenário da célula da TAP: no Centro de Trabalho da Av. António Serpa, quarta-feira às 18.30.

Reunião distrital de coordenação do trabalho do Partido junto das comunidades africanas imigrantes, com a participação, nomeadamente, dos camaradas responsáveis nos concelhos e no sector sindical e ainda do camarada José Casanova: no Centro de Trabalho Vitória, quarta-feira às 18.00.

LOURES

Almoço-convívio promovido pela Comissão de Freguesia de Loures do PCP, domingo, no Centro de Trabalho, com debate sobre «Comunicação Social».

MARINHA GRANDE

Reunião nacional dos comunistas da Portucel

sobre a situação social e na empresa e problemas da organização, com a participação dos camaradas das Comissões de Trabalhadores e sub-comissões, delegados sindicais e responsáveis e membros das células. No sábado, a partir das 10.00, no CT da Marinha Grande, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa.

OURIQUE

Plenário de eleitos e activistas da CDU no concelho, inserido na preparação das próximas eleições autárquicas: no sábado, às 16.00, no Centro de Trabalho do PCP, com a participação de Miguel Ramalho e António João, da DORBE do PCP.

PORTO

Reunião de quadros sindicais da Organização Regional do Porto sobre a situação social, o desenvolvimento da luta e o VII Congresso da CGTP-IR: sábado, a partir das 14.30, no Centro de Trabalho da Boavista, com a participação do camarada Domingos Abrantes.

TORRES NOVAS

Encontro de eleitos e activistas da CDU do concelho de Torres Novas sobre as próximas eleições autárquicas: sábado, a partir das 15.00, no Cine Clube de Torres Novas.

Reunião Nacional dos comunistas da Portucel

Sábado, a partir das 10 horas no CT da Marinha Grande com a participação de Jerónimo de Sousa

Encontros concelhios da CDU



Castelo Branco - domingo, às 15 h.
Covilhã - sábado, às 10 horas
Ambos com **Luís Sá**
Torres Novas - sábado, às 15 h.

Sextas-feiras de convívio e debate na JCP

As sextas-feiras na Sede da JCP vão passar a ser mais animadas e divertidas com cafés-concertos/debates sobre a situação internacional, promovidos pelo Colectivo para a Solidariedade com os Povos da JCP. Das 21 às 23 horas conversa-se, das 23 horas em diante continua o convívio.

Esta semana estará presente o jornalista **José Goulão**, que participará no debate em torno da **situação no Médio Oriente**. A ex-Jugoslávia e a África Austral serão tema dos debates a realizar, respectivamente, em 29 de Janeiro e 5 de Fevereiro.

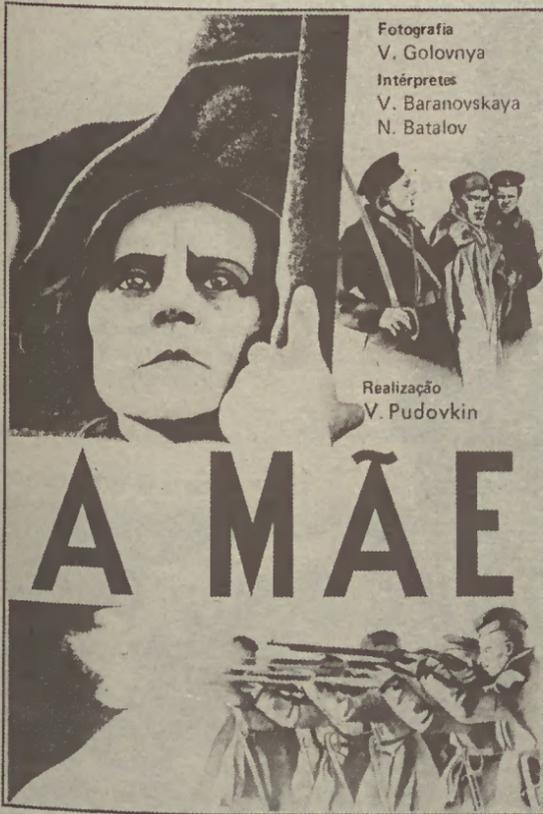
O Impacte cultural de Lisboa 94

Debate sobre «Lisboa - Capital Europeia da Cultura 1994»

Quarta-feira
às 21 horas, no Hotel Plaza

com a participação de
João Amaral
Rui Godinho
Vítor Costa
Rego Mendes
Ruben de Carvalho
António Abreu
Modesto Navarro

Televisão



Fotografia
V. Golovnya
Intérpretes
V. Baranovskaya
N. Batalov

Realização
V. Pudovkin

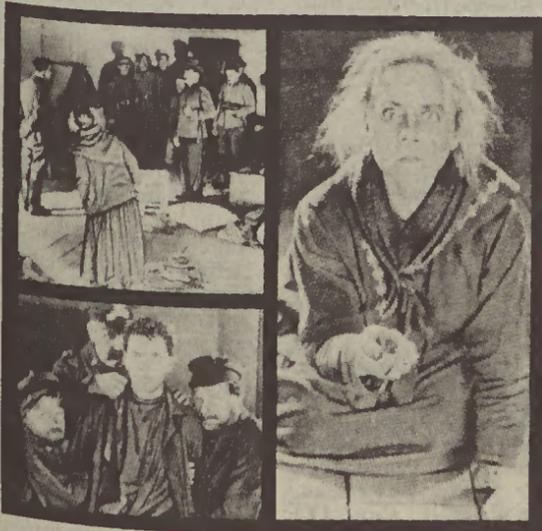
A MÃE

A MÃE

Sormovo é uma povoação fabril cuja sorte dos habitantes é demasiado pesada e dependente da vontade dos donos da fábrica.

Vlasov é um velho ferreiro que bebe muito e que bate na sua submissa mulher, Nilovna. Por um copo de vodka, juntamente com um grupo de marginais e a polícia, ele ataca os trabalhadores que estão em greve, entre os quais está o seu filho Pavel. Vlasov, o filho mais velho, é morto por uma bala perdida. A polícia chega a casa dos Nilovna, para procurar as armas escondidas por Pavel. Na esperança de salvar a vida do seu filho, Nilovna mostra-lhes o esconderijo. Pavel é preso e juntamente com outros trabalhadores é condenado a trabalhos forçados.

Somente agora a velha mãe compreende o seu filho. E quando Pavel, ao fugir da prisão saltando o muro, é morto pelos soldados, Nilovna toma a bandeira das suas mãos e levanta-a bem alto. Igualmente ela é morta pelos soldados.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema
de qualidade
em sua casa

DESCONTO ESPECIAL
15%

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX

Quinta, 21



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 «Round The Twist»
- 11.30 Notas para Si
- 12.00 Culinária
- 12.15 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.00 BD, a 9ª Arte
- 14.30 Ponto por Ponto
- 15.30 O Rapaz dos Cabelos Verdes (ver «Filmes na TV»)
- 16.50 Rua Sésamo
- 17.20 Brinca Brincando
- 17.50 Crime, Disse Ela
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.15 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Pedra Sobre Pedra
- 21.50 Simpsons
- 22.20 Grande Noite
- 23.15 Sexualidades
- 00.05 O Fogo de Gabriel
- 01.00 24 Horas
- 01.45 Remate



- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 11.45 A Lenda do Ouro Negro
- 12.35 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers, Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.05 Agora, Escolha!
- 15.25 TV2 Informação
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 Os Árabes
- 17.15 Chá das 5
- 18.15 Carrusel
- 18.50 TV2 Informação
- 18.55 Acção em Miami
- 19.50 Uma Questão de Palavras
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer (ver «Filmes na TV»)
- 22.40 Paraíso Infernal (ver «Filmes na TV»)
- 00.15 Ópera: «Guilherme Tell» (1ª parte)



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Batman
- 17.00 MTV
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.10 Placard Electrónico
- 21.40 Repórter da Meia-Noite
- 22.20 Conta Corrente
- 23.20 Cuidado com as Aparências
- 23.50 Último Jornal

Sexta, 22



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Crónicas de Narnian
- 11.30 Agora é que São Elas
- 12.00 Culinária
- 12.15 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.00 Faces da Cultura
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.05 Não Matel! (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.40 Caderno Diário
- 17.45 Crime, Disse Ela
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.15 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra Sobre Pedra
- 21.50 Marina, Marina
- 22.20 O Preço da Palção (ver «Filmes na TV»)
- 00.05 24 Horas
- 00.55 Remate
- 01.10 O Homem (ver «Filmes na TV»)



- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 11.00 Infantil
- 11.45 Francofolia
- 12.35 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers, Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.05 Agora Escolha!
- 15.30 Euroritmias
- 16.25 Odisseia Animal
- 17.15 Chá das 5
- 18.15 Carrusel
- 19.00 Rotações
- 20.00 PSIS

- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.30 Interiores
- 23.30 O Preço de Hollywood (ver «Filmes na TV»)
- 00.55 Outras Músicas



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Stingray
- 17.00 MTV
- 17.35 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.10 Placard Electrónico
- 21.30 Miss América 92
- 23.45 Último Jornal
- 23.55 Danzón (ver «Filmes na TV»)

Sábado, 23



- 08.00 Canal Jovem
- 12.15 Luta Livre Americana
- 13.05 Parlamento
- 13.45 Mercado Único
- 13.55 Macacos
- 14.20 Clube Disney
- 15.50 Ali Babá e os 40 Ladrões (ver «Filmes na TV»)
- 17.25 Felra de Música
- 18.15 Arca de Noé
- 18.55 Você Decide
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado
- 20.45 Felicidade
- 22.20 Parabéns
- 23.30 O Dragão Ataca (ver «Filmes na TV»)
- 01.05 Frankenstein e o Monstro do Inferno (ver «Filmes na TV»)



- 08.00 Caminhos
- 08.30 Novos Horizontes
- 09.00 Universidade Aberta
- 11.35 Nossa Senhora de Paris (ver «Filmes na TV»)
- 13.30 Cinzas (Compacto)
- 16.00 TV2 Desporto
- 19.30 Miami Vice
- 20.20 Regresso a Dodge City (ver «Filmes na TV»)
- 22.00 Jornal Nacional
- 22.30 Força de Elite
- 23.25 Salomé
- 01.00 Contradições



- 14.00 Sic Notícias
- 14.05 Aventuras dos T-Rex
- 14.35 Portugal Radical
- 14.50 Capricórnio Um (ver «Filmes na TV»)
- 17.10 MTV
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.00 De Corpo e Alma
- 20.55 Benny Hill
- 21.25 Desporto Espectacular
- 21.55 Água na Boca
- 22.40 Telefilme: «Os Instintos Criminosos»
- 00.25 Último Jornal

Domingo, 24



- 08.00 À Mão de Semear
- 08.25 Canal Jovem
- 11.30 Missa
- 12.30 70 x 7
- 13.00 Notícias
- 13.05 Os Melhores Anos
- 13.30 Top +
- 14.30 Olha que Dois
- 15.40 Beverly Hills 90210
- 16.30 O Campeão de Fato Cinzento (ver «Filmes na TV»)
- 17.25 Sons do Sol
- 18.50 Preço Certo
- 20.00 Jornal de Domingo
- 21.00 Felicidade
- 22.40 Casa Cheia
- 23.25 Grande Área
- 00.40 Conversa Afiada



- 08.00 Desenhos Animados
- 08.10 Os Persuasores
- 09.00 Tudo Menos Isso
- 09.30 Regiões
- 10.30 Forum Musical
- 11.30 Gente da Frente
- 12.35 O Espelho Enterrado
- 13.35 Realce
- 14.00 Os Novos Invasores
- 14.45 TV2 Desporto
- 20.15 Palavra Puxa Palavra

- 21.00 No Cumprimento do Dever
- 22.20 Jornal Nacional
- 22.30 As Mil Luzes de Nova Torque (ver «Filmes na TV»)
- 00.20 Sinais do Tempo



- 14.00 Sic Notícias
- 14.05 O Livro da Selva
- 14.35 Um Planeta, uma Família
- 15.00 Drama no Arrozal (ver «Filmes na TV»)
- 16.50 MTV
- 17.40 Terminal Max
- 18.30 Encontros Imediatos
- 19.00 Benny Hill
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.00 Cosby Show
- 20.25 Dinheiro que Mata (ver «Filmes na TV»)
- 22.15 Segredos
- 23.15 Último Jornal
- 23.25 «Pavarotti and Friends»

Segunda, 25



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Mike e Ângelo
- 11.30 Agora é que São Elas!
- 12.00 Culinária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.00 Vida Selvagem
- 14.30 Ponto por Ponto
- 15.00 Primeira Matiné
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.45 Crime, Disse Ela
- 18.45 A Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Apanhados
- 22.20 Entre Famílias
- 23.25 Outras Guerras
- 00.15 24 Horas
- 01.05 Remate
- 01.20 O Regresso do Mercenário (ver «Filmes na TV»)



- 09.00 Videotexto
- 11.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 12.15 Eternos Novatos
- 12.40 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.00 Agora, Escolha!
- 15.35 Euroritmias
- 16.25 O Nascimento da Europa
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.15 Carrusel
- 19.05 Acção em Miami
- 19.55 Cinemagazine
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.40 Fogo Cruzado
- 23.30 Charlotte para Sempre (ver «Filmes na TV»)
- 00.50 Últimas Notas - Annie Lenox: «Diva»



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Laços de Família
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.00 Placard Electrónico
- 21.35 O Comboio em Fuga (ver «Filmes na TV»)
- 23.40 Magazine Internacional
- 00.10 Último Jornal
- 00.25 MTV

Terça, 26



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Madicken
- 11.30 Notas para Si
- 12.00 Culinária
- 12.15 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 O Mundo da Ciência
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.50 O Pombo de Barro (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.05 Brinca Brincando
- 17.45 Crime, Disse Ela
- 18.45 A Roda da Sorte
- 19.15 Cinzas
- 20.00 Telejornal

- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.50 Isto S6 Vídeo
- 22.20 Indiana Jones - Crónicas da Juventude
- 23.50 Repórteres
- 00.50 24 Horas
- 01.40 Remate

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 11.00 Infantil
- 11.40 A Lenda do Ouro Negro
- 12.30 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.00 Agora, Escolha!
- 15.35 Euroritmias
- 16.25 Extra Dimensões
- 17.15 Chá das 5
- 18.10 Carrusel
- 18.55 Acção em Miami
- 20.00 Aventura do Conhecimento
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.40 O Beijo da Mulher-Aranha (ver «Filmes na TV»)
- 00.35 Homenagem a Bob Dylan
- 01.35 Últimas Notas



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Laços de Família
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.10 Placard Electrónico
- 21.30 Phoenix
- 22.30 Jogo da Verdade
- 23.20 Jogar em Casa
- 23.55 Último Jornal
- 00.10 MTV

Quarta, 27



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Kelly
- 11.30 Isto é Magia
- 12.00 Culinária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Gerações
- 13.55 Paragem no Tempo
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.15 Jornada para o Medo (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Rua Sésamo
- 17.30 Brinca Brincando
- 18.00 Crime, Disse Ela
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.50 Vamos Jogar no Totobola
- 22.05 Doors - O Mito de Uma Geração (ver «Filmes na TV»)
- 00.05 24 Horas
- 01.00 Remate



- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 11.45 Sarilhos com Elas
- 12.30 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.00 Agora, Escolha!
- 15.30 Euroritmias
- 16.25 Ao Sol
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.10 Carrusel
- 19.00 Miami Vice
- 20.00 Magazine de Arquitectura
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.50 Barriga de Aluguer
- 22.45 Carlos Cruz - Quarta-Feira
- 23.45 Artes e Letras - «Pomar»
- 00.35 Glória de Um Dia (ver «Filmes na TV»)
- 02.35 Popoff



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Laços de Família
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 20.50 Placard Electrónico
- 21.30 Batalhas Conjugais
- 22.30 Sexo Forte
- 23.45 Príncipe de Bel Air
- 00.15 Último Jornal
- 00.30 MTV

Filmes na TV

O Rapaz dos Cabelos Verdes
«The Boy With Green Hair», (EUA/1948). Realização de Joseph Losey. Interpretação de Dean Stockwell, Pat O' Brien, Robert Ryan, Barbara Hale, Samuel S. Hinds. Cor, 79 minutos.

Trata-se de uma curiosidade cinematográfica e, como tal, obviamente programada para um espaço totalmente desadequado: é o primeiro filme de um grande cineasta, Joseph Losey. Mas não é este o único ou principal motivo de tal desadequação. É que a história deste miúdo, órfão, cujos cabelos adquirem a cor verde ao tomar conhecimento de que os seus pais haviam sido vítimas de um bombardeamento durante a guerra e que posteriormente é alvo de todas as segregações e humilhações, embora algo esquemática na sua construção, é uma poderosa fábula anti-racista e pacifista que agitou o cinema americano da época. E não é difícil sentir, no filme, uma alusão de Losey ao clima de perseguição e «caça às bruxas» que caracterizou a sociedade americana do pós-guerra, uma perseguição a que o cineasta escapou ao partir para Inglaterra para aí se radicar e construir a sua carreira.

Quinta, 15.30, Canal 1

Paraíso Infernal

«Only Angels Have Wings», (EUA/1939). Realização de Howard Hawks. Interpretação de Cary Grant, Jean Arthur, Richard Barthelmess, Rita Hayworth, Thomas Mitchell. P/B, 120 minutos.

Mais uma obra-prima de Howard Hawks, com história original saída da sua pena, e mais um hino fortemente idealista à amizade, *leitmotiv* frequentemente presente na obra do realizador. Aqui, a acção passa-se entre um grupo de pilotos, cuja arriscada missão é distribuírem correio aéreo a partir de uma base na América do Sul, e retrata as relações entre todos eles e as suas atitudes perante os perigos, a honra e o dever, nas boas e nas más horas, por exemplo quando chega à base uma jovem americana que tenta compreender as razões da postura destes homens e nela influir. Três grandes interpretações de Cary Grant, Jean Arthur e Rita Hayworth. Naturalmente, um dos grandes filmes desta semana.

Quinta, 22.40, TV 2

Não Mate!

«Stranger On The Third Floor», (EUA/1940). Realização de Boris Ingster. Interpretação de Peter Lorre, John McGuire, Margaret Tallichet, Charles Waldron, Elisha Cook, Jr., Charles Halton, Ethel Griffies. P/B, 96 minutos.

E este é, ainda, mais um dos filmes que marcam este período, na sequência de alguns admiráveis clássicos ultimamente transmitidos pelo Canal 1, e também ele incompreensivelmente relegado para a sessão da tarde de um dia de trabalho. *Thriller* intrigante que nos fala de crimes com falsos culpados e de testemunhas que passam ao banco dos réus, a narrativa ficou a constituir como que um modelo para as (várias) grandes obras do género que se lhe seguiriam. Não tem efeitos especiais, não é imbecil, não é a cores, nem tem cenas de violência explícita, nem sangue a transbordar dos enquadramentos - e, talvez por isso, a RTP assim despreze este filme, subtraindo-o à dignidade possível e desejável das noites de sexta ou de sábado, mesmo que «fora de horas»... Mas memorável é a montagem da cena do pesadelo, influenciada pelo expressionismo alemão e admiravelmente fotografada por um grande director de fotografia (de novo, Nicholas Musuraca) e, ainda, a presença inquietante de Peter Lorre. A gravar, na mesma *cassette* (de duzentos e quarenta minutos, por causa dos eventuais atrasos da véspera...) de *Paraíso Infernal*.

Sexta, 15.05, Canal 1

Danzón
«Danzón», (Méx./1991). Realização de Maria Novaro. Interpretação de Maria Rojo, Carmen Salinas, Blanca Guerra. Cor, 96 minutos.

Honra lhe seja, a SIC programou para esta noite um muito interessante e recentíssimo exemplar da cinematografia mexicana, cujas referências lhe apontam ter sido muito bem recebido no Festival de Cannes do próprio ano de produção. Inteligente mescla entre o tom do melodrama e do musical, *Danzón* parece ser, assim, um filme a descobrir. Mas diga-se que não há meio de a SIC acertar nas constantes alterações da grelha. Passando a fazer concorrer o espaço «Os Dias do Cinema» directamente com o horário de «Cine Nostalgia» (na TV 2), o Canal 3 arrisca-se, mais uma vez, a perder. Será que, quem (con)corre ou (dis)corre por (des)gosto, não se cansa?

Sexta, 23.55, SIC

O Preço da Paixão

«The Good Mother», (EUA/1988). Realização de Leonard Nimoy. Interpretação de Diane Keaton, Liam Neeson, Jason Robards, Ralph Bellamy, Teresa Wright, James Naughton, Asia Vieira, Joe Morton. Cor, 105 minutos.

Considere-se a industrial capacidade profissional dos estúdios americanos, junte-se o nome na berra de um actor bombástico (Leonard-Mr. Spock-Nimoy) a «fazer as vezes» de realizador, e assim se dá origem a um produto mediano, naturalmente bem acabado e pronto a desenlatar, mas que não consegue disfarçar o bocejo provocado por um argumento mal construído. Salva-se, apesar de tudo, Diane Keaton no papel de uma mulher divorciada que finalmente descobre o amor e se arrisca a perder a filha. Mas, desta vez, é melhor não vos citarmos o Boletim de Informação da RTP...

Sexta, 22.20, Canal 1

O Preço de Hollywood

«What Price Hollywood», (EUA/1932). Realização de George Cukor. Interpretação de Constance Bennett, Lowell Sherman, Neil Hamilton, Gregory Ratoff, Brooks Benedict, Louise Beavers, Eddie Anderson. P/B, 84 minutos.

Entre *O Preço da Paixão* e *O Preço de Hollywood*, a única coincidência encontra-se parcialmente no título português. Lançando mais uma vez um olhar implacável sobre o mundo do espectáculo, e antecipando de algum modo o seu próprio *Assim Nasce Uma Estrela* (de 1954), George Cukor constrói, de forma admirável, esta história de uma modesta empregada de mesa que conhece um realizador alcoólico que lhe proporciona a concretização da sua maior ambição: entrar para o mundo do cinema e chegar a *diva*. É um dos primeiros filmes do realizador, e um dos menos divulgados em Portugal. A rever.

Sexta, 23.30, TV 2

O Homem

«The Man», (EUA/1972). Realização de Joseph Sargent. Interpretação de James Earl Jones, Martin Balsam, William Windom, Burgess Meredith, Lew Ayres, Barbara Rush. Cor, 90 minutos.

Nasceu de um *bestseller* de Irving Wallace, mas, prejudicando ainda irremediavelmente algumas boas interpretações, entre as quais a de James Earl Jones, a adaptação cinematográfica (aliás, inicialmente pensada para a modalidade «telefilme») não corresponde às expectativas: após uma série de incidentes, um senador negro acaba por se ver guindado à presidência dos Estados Unidos, mas os grandes interesses

políticos e económicos que o ultrapassam (já que, no seu caso, não foi parar à Casa Branca para necessariamente os servir) criam fortes obstáculos ao seu mandato. O Boletim de Informação da RTP começa por qualificar o filme como «ficção política emocionante e absolutamente plausível», acrescentando, pouco depois, tratar-se da «situação extrema, mas absolutamente possível, de um negro poder ascender à presidência da América», para terminar congratulando-se com a contemporânea coincidência de que «outro presidente se prepara na realidade para tomar o Poder na Casa Branca». Um presidente... branco, acrescenta-se. É a distância que vai da clara ficção à negra realidade!

Sexta, 01.10, Canal 1

Nossa Senhora de Paris

«The Huntchback of Notre Dame», (EUA/1939). Realização de William Dieterle. Interpretação de Charles Laughton, Sir Cedric Hardwicke, Thomas Mitchell, Maureen O' Hara, Edmond O' Brien, Alan Marshall, Walter Hampden. P/B, 115 minutos.

Segunda das quatro versões filmadas do grande clássico de Victor Hugo, trata-se seguramente da melhor entre todas, com Charles Laughton verdadeiramente brilhante no difícil papel que, antes de si, Lon Chaney, e, depois, Anthony Quinn e Anthony Hopkins personificaram com esforço e talento: o de *Quasimodo*, o corcunda que fazia tocar os sinos da catedral de Notre Dame, de Paris, e se apaixonava por uma bela cigana. Um excelente trabalho de reconstituição cenográfica em estúdio.

Sábado, 11.35, TV 2

Capricórnio Um

«Capricorne One», (EUA/1978). Realização de Peter Hyams. Interpretação de Elliott Gould, James Brolin, Hal Holbrook, Sam Waterston, Karen Black, O. J. Simpson, Telly Savalas, Brenda Vaccaro, Denise Nicholas, David Hudeleston, Robert Walden, David Doyle. Cor, 124 minutos.

Um filme de ficção científica extremamente curioso, girando à volta da primeira expedição americana tripulada a Marte transformada num enorme embuste que as autoridades tentam esconder da opinião pública ao fazer reconstituir o desenrolar da missão através da sua encenação e transmissão em circuito interno a partir de um estúdio de televisão. Um bom entretenimento, que também dá que pensar.

Sábado, 14.50, SIC

Ali Babá e os Quarenta Ladrões
«Ali Baba and the 40 Thieves», (Fr./1954). Realização de Jacques Becker. Interpretação de Fernandel, Samia Gamal, Dieter Borsche, Henri Vilbert. Cor, 90 minutos.

Incompreensível empreendimento cinematográfico de um realizador estimável, esta desastrada adaptação do conhecido conto infantil é um empecilho inútil na sua desigual mas notável carreira. E, mesmo tratando-se de uma comédia, que dizer de Fernandel na pele de Ali Babá?

Sábado, 15.50, Canal 1

Regresso a Dodge City

«Gunsmoke: Return To Dodge», (EUA/1987). Realização de Vincent McEveety. Interpretação de James Arness, Amanda Blake, Fran Ryan, Steve Forrest, Buck Taylor. Cor, 90 minutos.

A origem da história vamos encontrá-la na longa série televisiva (20 anos de projecção!) que



- Quasimodo (C. Laughton) oferece a Esmeralda (M. O' Hara) um pássaro numa gaiola, em «Nossa Senhora de Paris», de William Dieterle.

tinha por herói o *sheriff* Matt Dillon. Agora, o retirado guardador da lei regressa à actividade para ajustar contas com uma quadrilha de velhos inimigos. Um telefilme que mais não faz do que atingir os objectivos que promete - e não são muitos.

Sábado, 20.20, TV 2

Os Instintos Criminosos

«Vigilante Cop», (EUA/1991). Realização de Mel Damski. Interpretação de Alex McArthur, Dale Midkiff. Cor, 97 minutos.

Os controversos mecanismos da lei perturbam o idealismo de um jovem polícia. Um telefilme. O costume.

Sábado, 22.40, SIC

O Dragão Ataca

«Enter The Dragon», (EUA/Hong Kong/1973). Realização de Robert Clouse. Interpretação de Bruce Lee, John Saxon, Shin Kien, Jim Kelly, Bob Wall, Yang Sze. Cor, 94 minutos.

Bruce Lee, especialista em artes marciais, desempenha aqui o seu último papel num filme que, negativamente, ficou como um exemplo «perfeito» da construção da pura acção-pela-acção. Investigação policial, aventuras, espionagem, *Kung Fu*, são os géneros que se misturam nesta desenfreada perseguição a um *gang* da droga. As milhentas imitações que se lhe seguiriam não conseguiram, sequer, aproximar-se.

Sábado, 23.30, Canal 1

Frankenstein e o Monstro do Inferno

«Frankenstein and The Monster From Hell», (Gr.Br./1973). Realização de Terence Fisher. Interpretação de Peter Cushing, Shane Briant, Madeline Smith, John Stratton, Bernard Lee. Cor, 91 minutos.

Terence Fisher, na realização, e Peter Cushing, na representação, são dois vultos inquestionáveis na história do cinema de terror britânico, com morada certa nos estú-

dios Hammer. Aqui voltam a encontrar-se para erguer mais uma história à volta do nosso velho Frankenstein que (como que olhando-se ao espelho) procura dar origem a um ser formado a partir de um *puzzle* de membros e órgãos extraídos de cadáveres...

Sábado, 01.05, Canal 1

Drama no Arrozal

«La Risaia», (It./1956). Realização de Raffaello Matarazzo. Interpretação de Elsa Martinelli, Folco Lulli. Cor, 111 minutos.

Elsa Martinelli e Folco Lulli. Paixão, desejo, ciúme, em campos de arroz... Está tudo dito.

Domingo, 15.00, SIC

O Campeão de Fato Cinzento

«The Horse In The Gray Flannel», (EUA/1968). Realização de Norman Tokar. Interpretação de Dean Jones, Diane Baker, Lloyd Bochner, Fred Clark, Ellen Janov, Morey Amsterdam, Kurt Russell. Cor, 112 minutos.

Um obscuro cavalo acaba por ver-se ganhador de «grandes prémios». Um divertimento típico dos Estúdios Disney.

Domingo, 16.30, Canal 1

Dinheiro que Mata

«Blood Money», (EUA/1988). Realização de Jerry Schatzberg. Interpretação de Andy Garcia, Ellen Barkin, Morgan Freeman. Cor, 110 minutos.

Um contrabandista de aves raras e uma prostituta de luxo participam numa operação de contrabando de armas para os «contras» da Nicarágua. Certamente, em nome do «direito de ingerência»...

Domingo, 20.25, SIC

As Mil Luzes de Nova Iorque

«Bright Lights, Big City», (EUA/1988). Realização de James Bridges. Interpretação de Michael J. Fox, Kie-

fer Sutherland, Phoebe Cates, Swoosie Kurtz, Frances Sterhagen, Tracy Pollan, John Houseman. Cor, 103 minutos.

História de álcool e droga a evoluir pelos mais obscuros bares de Nova Iorque, com Michael J. Fox no esforçado papel do protagonista, um jovem e frustrado escritor abandonado pela mulher e em busca de inspiração.

Domingo, 22.30, TV 2

O Comboio em Fuga

«Runaway Train», (EUA/1985). Realização de Andrei Kontchalowsky. Interpretação de Jon Voight, Eric Roberts, Rebecca DeMornay, Kyle Heffner, John P. Ryan, T. K. Carter, Kenneth McMillan, Stacey Pickren. Cor, 111 minutos.

Baseado num argumento original de Akira Kurosawa, *O Comboio em Fuga* é um dos melhores filmes de Andrei Kontchalowsky realizados nos EUA. Um intenso filme de *suspense* e acção, de invulgar atmosfera, enquadrando a história de um violento criminoso e seu jovem cúmplice, fugidos da prisão e atravessando o Alasca escondidos num comboio desgovernado. Um brilhante papel de Jon Voight.

Segunda, 21.35, SIC

Charlotte Para Sempre

«Charlotte For Ever», (Fr./1986). Realização de Serge Gainsbourg. Interpretação de Serge Gainsbourg, Charlotte Gainsbourg, Roland Dubillard, Roland Bertin, Anne La Guerne, Sabeline Campo, Anne Zamberlan. Cor, 94 minutos.

Filme que provocou intensa polémica depois da sua estreia, face ao por vezes insuportável e provocatório mau gosto de algumas cenas e às alusões de incesto que podem depreender-se, *Charlotte Para Sempre* descreve, por vezes de forma doentia, as complexas relações entre um argumentista alcoólico e a sua filha, que, primeiro, lhe aponta culpadas na morte da mãe num acidente de

Cinema

viação e, depois, se reconcilia com o próprio pai.

Segunda, 23.30, TV 2

O Regresso do Mercenário
«Hired To Kill», (EUA/1990). Realização de Niko Mastorakis. Interpretação de Oliver Reed, George Kennedy, José Ferrer. Cor, 91 minutos.

História de espionagem envolvendo, numa acção no Médio Oriente, um mercenário e seis mulheres com cadastro. Interessante, não acham?

Segunda, 01.20, Canal 1

O Pombo de Barro
«The Clay Pigeon» (EUA/1949). Realização de Richard O. Fleischer. Interpretação de Bill Williams, Barbara Hale, Richard Loo, Richard Quine, Frank Fenton, Martha Heyer. P/B, 63 minutos.

Com argumento baseado num caso verídico, este filme, apoiado numa realização escorreita, descreve a luta de um homem falsamente acusado da morte de um amigo perseguindo a pista do verdadeiro culpado.

Terça, 14.50, Canal 1

O Beijo da Mulher-Aranha
«Kiss of The Spider Woman», (EUA/Brasil/1985). Realização de Hector Babenco. Interpretação de William Hurt, Raul Julia, Sônia Braga, José Lewgoy, Nuno Leal Maia, Denise Dumont. Cor, P/B, 119 minutos.

Inicialmente um intenso e aca-



- Valentim (Raul Julia) e Molina (William Hurt), em «O Beijo da Mulher-Aranha», de Hector Babenco.

lorado confronto entre a conduta e os valores políticos e morais, levado a cabo por dois personagens encarcerados numa prisão algebras na América Latina - um prisioneiro político (Valentim) e um homossexual (Molina), acusado de abuso de menores - *O Beijo da Mulher-Aranha*, adaptado por Leonard Schrader do romance homónimo do escritor argentino Manuel Puig, é, ainda, pelo menos (!), um filme sobre o cinema, as suas fantasias e os seus reflexos na diversa e divergente memória dos espectadores. É assim que nasce, paralelamente ao objecto essencial desta obra, o *achado* não menos essencial do filme-dentro-do-filme, que permite a alguém que «o viu» (Luís) e a alguém que «não o viu» (Valentim) duas formas de entendimento, duas leituras, opostas, do seu «verdadeiro» significado. Realismo fantástico? Surrealismo? Comédia trágica? De tudo um pouco, num filme intrinsecamente latino mas que inevitavelmente associamos a Woody Allen e à sua *Rosa Púrpura*... A não perder, claro.

Quarta, 22.05, Canal 1

Glória de Um Dia
«Morning Glory», (EUA/1933). Realização de Lowell Sherman. Interpre-

Terça, 22.40, TV 2

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A A Bela e o Monstro	★★	★★★	★★★
B Homens Simples	★★	-	★★
C Os Livros de Próspero	★★★★	★★★★	★★★★
D Uma Questão de Honra	★★	-	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Gary Trousdale e Kirk Wise, prod. Disney — Amoreiras/7 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), King Triplex/1 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Hal Arley — King Triplex/2 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
- C — Real. Peter Greenaway — King Triplex/3 (14.15, 16.30, 19.00, 21.45) — Lisboa.
- D — Real. Rob Reiner — Amoreiras/8 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Quarteto/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45), Mundial/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.

Jornada para o Medo
«Journey into Fear», (EUA/1942). Realização de Norman Foster. Interpretação de Orson Welles, Joseph Cotton, Dolores del Rio, Ruth Warrick, Agnes Moorehead, Everett Sloane, Jack Moss, Hans Conried. P/B, 69 minutos.

Eis mais uma das tropelias feitas pelos produtores a Orson Wells: um filme que lhe foi positivamente tirado das mãos para ser acabado por outro realizador - Norman Foster. O próprio Wells diria numa entrevista aos *Cahiers du Cinéma* que, embora tenha inicialmente «desenhado» o filme, acabaria por nunca o «encenar», no verdadeiro sentido do termo. A história, passada no meio de agentes secretos e criminosos profissionais que procuram, uns, apode-

tação de Katherine Hepburn, Adolphe Menjou, Douglas Fairbanks, Jr., C. Aubrey Smith, Mary Duncan. P/B, 74 minutos.

A interpretação de Katherine Hepburn é, sem dúvida, uma das melhores coisas deste filme simpático, mas irremediavelmente datado, que conta a história de uma jovem fanática pelo teatro que tenta fazer sucesso em Nova

Iorque. E o certo é que a Hepburn arrancaria com este papel o primeiro Oscar da sua gloriosa carreira.

Quarta, 00.35, TV 2

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Teatro

AUDITÓRIO DE BENFICA
Lisboa, Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 16.30. **VAMOS SONHAR**, de Sacha Guitry, encenação de Fernanda Lapa.

CASA DA COMÉDIA
Lisboa, Rua S. Francisco Borja (às Janelas Verdes). De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00: **TAROT, OU A VIAGEM DO LOUCO**, texto e encenação de Filipe Crawford.

CLUBE ESTEFÂNIA
Lisboa, Rua Alexandre Braga, 26. Tel. 542249. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **OS GRILOS**, encenação de Paulo Lages.

COMUNA
Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7271818 e 2752175. **Café-Teatro** - De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00: **NA MINHA RUA NINGUÉM PASSA**, texto e encenação de José Carretas.

RITZ CLUB
Lisboa, Rua da Glória, 57. Tel. 3425140. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: **A CANTORA CARECA**, de Eugene Ionesco, enc. de Helder Costa, pela companhia A Barraca.

TEATRO ABERTO
Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A ÓPERA DE 3 VINTENS**, de Bertolt Brecht e Kurt Weill, versão de João Lourenço e Vera San Payo de Lemos, coreografia de Olga Roriz, pelo Novo Grupo e actores e músicos convidados.

TEATRO DO CALVÁRIO
Lisboa, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. **O SOLDADINHO DE CHUMBO**, adaptação do conto de Hans Christian Andersen, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL-Teatro Infantil de Lisboa.

TEATRO DA GRAÇA
Lisboa, Trav. de S. Vicente, 11. Tel. 875626. De 2ª a sáb. (excepto à 4ª) às 21.30, dom. às 17.00. **VASSA GELEZNOVA**,

de Maximo Gorki, encenação de Elisa Lisboa.

TEATRO DA MALAPOSTA
Loures, Rua de Angola - Olival Basto. Tel. 9373299. De 3ª a 6ª às 15. **ELE HÁ COISAS DO DIABO**, montagem de textos de Gil Vicente, encenação de José Peixoto, pelo Teatro da Malaposta (série de representações para as escolas do concelho de Loures, até 29/1).

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA
Almada, Rua Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **D. QUIXOTE**, de António José da Silva, enc. de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada.

TEATRO MUNICIPAL MIRITA CASIMIRO
Estoril. Tel. 4670302. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **HAROLD E MAUDE**, de Collin Higgins, encenação de Carlos Avilez.

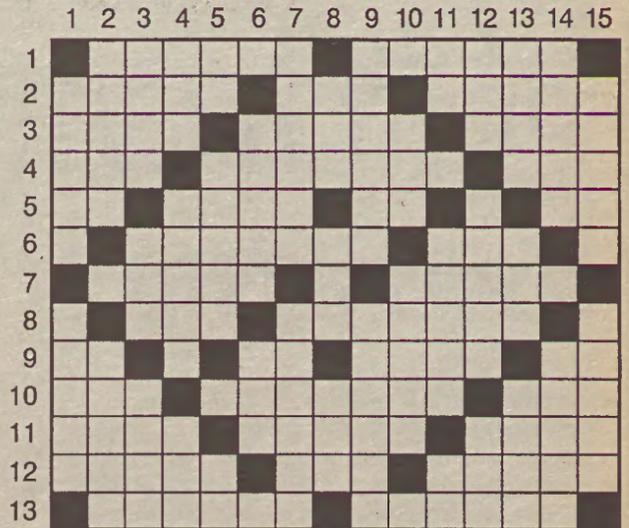
TEATRO MUNICIPAL SÁ DE MIRANDA
Viana do Castelo. **FREI LUÍS DE SOUSA**, de Almeida Garrett, encenação de José Martins, pelo Teatro do Noroeste.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II
Lisboa, Rossio. Sala Garrett: de 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **DUETO A SOLO**, de Tom Kempinski, enc. Jacinto Ramos.

TEATRO NACIONAL S. JOÃO
Porto, Praça da Batalha. **PASSA POR MIM NO ROSSIO**, texto e encenação de Filipe La Fera.

TEATRO DA TRINDADE
Lisboa, Largo da Trindade, 7-A. De 3ª a dom. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00: **O PAI TIRANO**, pelo Teatro de Animação de Setúbal - Na Sala-Estúdio, de 3ª a sáb. às 18.30: **NOITES**, de Carlos Manuel Rodrigues.

PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais: 1 — Ave de rapina diurna; grande abutre da América do Sul. 2 — Variedade de quartzo de cores variadas; enguia; locais onde se secam e debulham os cereais. 3 — Almofada de cabelos postigos; armadilha; cidade jugoslava. 4 — Escudeiro; tesouros públicos; a nossa casa. 5 — Basta; primeiro rei mouro de Sevilha; Cério (símb.); sem companhia. 6 — Cidade satélite de Lisboa; reze. 7 — Veículo sem rodas que escorrega sobre o gelo; período histórico. 8 — Ligo; jovem possuidor de uma lâmpada maravilhosa. 9 — Bismuto (símb.); art. árabe; cume; Americio (símb.). 10 — Prep; pompa; patrão. 11 — Fadário; protozoário das águas; cheiro. 12 — Faz gestos; patroa; pedra preciosa de cor leitosa. 13 — Abolir; murchara.

Verticais: 1 — Respeita; agasalha. 2 — Vigorosa ave de rapina diurna; ilha jónia onde reinava Ulisses quando partiu para o cerco de Tróia. 3 — Amarelo torrado; sapo do Amazonas; paraíso terreal. 4 — Estado dos EUA; delicioso; Org. das Nações Unidas (sigla). 5 — Tântalo (símb.); madeira preta e pesada; alumínio (símb.). 6 — Charrua; bolo de farinha de arroz e azeite de coco indiano. 7 — Terraço; cordão de requife para guarnecer a frente do vestuário. 8 — Grande quantidade; relação; víscera dupla. 9 — Dor intensa dos intestinos; terminas. 10 — Cont. prep. e art.; publica. 11 — Néon (símb.); copioso; língua falada entre o Líger e os Pirinéus na Idade Média. 12 — Fala; assento de cerimónia dos monarcas; capa de irmandade. 13 — De viva voz; repetição de som; içar. 14 — Pouco vulgares; afia. 15 — Cicatrizou; tanto pode ser da horta como da silva.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

Horizontais: 1 — Percurso; Plutão. 2 — Areal; reunira. 3 — Digo; vis; saíras. 4 — Aço; pedem; Ra; bi. 5 — Ró; marés; mais. 6 — Sic; selos; sc. 7 — Aceder; marcos. 8 — Oi; molar; lia. 9 — Lusa; latão; mu. 10 — Ut; mó; salva, God. 11 — Catava; são; dará. 12 — Adorais; corar. 13 — Samora; tagarela.

Verticais: 1 — Padaria; lucas. 2 — Erico; coutada. 3 — Rego; seis; tom. 4 — Cão; Cid; amaro. 5 — Ul; cem; Ovar. 6 — Vem; rol; aia. 7 — Saídas; lãs. 8 — Serenatas. 9 — Mel; ralada. 10 — Péis; som; ovo. 11 — Luar; sal; cá. 12 — Uniam; rim; dor. 13 — Tir; asca; gare. 14 — Árábico; moral. 15 — Oásis; saudara.

XADREZ

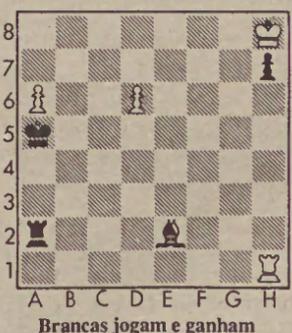
CCCXCIV
21 de Janeiro de 1993

PROPOSIÇÃO
N.º 1993X005
Por: EMIL PALKOSKA
Norodni Politika, 1912
Pr: [5]: Pa4-Bé1-Tsç1, h5-Ra5
Br: [5]: Cs.a3, b8-Bd6-Tb1-Ra8



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO
N.º 1993X006
Por: HENRI RINCK
Deutsche Schachzeitung, 1907
Pr: [4]: Ph7-Bé2-Ta2-Ra5
Br: [4]: Ps.a3, d6-Th1-Rh8



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES
DO N.º CCCXCIV
N.º 1993X005 [E. P.]: 1. Tb7 [Ameaç: 2. Ta7+, Rb6; 3. Ta6++]
1. Thç5; 2. Bç7+, Tç7; 3. Tb5++
1. Tçç5; 2. Tb5+, Tb5; 3. Cç4++
N.º 1993X006 [H.R.]: 1. d7, Td2; 2. a7, Bf3; 3. Th5+, R-; 4. Td5! e ganha.

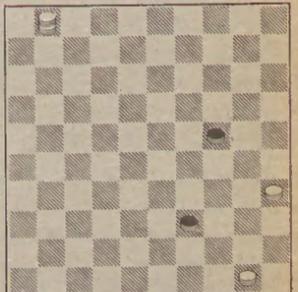
A. de M. M.

DAMAS

CCCXCIV
21 de Janeiro de 1993

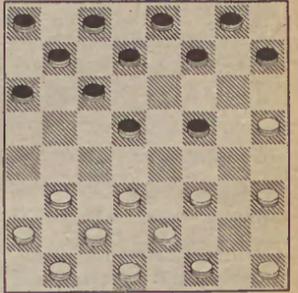
PROPOSIÇÃO N.º 1993D005
Por: CORNELIS BLANKENHAAR
Fonte: Dam Miniaturem, 1977

Pr: [2]: 24-39
Br: [3]: (1)-35-50



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1993D006
[2ª] - Golpe de PEDRO RUIZ MONTERO - 1591
1. 10-13, 21-18; 2. 13-17, 22-19;
3. 5-10 Diag.
ou: 1. 10-13, 22-19; 2. 13-17, 21-18; 3. 5-10 Diag.



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES
DO N.º CCCXCIV
N.º 1993D005 [C.B.]: 1. 35-30, (24X35); 2. 1-15+
N.º 1993D006 [P.R.M.]: [Pr: 18-19-23-24-25-26-27-28-29-30-31-32/Br: 1-2-3-4-6-7-8-9-10-11-12-17/12x12 J.Pr. G.]: 3. 18-14; 4. 11X18, 26-21; 5. 17X26, 30X5; 6. 1X10, 19-15; 7. 12X19, 23X5+

A. de M. M.

Tempo

Tempo geralmente limpo. Temperaturas normais para a época.



a talhe de FOICE

O moralista

Cabrita Neto é o Governador Civil de Faro nomeado pelo Executivo de Cavaco Silva. Sendo ambos algarvios, talvez pareça natural que este último haja escolhido o primeiro para governar o Algarve. Resta saber se será também natural que essa governação se encaminhe para um estilo entre a do meirinho real e a do chefe de posto, o primeiro rolando gordas autoridades pela barbaca e o segundo regulando a chicote os comportamentos indígenas.

Cabrita Neto reuniu as duas matrizes e produziu um Regulamento. Chama-se a obra "Regulamento Policial do Distrito de Faro" e pretende disciplinar as gentes algarvias em matérias tão diversas como bailes ou romarias, iluminações ou arraiais, festas familiares ou vendas de lotaria, máscaras de carnaval ou a utilização da via pública para o simples acto de andar por lá.

A história merece os pormenores que tem.

Certamente por considerar que os seus conterrâneos abusam do corridinho e da boa disposição, o Governador Civil de Faro decidiu restaurar a "Ordem, Decência e Tranquilidade Públicas" (assim se chama o honrado capítulo do Regulamento que vai pôr o Algarve nos eixos), especificando, entre uma multidão de miúdas proibições, os seguintes grossos limites:

Carecem de autorização do Governador os "bailes e divertimentos que tenham lugar no ambiente familiar e no próprio lar" desde que ultrapassem as 50 pessoas. Portanto, casamentos com mais de 50 convidados, só com autorização do Cabrita. Talvez, convidando-o, a coisa se torne mais fácil... Sem autorização possível, pois são liminarmente proibidos, ficam os "ajuntamentos e estacionamentos prolongados que possam prejudicar o trânsito ou alterar a ordem pública", bem como "permanecer ou circular, dirigindo gestos ou palavras a outras pessoas susceptíveis de serem entendidos como convite à prática da prostituição, ainda que essa actividade não seja sancionada criminalmente".

Neste caso, todo o cuidado será pouco. O melhor é não sair à rua, mas em situação incontornável (uma ida à farmácia, um regresso do trabalho, a espera dum autocarro), nada de conversas e adeuses, porque daí à prática da prostituição basta um entendimento do susceptível Cabrita.

Quanto ao Carnaval, adeus Loulé!, que a coisa vai fiar fino. Entre a Quinta-feira das Comadres e a Quarta-feira de Cinzas está proibido "o uso de máscaras ou caracterização que dificultem o rápido reconhecimento dos seus portadores" (o que abrange, naturalmente, quem se mascare de Governador Civil de Faro), bem como "o uso de trajes iguais ou semelhantes aos das ordens religiosas e, excepto tratando-se de menores de sete anos, de uniformes iguais ou semelhantes aos dos magistrados, autoridades e força pública".

Portanto, se tem mais de sete anos e vive no Algarve, não se mascare nem de si próprio, que se arrisca a que não o reconheçam e ainda vai de cana.

Mas ao braço moralizador de Cabrita Neto não há distância que esconda seja o que for - nem os cauteleiros. Quem queira ganhar o pão a vender o jogo da Santa Casa da Misericórdia, tem de galgar a fasquia de duas imponentes restrições, que rezam o seguinte, sobre a licença a outorgar aos aspirantes a cauteleiros: "Só poderá ser concedida a maiores de 14 anos que não sofram de doença contagiosa e possuam a necessária idoneidade moral" e não será dada a "indivíduos sujeitos a vigilância policial e àqueles que, sendo menores de 18 anos, possam ocupar-se em outros misteres".

Quem deve ser ocupado rapidamente noutro mister é o Governador Civil de Faro. E que Cavaco Silva se cuide: deixar à solta no Algarve um "moralista" destes, dá cabo da moral a qualquer algarvio.

■ HC

Miséria na Margem Esquerda do Guadiana e Alqueva ainda por decidir

Enquanto autarquias e várias associações do Alentejo tinham marcado para ontem a entrega na Assembleia da República de um documento subscrito por milhares de assinaturas onde se exige a prossecução urgente do projecto do Alqueva, o deputado comunista António Murteira falou de fome no Alentejo em conferência de imprensa dada segunda-feira em Moura, depois de uma visita aos concelhos da margem esquerda do Guadiana, região que «atravessa uma grave crise económica, social e ecológica», nas palavras do deputado que, no decorrer da visita, esteve com presidentes de câmaras, representantes dos trabalhadores agrícolas e agri-

cultores e o presidente da Junta de Freguesia de Sobral d'Adiça.

António Murteira acusa o Governo de «envergonhar os alentejanos e todos os portugueses ao teimar numa política cujo fracasso nesta região é de há muito evidente», com relevância particular na margem esquerda do Guadiana onde essa política conduz à destruição da economia agrícola «e à ruína das poucas fábricas e indústrias existentes».

«A situação é agravada por dois anos de seca e pela atitude do Governo em tardar a decisão política para a construção da Barragem do Alqueva e de outras». Na região, Murteira assinala o cresci-

mento do desemprego, com muitos trabalhadores a não receber sequer o subsídio de desemprego, «cresce a imigração e a migração, o envelhecimento da população acentua-se, zonas inteiras, particularmente em Mértola, começam a estar despovoadas».

Pobreza, carências de toda a ordem cada vez mais acentuadas traçam um panorama que levou o deputado do PCP a comparar a situação com a vivida durante a ditadura fascista, quando o povo alentejano era «oprimido, explorado e passou muita fome, debaixo da brutal exploração dos latifundiários». «Hoje, de novo, o Governo de Cavaco Silva faz pender sobre o Alentejo o

espectro da pobreza, do desemprego, da emigração, da fome».

«Os trabalhadores e o povo alentejano não são pedintes, não procuram esmolas nem a caridade. Querem desenvolver a agricultura, a indústria, o turismo. Querem o Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo. Querem postos de trabalho, salários e pensões de reforma adequados, assistência médica e medicamentosa em condições», diria Murteira, que lembrou os anos de luta, ao lado e em íntimo contacto com as populações, do Partido Comunista Português em defesa dos interesses do povo da região: «Vencemos a ditadura, venceremos agora a política de desastre para o Alentejo do Governo do PSD.»

Têxteis param amanhã

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis e de Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles convocou para amanhã uma greve no sector. Esta forma de luta tem por objectivo reivindicar um aumento real dos salários, a redução do horário para 40 horas semanais, a actualização do subsídio de alimenta-

ção e a defesa dos direitos actualmente consagrados na contratação colectiva.

A federação e os sindicatos, num comunicado que fizeram chegar à nossa Redacção, apontam quatro motivos para esta greve:

- «Somos trabalhadores mal pagos: a maioria ganha um salário líquido de 42 280 escudos,

inferior ao subsídio de desemprego (44 500 escudos). É um escândalo que tem que acabar!»

- «Temos os horários mais elevados de Portugal e da Europa»

- A política e a prática do Governo e do patronato «indicam claramente a pretensão de reduzir os já míseros salários reais, bem como pôr em

causa os direitos mais elementares dos trabalhadores»

- «Não pactuamos com uma política de destruição dos sectores: a melhoria dos salários e das condições de trabalho são factores que potenciam e obrigam a uma reestruturação e modernização assentes em verdadeiros factores de competitividade».

Em reunião de Direcção do Sector Sector Público da ORL apela à acção e à luta

Reuniu, na passada segunda-feira, a Direcção do Sector Público da ORL do PCP. Nesta reunião, a Direcção do Sector abordou questões de direcção e decidiu readaptar a composição do Executivo e Secretariado do organismo, tendo em conta as tarefas políticas para o ano em curso.

Assim, o Organismo de Direcção elegeu para o Executivo quatro novos camaradas e cooptou um para o OD, elegeu três novos camaradas para o Secretariado e decidiu da constituição de uma comissão para o trabalho sindical nas comunicações.

A Direcção do Sector apreciou o balanço/resultado financeiro de 1992, considerando-o como «bastante positivo e demonstrativo das capacidades reais de aumentarmos as receitas e da influência e prestígio do Partido junto dos trabalhadores». O organismo aprovou por unanimidade o orçamento para o ano de 1993.

O Organismo de Direcção considerou como prioridades para o ano de 1993 as eleições autárquicas, o trabalho sindical, tendo como espinha dorsal o reforço do Partido, e definiu um plano de iniciativas, das quais resultam a realização de um plenário de militantes do Partido para o dia 28/1/93, às 19 horas, no CT Vitória, para «debater a

situação social e política e a intervenção dos comunistas no movimento operário e sindical» e um almoço-convívio comemorativo do aniversário do Partido na Quinta da Atalaia.

A Direcção do Sector abordou ainda a situação social nas empresas do Sector e «verificou que se acentua a política de liquidação de milhares de postos de trabalho através de reformas antecipadas e rescisões assentes na criação de um clima de intimidação». Muitas administrações «fazem do terror psicológico a sua

filosofia de gestão de pessoal, basta dizer que na MARCONI a Administração tem o descaramento de enviar para casa dos trabalhadores cartas informando-os que estão dispensados de comparecer ao serviço porque não têm trabalho, dando orientações às chefias que, caso o trabalhador apareça, não lhe dêem trabalho, simultaneamente contratam empresas prestadoras de serviços, entregando-lhes o serviço antes realizado pelos trabalhadores da empresa», exemplifica DCP da ORL, que conclui:

«A par de esta política de terror, procuram por todos os meios instalar a polivalência de funções, como é exemplo a EDP, com o claro objectivo de criarem excedentes de pessoal, reestruturam reestruturadores, nomeiam e demitem directores, criam a bagunça, geram a confusão e o caos nas empresas.»

Finalmente, o Organismo de Direcção do Sector Público, solidário com todos os trabalhadores, «apela à sua unidade e convergência na acção e luta necessária e indispensável para travar esta política».

Timor volta à ONU

A situação dos direitos do Homem em Timor-Leste integra pela primeira vez a ordem de trabalhos da 55.ª Comissão da ONU que se reúne entre 1 de Fevereiro e 12 de Março, em Genebra.

Na ordem do dia da reunião realizada a 4 de Março de 1992, durante a 54.ª sessão da comissão, o respectivo presidente proferiu uma declaração na qual pediu ao secretário-geral da ONU para continuar a seguir de perto a situação dos direitos humanos em Timor-Leste e informar a comissão na sessão deste ano.

A Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas receberá, antes do início da 55.ª sessão, o relatório de Butros-Gahli.

O ponto 12 da ordem de trabalhos é o que aborda a situação no território timorense: «Questão da violação dos direitos do Homem e

das liberdades fundamentais no mundo, particularmente nos territórios e países sob domínio colonial ou outro tipo de dependência».

A situação de Timor-Leste deverá no entanto ser abordada noutros pontos da ordem do dia, designadamente no seu número nove, que refere o direito dos povos de dispor de si próprios e a sua aplicação aos povos sujeitos ao domínio colonial ou ocupação estrangeira.

Deverá ser igualmente abordada a rubrica sobre os direitos das pessoas detidas ou presas e submetidas a tortura, tratamentos cruéis, desumanos e degradantes.

Esta comissão da ONU é constituída por 53 Estados, entre os quais Portugal, Brasil, Angola, Guiné-Bissau e Indonésia.

Portugal termina este ano o seu mandato neste órgão das Nações Unidas.